



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

KÁTIA CORREIA LIMA

**CAPRINOVINOCULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMI-
ÁRIDO BAIANO: Um olhar sobre o Programa Cabra Forte**

Brasília - DF, abril/2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CAPRINOVINOCULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMI-
ÁRIDO BAIANO: Um olhar sobre o Programa Cabra Forte**

Kátia Correia Lima

Orientadora: Dra. Laura Maria Goulart Duarte

Dissertação de Mestrado

Brasília -DF, abril/2008

Lima, Kátia Correia.

Caprinovinocultura e agricultura familiar no Semi-árido baiano.: um olhar sobre o Programa Cabra Forte/ Kátia Correia Lima.- Brasília - Distrito Federal, 2008.
171 p.; il.

Orientadora: Professora Laura Maria Goulart Duarte.
Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília - UnB, Brasília.

1. Caprinovinocultura 2. Agricultura Familiar 3. Programa Cabra Forte; 4. Semi-árido Baiano;
5. Políticas Públicas.
I. Universidade de Brasília. CDS.II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Kátia Correia Lima

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**CAPRINOVINOCULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR NO SEMI-
ÁRIDO BAIANO: Um olhar sobre o Programa Cabra Forte**

Kátia Correia Lima

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção acadêmico.

Aprovado por:

Professora Laura Maria Goulart Duarte, Doutora (CDS/UnB)
(Orientadora)

Professora
(Examinador Interno)

Professor
(Examinador Externo)

Brasília-DF, abril de 2008.

Dedico essa dissertação aos meus pais, Adalberto "*in memoriam*" e Thereza, que sempre me incentivaram ao estudo e que me ensinaram os valores da responsabilidade, humildade e perseverança, que são tão úteis a minha vida, tanto pessoal como profissional, assim como a todos que me estimularam nesta jornada, a minha gratidão eterna, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento tão importante de minha vida gostaria de agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização desse trabalho, que para mim é valioso e engrandecedor tanto do ponto de vista pessoal como profissional.

Primeiramente a minha família, especialmente, os meus pais e a uma irmã em especial, Leyla Bianca, pelo incentivo, amor, convivência e amizade;

Ao companheiro Jucimar e a minha filha Yasmim, que souberam suportar as minhas ausências durante o processo de construção desse trabalho;

Aos amigos especiais Ana Paula Alcântara, João Aurélio Soares Viana, Carla Pascoal, Cézar Ernesto Detoni e Roseane Patriota a quem devo valiosos momentos de trabalho, integração, crescimento e amizade;

A minha orientadora, Professora Laura Duarte, educadora que acredita no poder transformador da Educação, pela orientação e incentivo pessoal aos trabalhos de pesquisa e reflexão;

As colegas de trabalho da SEAGRI, que entenderam a minha situação profissional e me possibilitaram a conclusão dessa obra;

A todos os agricultores familiares e atores sociais envolvidos nesse projeto, que colaboraram com as entrevistas e discussões;

A todos, os meus sinceros agradecimentos!

O CABRA E A CABRA

O cabra forte é o homem
Típico do seco sertão
Que conhece a precisão
Quando a seca lhe consome.
Tem cabra que faz seu nome,
Tem cabra que tem defeito
Mas tem o cabra direito,
Tem cabra pra todo dom,
Tem cabra considerado
Tem cabra desmantelado
Mas também tem cabra bom.

A cabra e a “mulher” do bode
Forte e sabe o bem viver,
Vai buscar o que comer
Onde não tem e não pode;
Se não tem ela descobre
Com o seu instinto forte
Ela faz a sua sorte
Pra viver naquele chão
Pois dela ninguém tem pena;
Ela e como a jurema,
Sabe viver no sertão.

Quando a seca ali assola
O sertão seco e poente
No lugar que era uma vertente
A poeira quente rola
O cabra não pede esmola
A cabra lhe dá suporte,
Juntam-se os dois num consorte
O cabra, a cabra tratando
E a forte cabra matando
A fome do cabra forte.

Miguel Alves Neto

RESUMO

Os programas de Governo para o desenvolvimento de comunidades rurais, na Bahia, nem sempre são avaliados quanto aos seus resultados. Este trabalho analisa o desempenho de um programa de Governo voltado ao fortalecimento da caprinovinocultura na agricultura familiar do Semi-árido baiano. A proposta de avaliar se o programa Cabra Forte impactou a qualidade de vida do agricultor familiar cadastrado e residente no distrito de Itamotinga - município de Juazeiro - BA, de forma a proporcionar mudanças no perfil socioeconômicas, tecnológicas e na sua sustentabilidade constituiu-se no objetivo deste trabalho. Utilizou-se as técnicas de revisão bibliográfica; análise documental existente nas instituições ligadas ao programa; entrevistas com ocupantes de funções diretoras e realizou-se de um diagnóstico amostral, através da aplicação de questionários aos agricultores para formar o banco de dados. Foram coletados dados sobre o contexto histórico, cultural, social e econômico, bem como, observações sobre os aspectos vitais para a efetivação do programa. Os resultados permitiram analisar os impactos evidenciados na vida do agricultor familiar por meio de ação do programa Cabra Forte, mediante o aumento da renda proveniente, principalmente, da ovinocaprinocultura. Dentre os parâmetros analisados causadores de impacto na qualidade de vida do agricultor familiar, destacam-se positivamente, as ações de: infra-estrutura hídrica; assistência técnica; sanidade do rebanho de caprinos; aspecto nutricional dos animais; e, utilização do crédito rural pelos produtores. Vale ressaltar que, os impactos relacionados com as mudanças do perfil socioeconômico, tecnológico e da sustentabilidade local municipal alteraram-se significativamente. Uma avaliação conclusiva, nesta pesquisa, trás evidências de que o programa Cabra Forte trouxe às comunidades estudadas retornos social, econômico e ambiental relevantes.

Palavras-chave: 1. Caprinovinocultura; 2. Agricultura Familiar; 3. Programa Cabra Forte; 4. Semi-árido Baiano; 5. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Govenamental programs to develop rural communities in Bahia state are not always evaluated to measure they results. This research analyse a govenamntal Bahia State Program creted to develop small sheep/goat farmers located in the semi-arid region, called, CABRA FORTE, and verify if this program really changed life quality of the goat and sheep growers living in Itamotinga, (village of Juazeiro _BA municipality). Were observed variables as: sustainability, incomes and technological grow system by using tchenics as literature review, historical analysis of institutions linked at the progam, intererview with govenamental manegers of program and a survey of goat growers with a specific form, to built the data base. Were colected data of history, culture, social and economic status, and observatoins on vital aspects of this program be effective. The results allow analyse impacts in small farmers sheep/goat growers life, by the CABRA FORTE Program increasing of incomes due to kept goats and sheep. This analysis show as positive impotrant impact causes development of structure hydric, technical assitance, sanity of livestock, nutritional aspects of animals and credit for growers. Is point out that impacts due to changes in growers socioeconomics profile technological staus and sustainability were altered significantly. The final evaluation could be conclude that the CABRA FORTE program brought to the studied communities economics, social and environmental relevant returns.

Keywords: 1.Caprinovinocultura 2. Family Agriculture; 3.Programa Cabra Forte 4. Semi-arid Baiano, 5. Public Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Renda: saídas atuais, média de todo o grupo avaliado.	136
Gráfico 2 - Renda: Entradas atuais, média de todo o grupo.	138

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa da Bahia – Município de Juazeiro	20
Mapa 2: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Pró-Gavião	76
Mapa 3: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Produzir	78
Mapa 4: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Prodecar	81
Mapa 5: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o Programa de Revitalização da Agricultura Familiar na Região de Irecê - Terra Fértil	82
Mapa 6: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Flores da Bahia	84
Mapa 7: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Bahia Citros	86
Mapa 8: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Nossa Fibra	88
Mapa 9: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Nossa Raiz	89
Mapa 10: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Boa Pesca	92
Mapa 11: Mapa de localização dos 03 pólos iniciais do programa Cabra Forte	98
Mapa 12: Regiões de atuação do programa Cabra Forte	102
Mapa 13: Mapa da Bahia com a localização do município de Juazeiro	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de entrevistas por comunidade visitada	26
Tabela 2: Agricultores Familiares - Participação Percentual das regiões no número de estabelecimentos, área, Valor Bruto da Produção e financiamento total destinado aos agricultores familiares	44
Tabela 3: Percentual do Valor Bruto da Produção de produtos selecionados produzidos nos estabelecimentos familiares	45
Tabela 4: Pater Bahia – Resultados Alcançados - Bahia, 2003-2006 (*)	91
Tabela 5: Juazeiro - Quantidade produzida e área colhida - lavouras temporárias - 2003-2005	119
Tabela 6: Juazeiro - Quantidade produzida e área colhida - lavouras permanentes - 2003-2005	120
Tabela 7: Efetivo do rebanho - Município de Juazeiro - Bahia	121
Tabela 8: População residente e densidade demográfica do Município de Juazeiro - 2003 a 2006	122
Tabela 9: Juazeiro: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH, 1991 a 2000	123
Tabela 10: Comunidades entrevistas x Sexo da Comunidade	128
Tabela 11: Faixa etária dos agricultores familiares por comunidade visitada	129
Tabela 12: Estado civil dos agricultores familiares por comunidade visitada	129
Tabela 13: Número de Filhos dos Agricultores familiares por comunidade visitada	129
Tabela 14: Existência de banheiros nas residências por comunidade visitada	130
Tabela 15: Tipo de iluminação das propriedades por comunidade visitada	131
Tabela 16: Existência de resultados positivos do Cabra Forte por comunidade visitada	133
Tabela 17: Acesso às novas tecnologias do Cabra Forte por comunidade visitada	133
Tabela 18: Possível retorno do programa Cabra Forte por comunidade visitada	134
Tabela 19: Infra-estrutura hídrica do programa Cabra Forte	142

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACR – Agentes Comunitários Rurais

ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia

APAEB – Associação de desenvolvimento sustentável e Solidário da Região Sisaleira

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BA – Bahia

BACEN – Banco Central do Brasil

BB - Banco do Brasil

BC - Banco Central

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

BM - Banco Mundial

BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A.,

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRESPEL - Companhia Industrial Brasil Espanha

CADIM – Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais

CAEAF - Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CEDRS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CERB - Companhia de Engenharia Rural da Bahia

CHESF - Companhia Hidroelétrica do São Francisco

CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CNA - Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária do Brasil

CNPC – Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

COELBA - Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPFORTE - Cooperativa de Produtores de Feno do Cabra Forte

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

(Continuação)

COOPROVERT - Cooperativa dos Produtores Verticalizado do Programa Terra Fértil
DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAEB - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
FAESA – Federação das Associações e Entidades para o Desenvolvimento do Semi-Árido
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNE - Fundo Constitucional do Nordeste
FRIFORTE - Frigorífico do Cabra Forte
FUMAC – Fundo Municipal de Apoio Comunitário
FUNDIPESCA – Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueira Artesanais
Ha - Hectare
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IE – Instituto de Economia
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERBA - Instituto de Terras da Bahia
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRPAA - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MLGP - Modelo Lógico de Gestão do Programa
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

(Continuação)

PAC – Programa de Apoio Comunitário
PAM – Produção Agrícola Municipal
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PATER – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PCPR - Programa de Combate à Pobreza Rural
PCT - Projeto Cédula da Terra
PEA - População Economicamente Ativa
PIB - Produto Interno Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual
PPM – Produção Pecuária Municipal
PRODECAR – Projeto de Desenvolvimento de Comunidades Rurais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar
SAT - Subprojeto de Aquisição de Terras
SDA - Superintendência de Desenvolvimento Agropecuário
SEAGRI - Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOMP - Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais
SEDES - Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
SEDIR - Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional
SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEMARH – Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
SEPLAN - Secretaria de Planejamento
SIC - Subprojeto de Investimentos Comunitário
SP – Sistema de Produção
SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

(Continuação)

TCE – Tribunal de Contas do Estado da Bahia

TCU – Tribunal de Contas da União

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNCED – Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento

UNEB – Universidade do Estado da Bahia

VBP – Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

INTRODUÇÃO	18
1 AGRICULTURA FAMILIAR: uma análise teórico-conceitual	29
1.1 BREVE HISTÓRICO BRASILEIRO	29
1.1.1 Conceitos, caracterização e importância da agricultura familiar brasileira	34
1.1.2 Cenário atual da agricultura familiar no Brasil	43
1.2 MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	47
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR	51
1.4 QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL	55
2 A IMPORTÂNCIA DA OVINOCAPRINOCULTURA PARA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMI-ÁRIDO BAIANO	62
3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O RURAL BAIANO	74
3.1 PROGRAMA PRÓ-GAVIÃO	74
3.2 PROGRAMA PRODUZIR	77
3.3 PROJETO PRODECAR	80
3.4 PROGRAMA TERRA FÉRTIL	82
3.5 PROGRAMA FLORES DA BAHIA – PROJETOS COMUNITÁRIOS	83
3.6 PROGRAMA BAHIA CITROS	85
3.7 PROGRAMA DE INCENTIVO À LAVOURA DO SISAL - NOSSA FIBRA	87
3.8 PROGRAMA NOSSA RAIZ	89
3.9 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - PATER BAHIA	90
3.10 PROGRAMA BOAPESCA	92
3.11 PROGRAMA ORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA	93
3.12 PROGRAMAS CRÉDITO FUNDIÁRIO	94
3.13 CONSIDERAÇÕES GERAIS	95
4 PROGRAMA CABRA FORTE	97
4.1 HISTÓRICO	97
4.2 PÓLOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA	101
4.3 EMBASAMENTO LEGAL DO PROGRAMA	103
4.4 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO DO PROGRAMA	104
4.5 ASPECTOS GERAIS CONSIDERADOS	108

5	ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE ITAMOTINGA – JUAZEIRO - BAHIA	112
5.1	HISTÓRICO DE JUAZEIRO - BAHIA	113
5.2	INFORMAÇÕES MUNICIPAIS	117
5.3	ASPECTOS SOCIO-ECONÔMICOS	118
5.4	ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	122
5.5	DISTRITO DE ITAMOTINGA	123
5.6	COMUNIDADES DE ITAMOTINGA	125
5.6.1	Característica da agricultura familiar das comunidades de Itamotinga	127
5.6.2	Tipologias de Produtores e de Sistemas de Produção	134
5.6.2.1	Tipologias de Produtor	134
5.6.2.2	Composição da renda familiar	135
5.6.2.3	Evolução Tecnológica	138
5.7	ANÁLISES E AVALIAÇÕES DO PROGRAMA CABRA-FORTE	139
	CONCLUSÕES	150
	REFERÊNCIAS	156
	APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

Conforme a revisão bibliográfica realizada, observou-se que os conceitos de qualidade de vida, agricultura familiar, desenvolvimento sustentável e políticas públicas, têm sido objeto de estudo sem que, contudo exista, entre eles, uma articulação conceitual sistematizada no âmbito do Estado da Bahia.

O real significado da expressão qualidade de vida, tem sido muito discutido no meio acadêmico multidisciplinar desde o início do século XX, e vem sendo utilizado em sentido bastante genérico em diversos artigos doutrinários posto que esta expressão apresente subjetividades e uma grande complexidade, devido principalmente aos significados que representa para cada indivíduo ou grupo social podendo retratar as condições gerais da vida individual e coletiva nos campos, por exemplo, da alimentação, habitação, saúde, segurança, educação dentre outras.

Vale ressaltar que, em todas as áreas em que é empregada esta expressão – qualidade de vida, os resultados estão sempre ligados aos esforços visando à melhoria e às novas perspectivas em termos de desenvolvimento social e sustentável bem como, de melhoria das condições de saúde e de vida, como se pode verificar na explanação de Minayo; Hartz; Buss (2000), abaixo:

O patamar material mínimo e universal para se falar em qualidade de vida diz respeito à satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer; elementos materiais que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva. No mundo ocidental atual, por exemplo, é possível dizer também que desemprego, exclusão social e violência são, de forma objetiva, reconhecidos como a negação da qualidade de vida. Trata-se, portanto, de componentes passíveis de mensuração e comparação, mesmo levando-se em conta a necessidade permanente de relativizá-los culturalmente no tempo e no espaço (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000, p. 4).

A agricultura se destaca com papel central a desempenhar, principalmente quando se pretende uma melhoria das interações dos cenários rurais voltadas para aumento da qualidade de vida humana.

Ao analisar a qualidade de vida dos agricultores, principalmente os familiares, se observa que tanto o sistema de produção como as intempéries, determina mudanças significativas na área social.

A agricultura familiar é um segmento gerador de postos de trabalho e renda. Este segmento faz parte da história do Brasil sob diversos ângulos que se queira adotar (demográfico, produtivo, espacial ou institucional, entre outros), e cumpre, ainda hoje, um papel estratégico na natureza social, econômica, política e cultural baiana.

Torna-se de grande importância as políticas públicas que fomentem o desenvolvimento territorial de forma sustentável para os agricultores familiares, com impactos diretos na produção e serviços; respeitando e valorizando a cultura, a preservação e a recuperação ambiental em nível local e regional com objetivo de melhorar a qualidade de vida desses agricultores.

Vale ressaltar, nesta pesquisa, o caráter multifuncional da agricultura familiar no Brasil, bem definido por SOARES (2002), a qual é considerada como um setor econômico ou uma forma de produção que se insere nas regras gerais do mercado. O referido autor aplica em seu trabalho, à análise do papel desempenhado pela agricultura familiar, em relação a outros setores da economia nacional, e principalmente na trajetória recente de desenvolvimento do Nordeste brasileiro; das políticas públicas domésticas dirigidas à agricultura familiar e da política comercial externa brasileira e seus efeitos sobre a agricultura.

Esta dissertação, objetiva analisar os impactos evidenciados na vida do agricultor familiar por meio de uma ação de política pública estadual denominada de programa Cabra Forte; direcionado para melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares mediante ao aumento da renda proveniente principalmente da ovinocaprinocultura no distrito de Itamotinga, município de Juazeiro-BA; situado nas coordenadas geográficas equivalentes a: latitude Sul -09°24'42" e longitude Oeste 40°29'55".

A escolha desse município está relacionada ao fato dele fazer parte da primeira etapa do programa Cabra Forte, sendo assim, acredita-se que suas ações estão mais evidenciadas. Aliado a isso, o município de Juazeiro apresenta uma característica marcante em seu sistema de produção; a presença da criação de animais em sistema de fundo de pasto, caracterizada por criação extensiva sem limitações por cerca, onde os animais se misturam e são identificados por marca na orelha.

O fundamento do programa estadual Cabra Forte é melhorar a qualidade de vida do agricultor familiar, por meio do estímulo à produção agropecuária sustentável do Semi-árido baiano, reforço da infra-estrutura hídrica, produção estratégica de forragem, sanidade, melhoria qualitativa dos rebanhos e modernização dos processos de comercialização, tendo como princípio básico à capacidade de organização dos produtores.

O mapa 1, apresentado a seguir mostra a localização geográfica do município de Juazeiro, o qual será tratado neste trabalho.



Mapa 1: Mapa da Bahia – Município de Juazeiro
Fonte: IBGE (2007).

As políticas públicas se destacam por possibilitar o suprimento das condições mínimas de existência às pessoas e relacionam-se diretamente aos direitos das pessoas de não passar privações, a exemplo da fome, subnutrição, analfabetismo e falta de saneamento e moradia.

Assim sendo, a qualidade de vida de um povo é influenciada pela história, pela cultura e, sobretudo, pelas condições sociais e econômicas, sendo que na área rural, encontra-se estreitamente vinculada à resolução das necessidades básicas de sobrevivência.

Observa-se, então, que um estudo sobre políticas públicas e qualidade de vida envolve tanto uma questão técnica, quanto uma questão política; quando interage de forma participativa, descentralizada, fundamentada pela responsabilidade de despertar o poder público para aliar a condição de sua execução à dotação orçamentária e à busca da melhoria das condições de vida para a população, onde este trabalho seja articulado com órgãos e empresas do Estado, Municípios e com a sociedade civil organizada.

O objetivo principal desta pesquisa é de verificar se o programa estadual Cabra Forte impactou a qualidade de vida do agricultor familiar cadastrado no programa, do distrito de Itamotinga - município de Juazeiro-BA, de forma a proporcionar tais alterações por meio da mudança do perfil socioeconômico, tecnológico e da sustentabilidade local municipal.

A resposta a esse questionamento permitiu confirmar a hipótese levantada, a seguir:

1 - O programa estadual Cabra Forte impactou a qualidade de vida dos agricultores familiares cadastrados no programa, em comunidades do distrito de Itamotinga - município de Juazeiro; de modo a proporcionar alterações por meio de mudança nos aspectos sociais e agroecológicos.

Essa hipótese foi confirmada por meio das questões operacionais, ou seja, aplicação de questionários e entrevistas, aliado aos levantamentos exploratórios a análise documental (legislação, convênios, termos de parcerias, relatórios, trabalhos técnicos e outros), aos quais se teve acesso no âmbito da pesquisa.

As principais fontes de informação foram os questionários direcionados aos agricultores familiares cadastrados no programa, entrevistas direcionadas às pessoas chaves do programa

(coordenadores, agrônomos, secretário de agricultura municipal, técnicos agrícola e presidente de associações.), aliado a uma observação in loco da área de investigação.

Foram também analisados materiais, em forma de folders, catálogos, artigos, documentações internas, relatórios, filme e outros materiais, que serviram de dados secundários, ajudando a compor as descrições e análises subseqüentes.

O encaminhamento metodológico da pesquisa foi feito com a busca bibliográfica das dimensões e das variáveis mais relacionadas com a qualidade de vida, cidadania e política pública dos agricultores familiares.

Buscou-se trabalhar o referencial teórico conceitual da pesquisa embasando a complementaridade e indissociabilidade existentes entre qualidade de vida, políticas públicas e desenvolvimento sustentável, funcionando esta última como um eixo integrador entre políticas públicas e qualidade de vida.

Aborda-se, ainda, neste trabalho, a qualidade de vida principalmente no que diz respeito a duas dimensões: a dimensão objetiva que pode ser entendida como acesso à renda, alimentação, moradia, saúde física e saneamento, e a dimensão subjetiva que corresponde às respostas cognitivas e emocionais das pessoas para a satisfação com a vida e para com as condições objetivas da vida.

Neste contexto são de fundamental importância a implementação de políticas públicas como instrumento do poder público, para promover qualidade de vida sob o olhar vigilante e a ação política dos cidadãos, focalizando as concepções, focalizando as concepções, reforma do Estado e financiamento das políticas públicas.

Desta forma, necessário se faz à definição de algumas expressões e conceitos básicos, as quais levarão a um melhor entendimento e conhecimento do que venha a ser qualidade de vida no contexto da agricultura familiar.

Foi adotada a metodologia descritiva exploratória, baseada na análise documental, aliada à parte da metodologia de Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários, como ferramenta

sistêmica, para identificar a realidade local num contexto de pluriatividade no campo aliado a análise documental (legislação, convênios, termos de parcerias, relatórios, trabalhos técnicos e outros).

Para tanto, necessário se fez à aplicação de entrevista e questionários, com agricultores cadastrados no programa Cabra Forte, técnicos, dirigentes de associações, Secretário de agricultura municipal, Sebrae e outros segmentos relacionados ao desenvolvimento local integrado e sustentável.

A metodologia Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários; foi definida por Dufumier *apud* Machado (2000):

O método baseia-se em processos progressivos, partindo do geral para o particular, começando pelos fenômenos e níveis de análises mais gerais (mundo, país, região), terminando nos níveis mais específicos (municípios, assentamento e unidade de produção) e nos fenômenos particulares (cultivos, criação e beneficiamento). Constrói-se uma síntese cada vez mais aprofundada da realidade observada, [...] com base numa perspectiva histórica em todas as etapas do método e numa avaliação econômica dos diferentes sistemas de produção a partir de um enfoque sistêmico, centrado nos atores da história dos sistemas agrários, com ênfase nos agricultores familiares (DUFUMIER *apud* MACHADO, 2000, p. 19).

Foi então desenvolvido um trabalho de campo com objetivo de coletar informações, direcionada a agricultores das comunidades do distrito de Itamotinga, para o desenvolvimento de uma caracterização da agricultura familiar local, por meio de uma leitura da paisagem, desenvolvimento do perfil socioeconômico, obtendo-se uma tipologia da categoria de agricultores, bem como dos sistemas de produção existentes.

Assim, foi utilizada uma amostra intencional de pessoas chaves que coordenam e/ou financiam o programa, atuantes no programa no período de 2003 a 2006, feitas nas instalações das referidas instituições, a saber: Secretário de Agricultura de Juazeiro, Coordenador do programa pelo SEBRAE, gerente regional da EBDA de Juazeiro, agrônomos e veterinários da EBDA, agentes de desenvolvimento do Banco do Nordeste, presidente da associação dos pequenos produtores rurais das fazendas integradas de Cacimba do Silva e Sertãozinho.

As opiniões foram sistematizadas a partir das questões e aspectos mais recorrentemente mencionados e considerados relevantes para efeito dos objetivos propostos neste item. Optou-se por preservar a identidade de alguns dos entrevistados, indicando apenas a sua situação social e/ou funcional/profissional.

Conforme estudos desenvolvidos por cientistas sociais, na contemporaneidade, a técnica da entrevista como instrumento de coleta de dados em pesquisas na área das ciências sociais é muito utilizada. GIL (1999, p. 117) ressalta que, a “entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crê, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”.

As entrevistas¹ usadas neste trabalho foram padronizadas e se deram de forma individual, na qual não foi privilegiado nenhum entrevistado. O roteiro para a realização de tais entrevistas contém 10 perguntas abertas, direcionadas para uma avaliação dos impactos do programa Cabra Forte na qualidade de vida dos agricultores familiares cadastrados e duraram, em média, 2 horas.

Por meio da aplicação em campo de questionários², pode-se fazer a diferenciação dos agricultores em tipos distintos levando em consideração as particularidades ambientais e socioeconômicas que permeiam essas comunidades.

Além da aplicação de questionários e entrevista foi feito também um caderno de campo com finalidade de registro da memória e como instrumento de controle da subjetividade - ou, da objetividade.

A execução da pesquisa contou com a aplicação de 67 (sessenta e sete) questionários, constituída de uma pesquisa direta, dirigida aos agricultores familiares, cadastrados no programa Cabra Forte nas comunidades visitadas, o que possibilitou um contato maior com os

¹ Roteiro de Entrevistas - *Vide* Apêndice A.

² Questionário - *Vide* Apêndice B.

sujeitos sociais do processo de investigação, buscando avaliar como esse programa impactou ou não na qualidade de vida dos agricultores familiares dessas comunidades.

Os questionários contêm 52 (cinquenta e duas) perguntas para determinação do perfil sócioeconômico dos produtores cadastrados no programa Cabra Forte e os impactos deste programa na qualidade de vida destes produtores destacando-se: sexo dos produtores; estado civil; idade; se alfabetizado ou não; nº. de dependentes; tipo de construção habitacional; tipo de abastecimento de água; tipo de tratamento de água para consumo; esgotamentos sanitários; tipo de abastecimento de água; destino de lixo; tipo de iluminação; rebanho existente; reserva de água na propriedade; definição de qualidade de vida; apoio recebido pelo programa Cabra Forte; acesso a crédito rural; e outras perguntas relacionadas diretamente com o programa Cabra Forte.

Vale ressaltar que para a realização deste trabalho não se levou em consideração à representatividade estatística do distrito estudado e sim a incorporação da diversidade de produtores e de sistemas de produção contidos no local.

Para tanto, foi utilizada uma amostra dirigida às primeiras comunidades beneficiadas com o programa Cabra Forte, a qual conteve os casos mais representativos do local, tanto de produtores quanto de sistemas de produção.

Objetivando um maior conhecimento das comunidades do distrito de Itamotinga, onde foi implantado inicialmente o programa Cabra Forte; foi feito um levantamento no local da situação socioeconômica, permitindo assim um melhor entendimento da qualidade de vida destes agricultores familiares.

As comunidades mais representativas deste distrito, são: Cacimba do Silva, que conta com 47 (quarenta e sete) produtores cadastrados no programa Cabra Forte; sendo entrevistados 20 (vinte) produtores e Rodeador, que conta com 34 (trinta e quatro) produtores cadastrados, sendo entrevistados 24 (vinte e quatro) e em Lagoa dos Cavalos que possui 34 (trinta e quatro) produtores cadastrados, tendo sido apenas 7 (sete) produtores entrevistados, conforme pode ser visto na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Número de entrevistas por comunidade visitada.

Comunidade	Entrevistado	
	Número	%
Cacimba do Silva	20	30
Rodeador	24	36
Lagoa dos Cavalos	7	10
Sítio Sacramento	10	15
Barra Bonita	6	9
Total	67	100

Fonte: Dados de pesquisa de campo, Itamotinga – outubro de 2007.

Vale ressaltar que a visita de campo foi feita no auge da época da seca na região, período em que estes trabalhadores procuram outras frentes de trabalho fora da propriedade.

Propõe-se no presente trabalho analisar, de forma geral, a qualidade de vida dos agricultores contemplados, fazendo um paralelo da situação de famílias participantes e não participantes do programa Cabra Forte, durante o período de 2003 (início do programa) a 2006; por meio do detalhamento das ações contempladas; ligadas a: infra-estrutura hídrica, produção, desenvolvimento humano e mercado (comercialização).

Aliados a este objetivo principal estão inseridos outros específicos, baseados na avaliação do impacto desse programa no desenvolvimento sustentável da agropecuária local municipal, a partir da diversificação da produção, com a incorporação de tecnologias adequadas à variabilidade climática, como também à integração e a verticalização dos produtos. Para Simplício *et. al.* (2004):

No mundo contemporâneo, a geração de emprego e renda na agropecuária e, por decorrência, de riquezas e bem-estar das pessoas, está ligada à capacidade de resposta dos produtores e do aparato científico e tecnológico à disposição da sociedade, bem como à organização estrutural e à capacitação gerencial das unidades de produção, de processamento e de comercialização (SIMPLICIO *et al.*, 2004, p. 4).

Assim, os motivos para escolha do tema dessa dissertação se deram, especificamente devido à expressiva importância da agricultura familiar na geração de empregos, na produção de alimentos tanto para a mesa, como para exportação; da importância da ovinocaprinocultura para o agricultor familiar do Semi-árido baiano, e na colaboração que este estudo poderá

trazer para subsidiar políticas agrícolas voltadas para qualidade de vida do agricultor familiar ressaltados sob um olhar agro-ecológico, econômico e social.

Com as informações levantadas em campo, pode-se construir um perfil social (a tipologia), político (envolvendo a questão das associações, como colocado nos objetivos) e agroecológico (envolvendo a questão da sustentabilidade ambiental da caprinovinocultura).

Em geral, os produtores possuem condições de trabalho distintas, sejam elas, sociais, econômicas ou ambientais, que se mantêm mesmo em regiões pequenas, como é o caso da comunidade Juazeiro. Essas características de cada produtor o vão influenciar na tomada de suas decisões, de suas estratégias de sobrevivência, e nas escolhas entre quais subsistemas devem ser otimizados, priorizados com determinado nível de capitalização. (ROCHA; MARTINS e SOUZA, 2007, p.11).

Por meio desta análise obtiveram-se, também, os elementos de compreensão necessários para precisar a localização das intervenções e investimentos eventuais. Vale ressaltar que não se procurou, no processo de pesquisa, obter uma amostra estatisticamente representativa, mas apenas fazer um trabalho qualitativo, baseado em questionários e entrevistas que pudesse apontar uma possível tipologia de agricultores familiares, em comunidades do distrito de Itamotinga.

Para atender aos questionamentos da pesquisa iniciou-se o trabalho, com uma breve apresentação do tema, contextualizando a importância das políticas públicas para a qualidade de vida do agricultor familiar rural vinculado ao programa Cabra Forte, tratando-se dos objetivos, hipótese, metodologia e análise integradora da dissertação.

A estrutura da dissertação contempla:

No **capítulo 1** é desenvolvido, o referencial teórico-conceitual com os diferentes entendimentos da expressão agricultura familiar, no contexto das políticas públicas; desenvolvimento sustentável e qualidade de vida, assim como, a descrição das bases conceituais utilizadas para definição da linha de pensamento da pesquisa realizada, contendo um breve histórico da agricultura familiar no Brasil, destacando os principais conceitos adotados na pesquisa, caracterização e importância social e econômica, seguido de um cenário

atual da agricultura familiar no Brasil; uma análise sucinta das políticas públicas voltadas para agricultura familiar no contexto regional baiano; a multifuncionalidade e desenvolvimento rural sustentável, e a qualidade de vida no meio rural.

Uma vez delimitado o conceito de agricultura familiar e os demais conceitos teóricos adotados neste trabalho, foi mostrado então, no **capítulo 2**, a importância da atividade caprinovinocultura para agricultura familiar do Semi-árido baiano.

No **capítulo 3** são apresentados os principais programas do governo do Estado da Bahia desenvolvidos para o Semi-árido baiano, no período de 2003 a 2006, voltados à inclusão social e combate à pobreza.

O programa estadual Cabra Forte é tratado no **capítulo 4**, onde é apresentado seu histórico, concepção, contextualização, embasamento legal, área de atuação, público alvo e estratégias de intervenções do programa.

No **capítulo 5** é apresentado o estudo de caso do distrito de Itamotinga – Município de Juazeiro. Principia-se com uma contextualização histórica do município de Juazeiro, caracterizando a condição atual do município com informações gerais, dados socioeconômicos, infra-estrutura e análise dos indicadores e índices de qualidade de vida da população, direcionando as análises para o distrito de Itamotinga.

Por fim, no **capítulo 6**, é confrontada a hipótese levantada ao início deste estudo e a conclusão geral do trabalho.

É importante destacar que, a relevância social desta pesquisa reside no conjunto de informações que acadêmicos e especialistas podem ter ao analisarem, em parte, ou, no todo, as informações aqui reunidas. Constitui-se, portanto, por sua especial relevância, num legado de teor descritivo, analítico e reflexivo para a sociedade que busca através da transformação social, modos mais justos para conviver, em face da desigualdade de oportunidades.

1 A AGRICULTURA FAMILIAR: uma análise teórico-conceitual

Com os diferentes entendimentos das expressões agricultura familiar, políticas públicas, multifuncionalidade e desenvolvimento rural sustentável e qualidade de vida, objetiva-se fazer uma reflexão neste capítulo, por meio de um referencial teórico, baseado na descrição das bases conceituais utilizadas para definição das linhas de pensamento da pesquisa realizada, seguida de um esboço da compreensão das diferentes dimensões das políticas agrícolas em operação no contexto regional baiano, oriundas da administração pública federal, estadual, ou mesmo, da esfera do governo municipal, voltadas para agricultura familiar.

1.1 BREVE HISTÓRICO BRASILEIRO

A agricultura familiar no Brasil, segundo PRADO JÚNIOR (1979, p. 120), foi marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira, cujas principais estruturas foram mostradas por meio de “[...] três caracteres apontados: a grande propriedade, monocultura, trabalho escravo são formas que se combinam e se completam”.

Inicialmente, a ocupação colonial no Brasil, pelos Portugueses, foi abalizada pelo regime de sesmarias, aliado ao trabalho escravo e à monocultura, originando os latifúndios³ rurais: estruturas agrárias sobre a qual se centrou a ocupação do espaço rural brasileiro.

Vários ciclos econômicos associados durante séculos a formas particulares de latifúndio, podem ser lembrados a exemplo do açúcar e do café.

A colonização no Brasil marcou profundamente as relações de trabalho no país; muito diferente de outras colônias que se instalaram na América do Norte no século XVII.

Para OLIVEIRA (2007, p.1), os colonizadores vieram ao Brasil, com o objetivo primordial de enriquecimento rápido baseado na exploração dos recursos naturais e do

³ Latifúndio – Vasto domínio rural constituído de terras não cultivadas e/ou áreas onde se pratica um tipo de cultura que não exige grandes investimentos. HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.**

trabalho servil (indígena num primeiro momento e escravo de origem africana num segundo período).

Com a chegada dos imigrantes europeus, notadamente os alemães e italianos, surge à pequena propriedade rural, viabilizada pela distribuição das colônias nos territórios estaduais onde o café foi a principal atividade econômica indutora desse processo.

No Brasil foi à grande exploração agromercantil, de base territorial necessariamente extensa, que figurou no centro das atividades rurais na generalidade de suas regiões e zonas geo-econômicas. E que foi em função deste “setor principal” que se constituiu, se manteve, e evoluiu o outro “setor secundário” das atividades rurais. Esse último setor, diz Caio Prado Jr., se apresenta em duas formas: a) incluído nos grandes domínios, constituindo aí atividade suplementar e marginal dos trabalhadores empregados na grande exploração; b) constituindo atividade autônoma de pequenos produtores que trabalham por conta própria em terras suas ou arrendadas (VEIGA, 2000, p. 3).

As duas últimas décadas do século XIX marcam o período da constituição do mercado de trabalho brasileiro com características capitalista, formado por trabalhadores livres sem posses de meios de produção, ou seja, os escravos recém libertos, os trabalhadores livres nacionais da economia de subsistência e os imigrantes europeus.

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1995 apud WANDERLEY, 1999, p. 8).

Após meados da década de 60, inicia-se o processo de modernização da agricultura no Brasil, baseada na adoção de um pacote tecnológico, chamado de “Revolução Verde”. Este processo foi marcado pela chegada das indústrias de tratores e equipamentos agrícolas, fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, dentre outros.

Com a chegada desses novos ramos da indústria agrícola e com um conjunto de políticas agrícolas que incentivaram a aquisição dos produtos desse novo ramo da indústria, acelerou-se o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais.

O modelo desenvolvimentista que caracterizou a agricultura brasileira, após os anos 60 provocou uma grande concentração de terras e de renda na área rural, marginalizando, do processo, grande parte da população.

A grande transformação da agricultura brasileira se deu com o processo de modernização, nos anos 60 e 70, caracterizado como excludente e parcial, por ter gerado um modelo dual de produção, situação refletida na atualidade do mundo rural brasileiro e com perspectivas de agravamento diante do processo de globalização (AGRA; SANTOS, 2007, p. 1).

Além disso, a modernização levou ao condicionamento do setor rural aos interesses urbanos e conseqüentemente, ao endividamento do pequeno produtor. Com o aumento crescente da produção, ocorreu uma queda dos preços pagos aos produtos agrícolas, enquanto que os insumos industrializados tornaram-se cada vez mais caros, o que acarretou impactos negativos para economia da agricultura familiar, conforme salientado por Mattei (2001, p.1).

Durante o processo de modernização da agricultura brasileira, as políticas públicas para a área rural, em especial a política agrícola, privilegiaram os setores mais capitalizados e a esfera produtiva das commodities voltadas ao mercado internacional, com o objetivo de fazer frente aos desequilíbrios da balança comercial do país. Para o setor da produção familiar, o resultado dessas políticas foi altamente negativo, uma vez que grande parte desse segmento ficou à margem dos benefícios oferecidos pela política agrícola, sobretudo nos campos do crédito rural, dos preços mínimos e do seguro da produção. (MATTEI, 2001, p. 1).

Paralelamente à emergência dos novos ramos da indústria agrícola, ocorreu à abertura de novos mercados, assim como, a necessidade do Governo de implementação de políticas agrícolas incentivadoras da aquisição dos produtos da indústria, acelerando, dessa forma o processo de modernização tecnológica dos agricultores rurais.

De maneira geral, a bibliografia que trata dessa temática, aponta como resultado deste modelo, o aumento dos preços dos alimentos, a degradação do meio ambiente, a ocupação

desordenada do território nacional, o êxodo rural com agravamento do desemprego; dentre outros.

É por ter sido um processo integrado ao movimento mais amplo do capital, que se deu à modernização da agricultura, um caráter imediatista, voltado para o aumento da produtividade no curto-prazo, buscando-se minimizar os riscos e maximizar o controle do homem sobre a natureza aumentando, cada vez mais, a capacidade de reproduzir, artificialmente, as condições da natureza. Além disso, o processo de modernização foi orientado para a modernização do latifúndio, para os grandes proprietários, potenciais compradores dos produtos industriais, cuja produção se instalara no Brasil tendo, como base, os complexos agroindustriais, que tinham como função maior o direcionamento da produção para o mercado externo (AGRA; SANTOS, 2007, p. 2).

Entretanto, esse processo modernizador da agricultura brasileira originou sérios impactos ambientais e transformações sociais em grandes proporções. A literatura que debate essas questões já ganhou tal amplitude que fornece uma visão satisfatória de que novos rumos devem ser tomados em busca de um desenvolvimento rural equilibrado e sustentável a médio e longo prazo. Para Sachs (2001):

Os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. Além de que, nas condições brasileiras, nas quais, como já mencionamos, um décimo da população passa ainda fome, a meta da segurança alimentar continua bem atual (SACHS, 2001, p. 78).

Segundo MATTEI (2001, p. 2), até o início da década de noventa não existia nenhum tipo de política especial para o segmento da agricultura familiar, sendo esta atividade, tratada de distintas formas (pequena produção, produção familiar, produção de subsistência). Contribui com essa análise, Veiga (2000) quando afirma que:

[...] no final do milênio, o essencial da estrutura agrária brasileira continua a ser o bimodalismo engendrado pelos “velhos padrões do passado colonial”. Durante a segunda metade do século XX, saltou de 50% para quase 80% a participação dos urbanos na população total, e nem todos os que continuam a fazer parte dessa minoria rural são dependentes de atividades agropecuárias

para sobreviver, ao contrário do que acontecia em 1950. Mas apesar dessa verdadeira reviravolta, quase não se alterou a distribuição dos recursos naturais e humanos entre os tais dois “setores”. Tanto os peões das grandes fazendas quanto a esmagadora maioria dos agricultores familiares permanece nessa “deplorável situação de miséria material e moral”, que, para Caio Prado Jr., era o cerne da questão agrária brasileira (VEIGA, 2000, p. 3).

Como assinalado anteriormente, este processo de modernização ocasionou significativas alterações na estrutura agrária brasileira. Verificou-se a migração campo-cidade de famílias que perderam os meios de produção de onde tiravam as fontes essenciais para sobrevivência. Essa migração do campo para cidade acarretou o "inchaço" dos centros urbanos, especialmente da periferia das grandes cidades, além de determinar nova função ao meio rural que passou a comportar-se como fonte de força de trabalho para o meio urbano.

Sobre as alterações ocorridas na estrutura agrária brasileira, Duarte; Sayago (2006) contribuem dizendo que:

O processo de transformação da agricultura e suas conseqüências sócio-ambientais não podem ser entendidos fora do contexto da globalização. Entretanto, pode-se afirmar igualmente que encontramos-nos em pleno processo de valorização do local e do território, como espaços de reconversão tecnológica e produtiva, e de (re)socialização social, cultural e ambiental. (DUARTE; SAYAGO, 2006, p. 205).

Em resumo, para as autoras anteriormente citadas, a história da agricultura no Brasil, possuiu as seguintes características:

[...] Anos 30/50 - Opção pelo desenvolvimento industrial - agricultura vista como setor atrasado da economia (produção agrícola para exportação; produção de alimentos para o mercado interno); - Anos 60/80 - Difusão do padrão tecnológico da Revolução Verde modernização da agricultura brasileira (produção para mercado externo para equilibrar balança de pagamentos; liberação de mão-de-obra para a indústria; produção de matéria-prima a baixo custo; dinamização do mercado de implementos agrícola vinculada ao capital internacional; opção pela grande produção; maior concentração da estrutura fundiária; exclusão de grande parcela dos pequenos produtores rurais; êxodo rural); - Anos 90/2004 Rediscussão do modelo de desenvolvimento da agricultura, com a incisão da questão sócio-ambiental reforma agrária, agricultura familiar e agroecologia, bem como da

abertura à participação da agricultura familiar no processo de descentralização dos espaços decisórios e de poder⁴.

1.1.1 Conceitos, caracterização e importância da agricultura familiar brasileira.

O uso do conceito de agricultura familiar é relativamente novo no Brasil. Vários têm sido os conceitos adotados passando pelas noções de campesinato, agricultura de subsistência, pequena produção, agricultura de baixa renda, pequena agricultura, economia familiar, entre outras.

Segundo WANDERLEY (1999, p. 2), a agricultura familiar “[...] é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”.

A autora ressalta que “este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age economicamente e socialmente”.

Sob o ponto de vista de muitos estudiosos, a agricultura familiar, durante anos foi marginalizada e vista como sinônimo de pobreza e de subdesenvolvimento.

No entanto, conforme SACHS (2004, p. 30), “[...] podemos considerar a unidade familiar como possuidora de uma reserva potencial de tempo de trabalho a ser aproveitada como uma verdadeira reserva de desenvolvimento”.

Conforme adverte GASSON; ERRINGTON (1993, *apud* ABRAMOVAY, 1997a), existem seis características básicas que estão diretamente ligadas ao conceito de agricultura familiar:

1. A gestão é feita pelos proprietários;
2. Os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
3. O trabalho

⁴ Ibidem. p.206.

é fundamentalmente familiar; 4. O capital pertence à família; 5. O patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família; 6. Os membros da família vivem na unidade produtiva⁵.

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA)⁶, a agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado.

“No meio acadêmico, alguns autores buscam aprofundar as reflexões sobre o conceito de agricultura familiar, propondo um tratamento mais analítico e menos operacional do termo” (ALTAFIN, 2003, p. 6).

Nesse sentido aparecem como principais funções da agricultura familiar: I - garantia da sobrevivência da unidade familiar pela produção para o consumo e garantia da capacidade produtiva e da segurança alimentar; II - geração de emprego, que também é analisada como fator de melhoria social; III - preservação ambiental; IV - resgate de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade; V - valorização do local e de seu desenvolvimento, especialmente na conformação de novas territorialidades (ALTAFIN, 2003 apud DUARTE; SAYAGO, 2006, p. 206).

Conforme WANDERLEY (1999, p.22), a agricultura familiar é um conceito em evolução, com expressivas raízes históricas. Para essa autora, as mudanças ocorridas na vida do agricultor familiar de hoje não representam uma ruptura definitiva com as formas anteriores, mas, pelo contrário, mantém uma tradição camponesa que representa e fortalece sua capacidade de adaptação às novas exigências da sociedade.

Assim o agricultor familiar, inserido ao mercado, “[...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças” (WANDERLEY, 1999, p. 52).

⁵ Apud ABRAMOVAY, 1997a, p. 20.,

⁶ INCRA/FAO – Projeto de Cooperação Técnica – ‘Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto’, Brasília, fevereiro 2000. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/fao/>>

Durante longo tempo (até o século XX), segundo a literatura, não houve empenho no desenvolvimento e na geração de políticas públicas para esse segmento da sociedade, que foi considerado, de modo geral, como um peso para o poder público e não como um parceiro aliado no processo de desenvolvimento nacional, conforme a literatura.

Os próprios instrumentos agrícolas do Estado, a exemplo da assistência técnica e extensão rural, pesquisa e crédito, excluíram durante muito tempo o agricultor familiar, conforme salienta Sachs (2004):

Outro fator geralmente ausente nas políticas de apoio à agricultura familiar é a oferta de tecnologias apropriadas para a modernização das produções de subsistência, mediante aumento dos rendimentos e/ou redução do tempo de trabalho que poderá ser aproveitado nas produções voltadas ao mercado ou nas atividades não econômicas (SACHS, 2004, p. 30).

Com o processo de descentralização instaurado a partir da Constituição de 1988 e com a construção de uma sociedade mais democrática, a partir do início dos anos 90, fortaleceu-se a organização dos diferentes segmentos sociais.

Neste sentido, vale lembrar que a literatura aponta para a valorização da agricultura familiar como uma estratégia para a manutenção e recuperação do emprego no campo, para a redistribuição da renda e garantia da soberania alimentar do país, e para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento rural sustentável.

A partir de meados da década de 90, em decorrência do contexto macroeconômico da reforma do Estado, do processo de descentralização e da organização da agricultura familiar, foram elaboradas e implantadas no Brasil, as políticas públicas em prol dos agricultores familiares.

Assim, pode-se perceber que a crescente demanda da sociedade civil organizada, a necessidade de intervenção estatal frente ao quadro de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais foram os principais fatores que motivaram o surgimento das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar.

O aumento da miséria, da violência e da insegurança nas cidades, conseqüentes do processo crescente e desorganizado de urbanização, fez com que também crescesse o apoio da sociedade urbana às políticas de valorização do meio rural.

Em 1996, foi criado pelo governo federal, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, instituído pelo Decreto nº. 1.946 de 28 de julho de 1996, e tendo sua atual estrutura regulamentada pelo Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem por objetivo “promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, por intermédio de ações destinadas a implementar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a elevação da renda, visando a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania dos agricultores familiares”⁷.

Em suas diretrizes, o PRONAF assume os seguintes compromissos:

- disponibilização de financiamentos em volume e condições adequadas à sustentabilidade da agricultura familiar;
- garantia do fluxo de recursos para implantação dos assentamentos rurais;
- promoção de capacitação dos agricultores e extensão rural de qualidade;
- incentivo à geração e à transferência de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e às atividades não-agrícolas;
- dotação do meio rural das condições de infra-estrutura e de serviços públicos básicos;
- viabilização da sustentabilidade social, econômica e ambiental da produção da agricultura familiar;
- promoção da auto-suficiência e da emancipação dos assentamentos rurais;
- planejamento e manejo ambiental, centrado nas micro-bacias hidrográficas;
- estabelecimento de políticas adequadas de armazenamento e comercialização;
- estímulo ao cooperativismo e ao associativismo;
- aceleração da demarcação e titulação de terras remanescentes de quilombos, e estímulo ao desenvolvimento sustentável;

⁷ Decreto nº 3.991, de 30 de outubro de 2001. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 10 dez. 2007.

- garantia de que as terras identificadas como remanescentes de quilombos e de comunidades indígenas não sejam objeto de reforma agrária;
- especial inclusão de trabalhadores vítimas de trabalho escravo ao processo de reforma agrária;
- garantia de preços mínimos para os produtos da agricultura e pecuária familiar;
- promoção de atividades não agrícolas na agricultura familiar – artesanato, turismo rural e pesca artesanal;
- estímulo à agricultura orgânica;
- combate à violência no campo;
- revisão dos índices para classificação das propriedades rurais improdutivas e produtivas.

Para Mattei (2001):

Neste sentido, é preciso destacar que o movimento sindical, através de suas organizações e de suas lutas dos últimos períodos, desempenhou um papel decisivo na implantação desse programa, o qual também favoreceu o atendimento de uma outra bandeira histórica dos trabalhadores rurais: o acesso, por parte dos agricultores familiares, aos diversos serviços ofertados pelo sistema financeiro nacional (MATTEI, 2001, p. 1).

A institucionalização do PRONAF passa a ser um grande instrumento de Estado e municípios, auxiliar na capitalização de recursos e na conquista da sustentabilidade da agricultura familiar.

Os 5 (cinco) princípios do PRONAF são: co-gestão federativa, gestão social, integração de todas as etapas da cadeia produtiva, escala mínima de processamento e integração em redes.

O PRONAF tem como um dos seus eixos fundamentais, o amadurecimento do exercício da democracia, o que se dá, principalmente, por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRs. No espaço desses Conselhos, o agricultor familiar tem, por meio de seus representantes, bem como de diferentes segmentos sociais que atuam nos municípios, a possibilidade de discussão dos problemas existentes, no intuito de

identificar as alternativas de solução a partir de suas próprias experiências, necessidades e prioridades.

Conforme salienta DUARTE; SAYAGO (2006, p. 208) “os conselhos têm um potencial de transformação política bastante forte e que, pelo simples fato de existirem, abrem caminho para a discussão de temas até então ausentes, bem como para a ampliação do círculo social em que se dão essas discussões”.

Na análise de SACHS (2001, p. 77), o PRONAF [...] sinaliza pela primeira vez a preocupação dos poderes públicos com a agricultura familiar, rompendo com a prática do apoio exclusivo à agricultura patronal e ao agronegócio.

Pesquisa do INCRA/FAO (2000, p. 24)⁸, demonstra que a agricultura familiar emprega hoje, no Brasil, aproximadamente 80% das pessoas que trabalham na área rural, representando cerca de 18 % do total da população economicamente ativa.

Segundo informações da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)⁹, a agricultura familiar responde no Brasil, por 07 (sete) de cada 10 (dez) empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola.

Atualmente, segundo esta mesma fonte, cerca de 35% dos alimentos que compõem a cesta alimentar distribuída pela CONAB, origina-se da agricultura familiar; sendo que, a maior parte dos alimentos que abastece a mesa dos brasileiros vem das pequenas propriedades, a saber: 84% da mandioca; 67% do feijão; 58% dos suínos; 52% do leite; 49% do milho e 40% das aves e ovos.

Historicamente ausente das políticas públicas, a comercialização da produção agrícola familiar sempre provocou decepção e desestímulo para os mini e pequenos agricultores, entregues, constantemente, a intermediários.

⁸ INCRA/FAO – Projeto de Cooperação Técnica – ‘Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto’, Brasília, fevereiro 2000. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/fao/>>.

⁹ Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=47>>. Acesso em 20 ago. de 2007.

Por meio da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, foi criado pelo Governo Federal o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA¹⁰, que também representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação demonstra a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar.

De acordo com Pesquisa do INCRA/FAO (2000)¹¹, o meio rural, incluídos os pequenos municípios, abriga cerca de um terço da população brasileira. Dentro deste contingente está à agricultura familiar, com um público grande e heterogêneo, o qual demanda tratamentos diferenciados.

Este mesmo estudo mostra que a agricultura familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, produz 38% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional e ocupa 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura.

A Lei Federal Nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Essa Lei reconhece a agricultura familiar como segmento produtivo e representa um novo marco para as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural, desde a fase de elaboração até a execução e gestão de recursos.

Nessa abordagem, os agricultores familiares brasileiros situam-se num contexto de rápidas e grandes transformações do meio rural.

Novas atividades econômicas estão cada vez mais constante na vida destes agricultores, a exemplo de indústrias, turismo, lazer, comércio, artesanato, serviços profissionais especializados, habitação, e outras, fato que caracteriza a multifuncionalidade da agricultura familiar. Concomitantemente, a atividade agropecuária é cada vez mais dinâmica, tanto no que se refere ao aspecto tecnológico quanto à relação com o mercado.

¹⁰ O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA é uma ação estruturante do Programa Fome Zero instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696 de 02 de julho de 2003, com a finalidade de “incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos”.

¹¹ A pesquisa "Novo Retrato da Agricultura Familiar", realizada pelo convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), caracterizou o segmento da agricultura familiar brasileira a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96 (INCRA, 2000).

Com a globalização, já não basta agregar valor à produção por meio de agroindústrias, faz-se necessário verticalizá-la de forma competitiva e ter sempre presente a visão do sistema integrado de produção, na qual o mercado corresponde, em geral, à fase mais decisiva e importante.

Nesse moderno mundo rural globalizado, agricultores familiares necessitam dispor, em nível local, de serviços e infra-estrutura que lhes permitam manter competitividade; daí ser imprescindível a participação deste segmento nos processos de desenvolvimento local. Sobre o desenvolvimento local, Abramovay (2002) considera que:

A idéia de desenvolvimento local procura colocar a ênfase em mecanismos institucionais específicos capazes de mobilizar energias produtivas que o funcionamento dos mercados acaba por inibir e que a simples presença de certas infra-estruturas mostrava-se incapaz de despertar. Da mesma forma que o capital social, o desenvolvimento tampouco resulta da operação espontânea dos contatos sociais, mas exige uma intervenção consciente e deliberada de organizações públicas, estatais e não estatais (ABRAMOVAY, 2002, p. 119).

O conceito de desenvolvimento local sustentável tem como uma de suas dimensões mais privilegiadas o desenvolvimento humano. Nesta dimensão, a agricultura é um dos principais agentes propulsores do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Experiências demonstram que, mesmo com pequenos incentivo a agricultura responde positivamente com efeitos rápidos nos outros setores econômicos.

Contribuindo com esta análise, Buarque (1999), define desenvolvimento local, como sendo:

[...] um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (BUARQUE, 1999, p. 9).

De maneira geral, a bibliografia que trata dessa temática indica que o processo de desenvolvimento local para que seja sustentável em longo prazo, necessita partir do potencial econômico e social local.

Dados do INCRA/FAO (2000, p.24) demonstram o potencial da agricultura como a principal força geradora do desenvolvimento da grande maioria dos municípios brasileiros, proporcionando também o desenvolvimento dos setores comercial, industrial e de serviços, ou seja, mais empregos, mais impostos arrecadados e desenvolvimento social e econômico.

Portanto, mudanças bem amplas são necessárias, como por exemplo, a pesquisa em tecnologias apropriadas, estímulo à organização e participação da sociedade civil em geral e, em particular, dos agricultores familiares, o aumento da consciência com a preservação ambiental, dentre outras.

O fundamental, no entanto, é que essas mudanças ocorram de forma sincronizada com as transformações conceituais, estruturais e comportamentais em curso e com os paradigmas contemporâneos que estão moldando uma nova visão de mundo, orientando as ações de grupos e atores sociais na construção de propostas contemporâneas de desenvolvimento com base nos pressupostos da sustentabilidade.

Dessa mesma forma, é essencial que as políticas públicas que originam estas mudanças levem em consideração a diversidade de situações verificadas no campo e nas pequenas cidades, as quais diferem enormemente em termos sociais, econômicos e políticos.

Para isso, necessário se faz um planejamento com definições e estratégias diferenciadas para desencadear ações específicas, de modo a garantir que o desenvolvimento dessas regiões/territórios ocorra de forma equilibrada e sustentável, no sentido da promoção da melhoria da qualidade de vida das populações em consonância com a conservação ambiental.

Nesse contexto, a agricultura familiar configura-se como segmento indissociável do desenvolvimento local/territorial sustentável, por isso, consolidar esse segmento passa a ser uma questão estratégica central, devido à sua capacidade de geração de emprego, de renda e

de alimentos, além de constituir-se num fator determinante para o resgate da cidadania da população.

Esta perspectiva define o conceito do novo mundo rural, centrado no desenvolvimento sustentável, no qual a promoção da qualidade de vida da família e da comunidade é fundamental.

Para que ocorra o desenvolvimento sustentável, deve estar articulados a um conjunto de medidas que possibilitem o desenvolvimento simultâneo e integrado de atividades agrícolas e não agrícolas, de base familiar e local.

Segundo especialistas, isto compreende, dentre outros aspectos, a organização dos agricultores, a adequação dos serviços de apoio ao desenvolvimento rural sustentável, a educação básica ambiental e profissionalizante dos membros da unidade familiar, bem como a descentralização das políticas públicas.

Conforme DUARTE; SAYAGO (2006, p. 206), “novos processos produtivos, novos atores sociais e novas institucionalidades estão presentes nesses contextos em transformação e terão papel fundamental nos cenários de desenvolvimento local nesse início do século XXI”.

1.1.2 Cenário atual da agricultura familiar no Brasil

De acordo com a Pesquisa do INCRA/FAO (2000, p.17)¹², os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos rurais brasileiros, ocupam 30,5% da área total desses estabelecimentos e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional. Esses agricultores recebem, no entanto, apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura.

¹² A pesquisa "Novo Retrato da Agricultura Familiar", realizada pelo convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), caracterizou o segmento da agricultura familiar brasileira a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96 (INCRA, 2000).

Segundo esse estudo, têm-se 4.139.369 estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107.768.450 hectares. Ainda nesse mesmo estudo¹³ encontram-se registros de que a região Nordeste é a que apresenta maior número de agricultores familiares, representando 49,7% de todos os estabelecimentos familiares brasileiros, os quais ocupam apenas 31,6% da área total dos familiares e responde por 16,7% do VBP dos agricultores familiares. Entretanto recebe apenas 14,3% do financiamento rural destinado a esta categoria de agricultores, conforme Tabela 2.

Tabela 2: Agricultores Familiares - Participação Percentual das regiões no número de estabelecimentos, área, Valor Bruto da Produção e financiamento total destinado aos agricultores familiares.

Região	% Estabelecimentos	% Área	% VBP	% Financiamento
Nordeste	49,7	31,6	16,7	14,3
Centro-Oeste	3,9	12,7	6,2	10,0
Norte	9,2	20,3	7,5	5,4
Sudeste	15,3	17,4	22,3	15,3
Sul	21,9	18,0	47,3	55,0
Total Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INCRA (2000).

O estudo do INCRA revela, também, que a área média das propriedades familiares é muito inferior a dos estabelecimentos patronais, apresentando também uma grande variação entre as regiões.

Dos estabelecimentos familiares, 39,8% possuem menos de 5 hectares, sendo que outros 30% possuem entre 5 a 20 hectares e 17%, entre 20 a 50 hectares, configurando 87% dos estabelecimentos familiares com área até 50 hectares. O maior número de minifúndios¹⁴ é encontrado no Nordeste, onde 58,8% dos estabelecimentos familiares têm menos de 5 hectares, segundo demonstra a Pesquisa do INCRA/FAO (2000, p. 23)¹⁵.

No Estado da Bahia, segundo dados da SEAGRI (2007), 89,1% do total de estabelecimentos rurais são caracterizados como estabelecimentos familiares, ocupando

¹³ INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura**: o Brasil redescoberto. Brasília: MDA, 2000.

¹⁴ Minifúndio: o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar. Fonte: Estatuto da Terra. LEI Nº. 4.504 - de 30 de novembro de 1964, publicado no DOU DE 30/11/1964.

¹⁵ INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil**: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

37,9% da área total e sendo responsável por 39,8% do Valor Bruto da Produção. Esses números mostram a importância da participação da produção familiar, apesar do alto grau de concentração existente no Estado.

Conforme SACHS (2004, p. 29), a agricultura familiar tem um longo futuro à frente, especialmente se considerarmos que a sua modernização gradual mostra-se viável. Além disso, segundo o autor, é por meio da consolidação da agricultura familiar que o Brasil poderá contar com um sistema eficiente de segurança alimentar.

Vale lembrar, ainda, que parte das exportações do agronegócio brasileiro é constituída pela produção oriunda da agricultura familiar, como por exemplo, do setor de aves e de carne suína.

Conforme MATTEI (2001, p. 12), “após algumas instabilidades no período inicial [...], o PRONAF está conformando um novo campo de coalizão de atores, públicos e privados, tendo por objetivo o tratamento ideal às necessidades da agricultura familiar”.

Embora a agricultura familiar participe, na média, com 37,9% do valor bruto da produção, existem produtos, nos quais o papel da agricultura familiar é muito significativo, conforme se pode verificar na tabela 3, abaixo:

Tabela 3: Percentual do Valor Bruto da Produção de produtos selecionados produzidos nos estabelecimentos familiares.

Produto	Participação % no VBP Total
Fumo	97
Mandioca	84
Feijão	67
Suínos	58
Pecuária leiteira	52
Milho	49
Aves/ovos	40
Soja	32
Arroz	31
Café	25
Pecuária de corte	24

Fonte: MDA/INCRA (2000).

Segundo dados da publicação do MDA¹⁶, a agricultura familiar no Brasil, trabalha com sistemas de integração do policultivos - manejando diversas espécies agrícolas, aliadas à criação de diversas espécies animais e ao uso múltiplo das plantas nativas.

Esses dados ressaltam que, alguns fatores são determinantes para a opção pela diversificação. A unidade agrícola familiar é um sistema econômico de produção e de consumo.

A preservação e a valorização de subsistemas voltados para o mercado e direcionados para o autoconsumo da família e para a manutenção do equilíbrio de suas inter-relações é uma condição fundamental para a reprodução socioeconômica do sistema em seu conjunto.

O fortalecimento das cadeias produtivas, entretanto, não poderia passar sem a presença da agricultura familiar. Para isso, necessário se faz que os Governos de Estado invistam em diversos programas voltados para a modernização, capacitação e ampliação da atividade agropecuária, a exemplo de culturas como algodão, mandioca, sisal, citros, olerícolas, apicultura, floricultura e ovinocaprinocultura, bem como todos os outros originários da agricultura familiar.

Entretanto, se por um lado, a agricultura familiar tem um papel social e econômico inquestionável, por outro sua sobrevivência no atual mundo globalizado é incerta. Em alguns casos este setor produtivo agrícola ainda apresenta-se bastante desorganizado e com dificuldades para promover seus próprios interesses, necessitando de políticas públicas eficientes e pontuais capazes de estimular o setor e alterar os rumos da produção familiar.

Conforme dados do IBGE de 1996¹⁷, em números absolutos, o Estado da Bahia possui o maior número de estabelecimentos rurais de base familiar do país.

¹⁶ Ações do Ministério do desenvolvimento Agrário para a conservação da biodiversidade. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0866710751.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

¹⁷ Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 15 ago. 2007.

Segundo esta pesquisa, 623 mil estabelecimentos rurais baianos de base familiar ocupam uma área de 11,3 milhões de hectares, representando 38% da área total dos estabelecimentos rurais do Estado, envolvendo uma população superior a 3 (três) milhões de pessoas (IBGE, 1996).

Deste modo, a perspectiva da agricultura familiar, contempla um conjunto de novos e importantes parâmetros, com destaque para a inclusão do pequeno produtor na agricultura moderna, a adoção de novas tecnologias nos processos produtivos, a utilização de novos mecanismos de financiamento e o estímulo à organização dos produtores.

Assim, a valorização da agricultura familiar, no sentido de promover a inclusão social de grande número de agricultores, especialmente dos que vivem no Semi-árido baiano, é uma condição essencial para o alcance de um desenvolvimento mais sustentável.

A implantação de processos sustentáveis na agricultura implica em um conjunto de práticas e atitudes combinadas de diferentes maneiras, de acordo com a realidade de cada região e a preferência de cada agricultor.

Dessa forma, torna-se indispensável que os governos procurem por meio deste importante segmento, a busca do desenvolvimento de suas potencialidades, procurando também, diminuir o descompasso entre o desempenho da agricultura familiar e o da agricultura empresarial desenvolvida no Estado.

1.2 MULTIFUNCIONALIDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Frente à necessária busca de equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e o meio ambiente encontra-se a proposta do desenvolvimento sustentável. Entretanto, para se alcançar um ponto de equilíbrio, necessário se faz a construção uma mobilização social onde prevaleça um consenso mínimo sobre a relação entre homem e o meio ambiente.

Para TAVARES (2005, p. 121), a sociedade sustentável é aquela em que o desenvolvimento está integrado à natureza, com respeito à diversidade biológica e sócio-cultural, exercício responsável e conseqüente da cidadania, distribuição equitativa das riquezas e condições dignas de desenvolvimento.

A preocupação com o combate à pobreza, crescimento populacional, impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente e os novos desafios da economia ganharam destaque de forma progressiva a partir da década de 60.

De maneira geral, a bibliografia que trata dessa temática, aponta alguns marcos históricos do movimento da sustentabilidade, iniciando com o lançamento do livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, em 1962, considerado por muitos pesquisadores como um marco para o entendimento das inter-relações entre a economia, o meio ambiente e as questões sociais.

Já no ano de 1972, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, o que levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Ainda no ano de 1972, uma equipe de especialistas de vários países publica o relatório "Os Limites do Crescimento", com estudos sobre como o crescimento populacional associado ao incremento do uso dos recursos naturais impunha limites para o crescimento industrial.

Nos anos seguintes, surgiram inúmeros estudos e criações de organizações atentas à evolução das questões sócio-ambientais, bem como a necessidade de se estabelecer um novo modelo de desenvolvimento.

Em 1983, a ONU cria a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida pela então primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. Essa Comissão lança, no ano de 1987, um documento chamado "Nosso Futuro Comum", conhecido também como Relatório Brundtland.

O Relatório populariza o termo desenvolvimento sustentável, trazendo sua definição aceita mundialmente até hoje: "Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades".

O relatório apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável buscando um consenso mínimo entre a posição dos ambientalistas e dos desenvolvimentistas. A partir deste conceito ganha vulto a idéia de que desenvolvimento (no sentido de crescimento econômico) e meio ambiente (no sentido de estoque de recursos naturais) não são contraditórios.

Já no ano de 1992, a ONU organizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida tanto como Eco-92, quanto como Rio-92. Nessa ocasião, foram elaborados importantes documentos, a exemplo da Declaração do Rio, com 27 princípios que norteiam a interação das pessoas com o planeta; a Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas, que culminou no Protocolo de Kyoto; e a Agenda 21, que traz os princípios básicos para alcançar a sustentabilidade do planeta em meados do século 21.

No ano de 1997, foi assinado o Protocolo de Kyoto, negociado pela Comissão das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas. Este documento estabelece para os países desenvolvidos signatários metas de redução das emissões de gases de efeito estufa.

Em 1999, surgiu o primeiro índice global que acompanha o desempenho financeiro das companhias líderes em sustentabilidade em todo o mundo com papéis negociados na Bolsa de Nova York, conhecido como Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

No ano de 2000, ocorreu, em Nova York (EUA), o encontro da Cúpula do Milênio da ONU o qual deu origem à Declaração do Milênio. Este documento define os 8 objetivos de desenvolvimento do milênio, divulgados no Brasil como "8 Jeitos de Mudar o Mundo".

Os objetivos contam com metas concretas a serem atingidas pelos 191 Estados membros da ONU até 2015. Houve consenso entre os líderes mundiais que a prioridade número 1 da ONU deveria ser a erradicação da pobreza absoluta.

No ano de 2002, ocorreu em Johannesburgo, na África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Cúpula do Milênio ou Rio+10, apresentando como foco a implementação da Agenda 21 mundial, avaliação dos obstáculos encontrados para atingir as metas propostas no Eco-92 e dos resultados alcançados em dez anos.

Em 2003, o Banco Mundial e a International Finance Corporation (IFC) estabeleceram, o Princípio do Equador, em conjunto com uma série de bancos privados, critérios de análise de risco sócio-ambiental no financiamento de projetos acima de US\$ 50 milhões (reduzido em 2006 para U\$ 10 milhões).

Sob o ponto de vista de muitos estudiosos, a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável incide em uma transição para um novo modo de organização da economia e da sociedade, assim como das suas relações com a natureza.

Essa transição exige mudanças nos padrões de produção e de consumo, transformações essas que podem ser induzidas e potencializadas por meio de políticas públicas, e devem ocorrer em um ambiente de sintonia com os movimentos endógenos dos atores institucionais, sociais e políticos.

Entretanto, não se pode falar em desenvolvimento rural sustentável sem relacioná-lo a multifuncionalidade da agricultura familiar, sobretudo em relação aos desafios da construção do desenvolvimento sustentável no Brasil.

Vale lembrar que a multifuncionalidade da agricultura familiar engloba, além da produção de alimentos e matérias-primas, a geração de mais de 80% da ocupação no setor rural, favorecendo o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas como, a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético.

Assim, quando se fala de agricultura familiar no Brasil, fala-se na integração do policultivos - manejando, além de diversas espécies agrícolas, muitas variedades de cada uma delas - com a criação de diversas espécies animais e com o uso múltiplo das plantas nativas.

Alguns fatores determinam esta opção pela diversificação. A unidade agrícola familiar é um sistema econômico de produção e de consumo. A preservação e a valorização de subsistemas voltados para o mercado e para o autoconsumo da família e a manutenção do equilíbrio de suas interrelações é uma condição fundamental para a reprodução socioeconômica do sistema em seu conjunto.

Para SOARES (2000/2001), a importância da multifuncionalidade da agricultura familiar, viria ampliar a abordagem do conceito de agricultura e desenvolvimento rural sustentável e suas relações com outros setores da economia, por meio das seguintes maneiras:

- ampliando o alcance para incluir os serviços prestados pela agricultura para a sociedade em geral;
- estabelecendo um marco para a valorização das compensações mútuas e sinergias entre as diferentes funções da agricultura e o correspondente uso da terra;
- examinando as relações dinâmicas entre as zonas urbanas e rurais em diferentes escalas;
- incorporando toda a gama mundial de situações, desde as sociedades predominantes rurais, onde a produção primária de alimentos e outras mercadorias é prioridade, até as nações altamente industrializadas, com uma pequena população rural e importância da produção primária igualmente modesta (SOARES, 2000/2001, p. 42).

Assim sendo, a agricultura familiar exerce múltiplas funções estratégicas para a sociedade e sua importância deve ser reconhecida; e traduzida em políticas públicas adequadas.

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

Essa análise buscou evidenciar a compreensão das diferentes dimensões das políticas agrícolas em operação no contexto regional baiano, oriundas da administração pública federal, estadual, ou mesmo, da esfera do governo municipal, voltadas para agricultura familiar.

Para tanto, primeiramente, procurou-se resgatar, de modo particular, no âmbito da literatura econômica e social, os diferentes aportes oferecidos pela bibliografia especializada para o tratamento do tema.

Em *The Civic Culture*, o conceito de cultura política encontra-se delimitado às atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos: "O termo 'cultura política' refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública" (ALMOND; VERBA, 1989, p. 12).

Por meio desse conceito, pretendia-se chegar à caracterização daquilo que seria a cultura política de uma nação, definida como "[...] a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação"¹⁸.

Neste sentido, políticas públicas compreendem as decisões de governo em diversas áreas que influenciam direta e indiretamente a vida de um conjunto de cidadãos.

Até a década de 70, os estudos das políticas públicas tiveram seu foco voltado, sobretudo, para a análise dos processos de definição de problemas, para tomada de decisão e, para a relação entre o conhecimento e a melhoria da qualidade de vida. Foi a partir dessa década que as atenções se voltaram para as fases posteriores à tomada de decisões relativas à política pública e aos processos de gestão.

DENARDI (2001), faz uma cronologia acerca da política agrícola no Brasil, destacando três pontos principais:

- a) a política agrícola brasileira, em substância, sempre foi decidida em consonância com os interesses dos empresários do agribusiness;
- b) nas últimas duas décadas (anos 80 e 90), as políticas setoriais, inclusive a política agrícola, perderam importância e cederam espaço para as políticas macroeconômicas, sobretudo a partir dos pacotes econômicos e da liberalização;
- c) por fim, nos anos 90, passou-se a atribuir novos papéis para a agricultura e o meio rural, com destaque para a geração de emprego e a preservação ambiental (DENARDI, 2001, p. 57).

Ao final do Século XX as políticas públicas voltadas para o campo passam por um processo de transformação acompanhado da necessidade de alinhamento das novas demandas sociais que emergirão no contexto dos anos 90.

¹⁸ *Ibidem*, p.13.

Para MIOR (2005, p. 162), ao mesmo tempo em que a agricultura passa a conviver com a abertura da economia e a desregulação, a política pública brasileira direcionada para o campo começa a produzir os primeiros sinais de diferenciação, com políticas dedicadas a tratar das questões ambientais, de desenvolvimento rural e da produção agrícola.

Conforme SOUZA (2006, p. 1), as duas últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, execução e avaliação.

MIOR (2005) classifica em cinco grupos os principais componentes das políticas agrícolas: “Grupo 1 - Melhoria da produtividade e da competitividade; Grupo 2 - Suporte ao Setor Agrícola; Grupo 3 - Política Fundiária; Grupo 4 - Políticas Regionais Programas/Projetos de desenvolvimento Rural; e Grupo 5 - Política de Produtos” (GASQUES; VILA VERDE, 1997 *apud* MIOR, 2005, p. 162).

Dentre as principais políticas públicas específicas para agricultura familiar, podem ser destacadas: a Previdência social, o crédito, a comercialização, a assistência técnica, o seguro agrícola e a garantia de safra.

Uma política agrícola diferenciada para a agricultura familiar começou a emergir com o Decreto 1.946, de 28 de Junho de 1996, que criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Não é mais uma simples diferenciação nas normas de crédito rural para “pequenos produtores” (VEIGA, 1996, p. 38).

O seu advento e manutenção do PRONAF devem-se à reivindicação e da pressão dos agricultores e trabalhadores rurais organizados e liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG).

Ao longo da trajetória do PRONAF desde sua criação, diversos decretos foram assinados, sempre no intuito de atender as demandas e garantir as conquistas de seus beneficiários.

Segundo GEHLEN (2004, p. 99), a concepção e execução do PRONAF contemplam a participação de organizações dos agricultores, produzindo assim, mudanças que expressam uma nova visão do significado e do papel da agricultura familiar no Brasil, sobretudo para o desenvolvimento sustentável.

Cinco anos após o lançamento do PRONAF o governo federal procede a alteração no mesmo, por meio do Decreto nº 3.991, em 30 de outubro de 2001. Entretanto, a consequência dessa trajetória foi a sanção do Presidente da República à Lei nº. 11.326 de 2006, a qual estabelece conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas a agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, consolidando e tornando irreversível o processo de fortalecimento da agricultura familiar.

Observa-se, contudo, que a competitividade e a profissionalização não sobrepujaram as desigualdades sociais no meio rural. Necessário se faz que o poder público tenha um novo olhar sobre o rural, propiciando assim um resgate a agricultura familiar, cada vez mais participativa, não só no que se refere às questões locais, mas também, às nacionais e internacionais. Em sua análise, Gehlen (2004) assegura que:

Neste sentido, as políticas de tipo participativas e dirigidas para segmentos específicos (como é o caso do PRONAF), embora apontem para mudanças, tendem a fortalecer os que apresentam racionalidade "moderna" e centrada na ética do trabalho e da competitividade, apropriando-se das melhores chances. Não havendo igualdade de chances nas oportunidades que se oferecem, verifica-se que as políticas públicas convencionais (tipo crédito agrícola, por exemplo, ou estímulo à formação de cooperativas) não superam a discriminação e a desigualdade entre uns e outros [...] (GEHLEN, 2004, p. 2).

De um modo em geral, as políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, atualmente, estão direcionadas para quatro eixos de ação: redução da pobreza rural, sistemas de produção sustentáveis, geração de renda e segurança alimentar.

Conforme aponta a literatura, o Brasil está diante de uma grande oportunidade de desenvolvimento e de um grande desafio que exige escolhas estratégicas de políticas públicas sérias e eficientes propulsoras do desenvolvimento rural sustentável.

1.4 QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL

A expressão “qualidade de vida” foi empregada pela primeira vez em 1964, pelo presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, quando declarou que “os objetivos não podem ser medidos através do balanço dos bancos. Eles só podem ser medidos através da qualidade de vida que proporcionam às pessoas” (JOHNSON, 1964 apud FLECK et al, 1999, p. 20).

O interesse em conceitos como "padrão de vida", “condição de vida” e "qualidade de vida" foi inicialmente partilhado por cientistas sociais, filósofos e políticos.

A literatura sobre qualidade de vida tem direcionado esta expressão ao desenvolvimento econômico, à preservação ambiental e à melhoria das condições de vida.

Assim, quando se trata qualidade de vida, corre-se o risco de se falar de uma categoria ampla e subjetiva. Para a definição deste conceito baseou-se então, além da observação empírica, nas reflexões de vários autores dos quais se destacam HERCULANO (1998); JANNUZZI (2004); SCHWARTZMAN (1974); SOUZA (2002); SEN (2000).

Para SEN (2000, p. 29), o crescimento econômico "não pode ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhoria de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos". Desta maneira, a expansão da liberdade é analisada, pelo autor, como o principal fim e o principal meio de desenvolvimento: "O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente".

Segundo PINTO (1995, p. 22), a expressão qualidade de vida faz parte “ao mesmo tempo, da linguagem cotidiana e científica”, apresentando, portanto o fenômeno da polissemia¹⁹.

A expressão sai então do campo econômico e se expande para outros campos de conhecimento. Partindo de pontos mais subjetivos, como a saúde e o bem-estar, os esforços que buscavam medir ou quantificar qualidade de vida aproximaram as ciências humanas e biológicas na discussão.

Para BUARQUE (1993, p. 1), a qualidade de vida dos povos das sociedades antigas estava em não ser ameaçado pelos deuses, pelos inimigos e pelas intempéries naturais: “a vida era a rotina, a qualidade dela era não quebrar a rotina”.

HERCULANO (2000, p. 79), por sua vez, aborda “qualidade de vida como um instrumental sociológico, um novo campo não só de estudos, mas de intervenção, que estaria definido pelo estudo substantivo, descritivo e normativo, das condições de vida social, econômica e ambiental”.

Para SCHWARTZMAN (1974, p. 107), a expressão qualidade de vida tem a ver com expansão e consolidação dos direitos civis, políticos e sociais. Assim, para o autor o problema da qualidade de vida não é prioritariamente de consumo e implica em “uma noção clara e explícita de uma política de desenvolvimento social”.

JANNUZZI (2004, p. 19), ressalta que o conceito de “condições de vida poderia ser operacionalmente traduzido como o nível de atendimento das necessidades materiais básicas para sobrevivência e reprodução social da comunidade”.

Assim, uma pessoa pertencente a uma classe social baixa deverá priorizar como qualidade de vida, o atendimento de suas necessidades básicas imediatas, como alimentação, habitação, saúde e educação, enquanto que se for de uma classe social média, além destas

¹⁹ Polissemia – muitas significações para uma palavra. “Quando um termo se usa com várias acepções diz-se que há polissemia.” (M. Said Ali, Meios de Expressão e Alterações Semânticas, p. 83.).

necessidades imediatas, exigirá serviços complementares como: lazer, áreas verdes, saneamento adequado, baixos níveis de poluição, segurança e transporte.

Revistas especializadas também têm explorado o tema, a exemplo Revista Saúde Coletiva²⁰, que tratam de um ou de outro aspecto que envolve a qualidade de vida do ser humano: a questão do estresse, a necessidade de atividade física, a importância de alimentação balanceada e assim por diante, geralmente com o foco voltado para o campo da saúde.

Como sintetiza BUARQUE (1993, p. 157), “talvez nenhum conceito seja mais antigo, antes mesmo de ser definido, do que ‘qualidade de vida’. Talvez nenhum seja mais moderno do que a busca da qualidade de vida”.

Observa-se então, que definir com precisão o que é qualidade de vida e sua contribuição para o bem-estar de um indivíduo ou de um grupo é arriscado e sempre polêmico.

Conforme BARBOSA (1996), é possível entender qualidade de vida como “o somatório das condições objetivas e subjetivas do ser, expressas no cotidiano dos indivíduos em decorrência de macro e micros transformações sócio-ambientais que a sociedade atravessa”. Para a autora, o conceito de qualidade de vida pode ser visto por meio de três eixos, adicionando o fator ético-político na discussão:

Um primeiro eixo diz respeito à satisfação e acesso a bens básicos como educação, transporte, emprego, alimentação, saneamento ambientalmente adequado, serviço de saúde, etc., e à qualidade do acesso a esses bens, como sistemas de educação e saúde eficientes e que atinjam seus objetivos; sistema de transportes coletivos satisfatórios; alimentação e salários condizentes com as necessidades do indivíduo e de sua família. O segundo eixo diz respeito ao acesso aos bens fundamentais para complementação da vida dos indivíduos como cultura; lazer; relações afetivas e sexuais plenas; relações familiares fundamentais; relação com a natureza; relações plenas com o trabalho. E, por último, o terceiro eixo, denominado de bens ético-políticos por compreender o acesso às informações que dizem respeito à vida do cidadão, colocadas de forma clara e objetiva, a participação política e o

²⁰ Revista Saúde Coletiva – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Estudo em Saúde Coletiva, v. X V, N. 1, 2007.

envolvimento nas causas coletivas, participação na gestão local da vida cidadina e a cidadania (BARBOSA, 1996, p. 150).

Alguns pesquisadores alertam que o homem avalia a qualidade de vida na medida em que o mundo que o cerca satisfaz suas expectativas e necessidades. Estas necessidades se decompõem em grupos relativamente homogêneos, podendo ser necessidades biológicas, de estabilidade ambiental, de interação, de dominação do ambiente, de poder, de saber, dentre outras.

Assim sendo, a qualidade de vida precisa então, ser mensurada, localmente principalmente, a partir da identificação de micro espaços minimamente homogêneos.

PINTO (1995, p. 23), entende qualidade de vida, como um processo que para ser compreendido requer a convergência de diferentes visões disciplinares.

O processo de qualidade de vida requer, para sua compreensão, a interdisciplinaridade, já que a infinda riqueza e complexidade da vida humana só podem ser entendidas mediante uma convergência de perspectivas teóricas, que buscam superar seus limites, romper suas fronteiras, estabelecer o diálogo entre o natural, o social, o cultural e obviamente, entre todos estes, o político (PINTO, 1992, p. 24).

Apesar da existência de vários estudos sobre qualidade de vida, ainda é delicado demarcar seus limites devido ao alcance e interligação com diversas abordagens e problemáticas. Na tentativa de enfrentar tal desafio busca-se, então, conhecer os indicadores e índices sociais já elaborados pela Ciência Social no Brasil.

Em meio aos mais variados parâmetros que têm sido propostos, no mundo, podem-se destacar os indicadores socioeconômicos e de qualidade de vida, tais como: saúde, emprego, renda, educação, habitação, transportes, demandas X recursos, satisfação e bem estar, dentre outras.

JANNUZZI (2003) apresenta a classificação básica dos indicadores entre objetivos (ou quantitativos) e subjetivos (ou qualitativos).

Os indicadores objetivos se referem às ocorrências concretas ou entes empíricos da realidade social, construídos a partir das estatísticas públicas disponíveis [...]. Os indicadores subjetivos ou qualitativos, por outro lado, correspondem a medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos ou especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade, levantadas em pesquisas de opinião pública ou grupos de discussão (JANNUZZI, 2003, p. 20).

Segundo a literatura científica que aborda este assunto, a avaliação e mensuração sobre as dimensões de qualidade de vida vêm sendo propostas de duas formas:

1. Examinando-se os recursos disponíveis, a capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer as suas necessidades e;
2. Avaliação das necessidades por meio de análise do grau de satisfação e dos patamares desejáveis.

Para HERCULANO (1998), a qualidade de vida deve ser entendida e analisada como:

"qualidade de vida" seja definida como a soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higiene ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como da preservação de ecossistemas naturais (HERCULANO, 1998, p. 91).

Sendo assim, os indicadores de qualidade de vida deverão ser mensurados pelos:

1. níveis de conhecimento e tecnologia já desenvolvidos e os mecanismos para o seu fomento;
2. canais institucionais para participação e geração de decisões coletivas e para resolução de dissensos;
3. mecanismos de acesso à produção (financiamentos);
4. mecanismos de acessibilidade ao consumo (distribuição de renda, de alimentos e acesso aos equipamentos coletivos - água, luz, saneamento, etc.);
5. canais democratizados de comunicação e de informação;

6. proporção de áreas verdes para a população urbana; proporção de áreas de biodiversidade protegidas;
7. organismos governamentais e não-governamentais voltados para a implementação da qualidade de vida (volume de recursos financeiros e de pessoal alocados para as políticas sócio-ambientais)(HERCULANO, 2000, p. 99).

Entretanto, a autora defende que os indicadores de qualidade de vida sejam mensurados localmente, a partir de espaços homogêneos a exemplo de assentamentos, favelas, bairros, e outros. Assim, o indicador de qualidade de vida local contribuirá para “nortear políticas: locais, em um esquema comparativo da alocação de recursos”. HERCULANO (2000, p. 101).

JANNUZZI (2003), classifica os indicadores de qualidade de vida em:

Indicadores subjetivos: são construídos a partir do levantamento de um conjunto amplo de impressões, opiniões e avaliações sobre diferentes aspectos do ambiente sócio-espacial da população, abordando a satisfação quanto ao domicílio, às facilidades existentes no bairro e às economias e deseconomias da vida do município, das condições materiais às aspirações pessoais. Ex: satisfação com a moradia, satisfação com o bairro, vizinhança ou cidade, intenção de mudar-se de domicílio, de cidade.

Indicadores objetivos: a) Indicadores de criminalidade e homicídios: nível de segurança pessoal calculado a partir dos registros administrativos das Secretarias de Segurança Pública; b) Indicadores de alocação de tempo: controle individual do tempo diário, em especial para atividades de convívio familiar e social, lazer, esporte e cultura a partir do indicador de tempo gasto com transporte de casa para o trabalho ou escola; c) Indicadores Ambientais: aqueles que dizem respeito à disponibilidade de recursos naturais, à forma de uso destes e aos resíduos gerados no seu consumo. Deriva-se de informações censitárias sobre infra-estrutura urbana, mortalidade por causas específicas, além de pesquisas institucionais com prefeituras ou concessionárias de serviços públicos sobre o destino final e tratamento de dejetos e de coleta de lixo (JANNUZZI, 2004, p. 112-119).

Em síntese, os indicadores devem possuir certas qualidades que justifiquem sua escolha: simplicidade, nível de acessibilidade social (compreensão por diferentes setores da sociedade), objetividade, flexibilidade, relevância, base técnico-científica, condições analíticas (base técnico-científica), mensurabilidade (dados facilmente disponíveis, em escalas temporais e custos aceitáveis), qualidade dos dados, e comparabilidade com outros indicadores, essa sendo especialmente útil na busca de referências para a determinação de metas (MAGALHÃES JUNIOR, 2003 *apud* SANTOS, 2005, p. 26).

JANNUZZI (2002, p. 70), destaca ainda, a importância da participação e do controle social nas definições das atividades sócio-políticas, a fim de legitimá-la perante a sociedade, garantindo o compromisso dos agentes implementadores de potencializar a efetividade social almejada pelas políticas públicas, uma vez que, segundo o autor, “as decisões públicas são sempre difíceis, já que os recursos são em geral sempre insuficientes para atender a totalidade dos problemas”.

2 A IMPORTÂNCIA DA CAPRINOVINOCULTURA PARA AGRICULTURA FAMILIAR DO SEMI-ÁRIDO BAIANO

O Estado da Bahia lidera a produção nacional de caprinos com um efetivo de 4,04 milhões de cabeças e posiciona-se no segundo lugar no ranking nacional de ovinos, com um rebanho de 3,13 milhões de cabeças, conforme as estatísticas do IBGE²¹ do ano de 2005.

Conforme o estudo da CONAB (2005, p. 4), a ovinocaprinocultura no Estado da Bahia se concentra principalmente na região do Semi-árido. O hábito alimentar semi-arbustivo arbóreo da espécie caprina e o consumo preferencial das gramíneas pelos ovinos deslanados tornam essas duas espécies as mais adaptadas para consumir com mais eficiência as plantas de valor forrageiro existente no ecossistema da caatinga, principal dieta destes pequenos ruminantes.

A vegetação nativa dos sertões nordestinos é rica em espécies forrageiras em seus três estratos, herbáceo, arbustivo e arbóreo. Estudos têm revelado que acima de 70% das espécies botânicas da caatinga participam significativamente da composição da dieta dos ruminantes domésticos. Em termos de grupos de espécies botânicas, as gramíneas e dicotiledôneas herbáceas perfazem acima de 80% da dieta dos ruminantes, durante o período chuvoso. Porém, à medida que a estação seca progride e com o aumento da disponibilidade de folhas secas de árvores e arbustos, estas espécies se tornam cada vez mais importantes na dieta, principalmente dos caprinos (ARAUJO; GUIMARÃES FILHO; CARVALHO FILHO, 2002, p.1).

Estudos realizados pela Embrapa Semi-árido²² têm mostrado que o cultivo e a utilização de gramíneas, leguminosas, forrageiras arbóreas ou arbustivas introduzidas e adaptadas às condições edafo-climáticas do Semi-árido, parece ser o ideal para amenizar e superar o problema da estacionalidade de alimento, por meio do pastejo diferido ou dos processos de conservação e armazenamento de forragens.

Tradicionalmente a agropecuária desta região é baseado em um sistema bi-econômico baseado na agricultura dependente de chuvas, atividade extrativista, consórcio pecuário e

²¹ IBGE. Produção Pecuária Municipal Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 nov. de 2007

²² Disponível em: www.cpatia.embrapa.br. Acesso em: 10 nov. de 2007

assalariamento da mão-de-obra. A atividade pastoril em alguns municípios é a única fonte de renda e dela depende a sobrevivência de muitos agricultores familiares.

A importância econômico-social dos caprinovinos criados nessa região reside principalmente na produção de leite e de carne, como fonte de proteína animal de baixo custo, bem como na produção de peles para abastecer os grandes curtumes instalados na região; ou utilizada na produção de artefatos de couro comercializados tanto no mercado local como enviados para os grandes curtumes.

Os rebanhos são constituídos, na maioria das vezes, por um pequeno número de animais, não possuem cercas periféricas para a contenção de caprinos e ovinos e as existentes destinam-se ao cercamento de pequenos roçados de culturas de subsistência, sem um sistema de suplementação e poucos cuidados sanitários resultando em alta mortalidade de animais jovens em torno de 40% e um desfrute médio de 28% (Embrapa – CNPC, 1994)²³.

As criações maiores e mais tecnificadas, constituídas na sua maioria por criadores selecionadores de raças especializadas na produção de carne e leite, aparecem como geradoras de empregos permitindo a uma parcela da população ter seu sustento garantido por via direta (trabalho na criação) e influenciando na melhoria genética dos rebanhos dos pequenos produtores familiares por meio da formação de animais mestiços mais produtivos.

A ausência de conhecimento sobre as potencialidades e a desinformação sobre a realidade do Semi-árido, fazem com que boa parte dos seus moradores acredite na inviabilidade sócio-econômica e ambiental dessa região.

Segundo REBOUÇAS (1997, p. 5), a existência de ilhas de sucesso e a prosperidade no contexto do Semi-árido, indicam ser extremamente viável à ocorrência de significativas e positivas mudanças no seu cenário agrícola.

²³ Disponível em: Recomendações tecnológicas para a produção de caprinos e ovinos no Estado do Ceará. 2. ed., Sobral, 1994. 58 p., 1994. (EMBRAPA – CNPC, Circular Técnica, 9, p. 9 - 10).

Para NETO; MEIRA (1998), a zona Semi-árida do Nordeste brasileiro apresenta as seguintes características, assim definidas:

- a) pluviosidade baixa e irregular, em torno de 750 mm/ano em média, concentrada em uma única estação de 3 a 5 meses; ocorrência de períodos agudos de estiagem, quando a precipitação pluviométrica atinge cerca de 450 - 500mm / ano, em algumas zonas;
- b) temperaturas altas, com taxas elevadas de evapotranspiração e balanço hídrico negativo durante parte do ano;
- c) insolação muito forte (2800 horas / ano), aliada à baixa umidade relativa;
- d) solos oriundos de rochas cristalinas, predominantemente rasos, pouco permeáveis, sujeitos a erosão e de razoável fertilidade natural;
- e) predominância da vegetação de caatinga, que abrange cerca de 1,0 milhão de km², com sucessão de vegetação indicativa de processo de degradação ambiental (NETO; MEIRA, 1998, p. 7).

LOBÃO; FRANCA ROCHA; FREITAS (2004, p. 1), afirmam que o Semi-árido, baiano, é formado por 258 municípios, compreendendo uma área de 388.274 Km², ou seja, 70% da área do Estado, com uma população de 6.316.846 habitantes.

Esta região é normalmente destinada para a produção de animais de pequeno porte e fortemente relacionada a agricultura familiar.

Diante das estatísticas constatadas no estudo realizado pelo Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO (2000)²⁴, pode-se afirmar que a agricultura familiar é considerada como forte agente propulsor do desenvolvimento econômico e quando fortalecida, tem a capacidade de aquecer a economia regional.

Segundo BUAINAIN (2006, p. 37), o perfil clássico de produção dos agricultores familiares “é composto por um a dois produtos comerciais, que fazem em torno de 70% de sua renda total, e por vários outros produtos de menor importância individual, mas que, em conjunto, compõem 30% da produção, seja para o consumo próprio autoconsumo, seja para a venda”.

²⁴ Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar - O Brasil Redescoberto. Brasília, fevereiro de 2000.

Conforme CARVALHO; SANTOS (2003, p. 8), os conhecimentos técnicos e científicos disponíveis indicam que a solução para problemas do Semi-árido dependerá da escolha de adequadas alternativas para alguns desafios determinantes, a exemplo de: demográficos, ambientais, decorrentes da escassez de recursos hídricos, econômicos e institucionais.

Dentro dessa diversidade, o crescente número de experiências organizacionais e produtivas bem-sucedidas, seja em condições de sequeiro, seja em regime de pequenas irrigações, desenvolvidas em torno da agricultura familiar, vem superando a vulnerabilidade dos agrossistemas diante das secas e constituindo alternativas econômicas sustentáveis. Várias delas podem derivar da dinamização das atividades produtivas tradicionais de reconhecida importância econômica e social, como são os casos da pecuária de leite, caprinocultura, apicultura, cotonicultura, fruticultura, entre outras (SILVA; GUIMARÃES FILHO, 2006, p. 110).

Vale ressaltar, conforme CARVALHO; SANTOS (2003, p. 8), que o sucesso da agricultura familiar tem “dependido das condições concretas e específicas de aproveitamento dos recursos (materiais, humanos e financeiros), comportando, por isso, um conjunto variado de soluções possíveis”.

Não se pode considerar a agricultura familiar simplesmente como uma agricultura praticada sem tecnologia. Ao contrário, suas possibilidades de sucesso dependem tanto do uso de tecnologia, assistência técnica, processos de comercialização e mercado, tanto quanto as possibilidades da chamada agricultura empresarial, integrante do agronegócio.

Conforme estudo patrocinado pelo MDA²⁵, dos 699 mil estabelecimentos rurais localizados na Bahia, 623 mil (89%) são estabelecimentos de base familiar ocupando 37,9% da área total e sendo responsáveis por 39,8% do Valor Bruto da Produção (VBP), baseado no censo agropecuário de 1996.

Segundo informações do censo agropecuário de 2006²⁶, realizado pelo IBGE, o Estado da Bahia é o segundo colocado, dentre os Estados do Nordeste, em número de

²⁵ INCRA/FAO – Projeto de Cooperação Técnica – ‘Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto’, Brasília, fevereiro 2000.

²⁶ Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acessado em 10 jan. 2008.

estabelecimentos de base familiar e o oitavo colocado no Brasil. Destas propriedades 7,47% são estabelecimentos com criatórios de caprinos e 12,59 % com criatórios de ovinos; colocando a Bahia respectivamente em sexto e quinto lugar em relação ao Brasil.

Estes números apontam para a importância da participação da produção familiar, apesar do alto grau de concentração existente no Estado e seus reflexos na economia.

Em que pesem as mudanças ocorridas desde a aplicação do censo, pode-se assumir que os dados estruturais como acesso a terra, tecnologia, eletrificação, assistência técnica, grau de especialização e outros não sofreram tantas alterações até então. O comportamento dos indicadores de concentração fundiária no Brasil, medida pelo Índice de Gini²⁷, confirma essa hipótese: após sete anos de intensa desapropriação e distribuição de terras (1996-2002), os indicadores voltaram a ficar estáveis (BUAINAIN, 2006, p. 30).

Embora os estabelecimentos familiares tenham um peso significativo na produção agropecuária, alguns estudos ainda apontam à baixa capacidade de competição frente à agricultura patronal.

Para ZACHARIAS (1997, p. 3), a maioria das explorações de caprinos e ovinos concentra-se na região Semi-árida da Bahia, local em que essas espécies se adaptaram a uma vegetação característica denominada de caatinga, principal fonte de alimentação desses rebanhos; resultando em animais de grande rusticidade, mas de baixa produtividade.

Conforme SIMPLÍCIO; SIMPLÍCIO (2007, p. 6), a exploração desta atividade de base familiar, deve ser alicerçada na apropriação do conhecimento, uso de tecnologias apropriadas e foco no mercado, surgindo então como geradora de emprego e renda, e, fixação do homem no campo ao longo de toda a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura.

Existe uma grande variedade de produtos de origem caprina: leite, carne, couro, pêlo, e esterco, além de ter utilidade como tração animal. Ainda hoje, a cabra tem um papel muito importante como fornecedora de alimentos, particularmente em países ou regiões em desenvolvimento.

²⁷ *Índice de Gini*: Mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.

O valor desta atividade abrange um outro aspecto de fundamental importância por se constituir na principal fonte de renda para os agricultores familiares da região.

Deste modo, o fortalecimento e a valorização da caprinovinocultura para agricultura familiar dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. Assim sendo, o desempenho dos governos e das políticas públicas, cumprem um papel fundamental em potencializar este setor.

A geração de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar da região, capazes de gerar desenvolvimento sustentável e renda, coloca-se como o grande desafio dos governos.

Para BRITTO; SANTOS (2006, p. 27), a heterogeneidade existente no Semi-árido baiano exige que sejam criadas medidas coerentes com a particularidade do local, de forma a superar os limites dados por condições naturais, políticas e econômicas.

Conforme BUAINAIN (2006, p.29), os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação ao tamanho da terra e da capacidade de produção, mas também em relação às condições de acesso à tecnologia, infra-estrutura e nível de organização.

Na Bahia, a heterogeneidade presente nos campos reproduz, por meio das relações socioeconômicas dos agricultores, características presentes no restante do país. O cenário aí descrito é marcado por uma agricultura especializada, como a produção de grãos no oeste do Estado e por uma agricultura familiar, geralmente pouco capitalizada, na região Semi-árida (BRITTO; SANTOS, 2006, p. 25).

Vale lembrar que o modelo agrícola priorizou as médias e grandes propriedades rurais, incentivando o uso de máquinas, fertilizantes e equipamentos agrícolas. Assim, esta opção da modernização, introduziu expressivas transformações não só técnica e econômica, como também na organização social da estrutura agrária do país, causando um padrão de desenvolvimento rural excludente e desigual.

Para SILVA; GUIMARÃES FILHO (2006), a estrutura fundiária é um dos principais fatores responsáveis pela baixa eficiência dos sistemas produtivos da agricultura familiar do Semi-árido baiano.

O tamanho médio dos estabelecimentos é estimado em 16,6 ha, muito reduzido se considerarmos a relativa desvantagem dos demais fatores produtivos. A situação se torna mais grave quando observamos a distribuição fundiária. Quase 60% dos estabelecimentos possuem áreas inferiores a 5 ha e mais de 80% não alcançam os 20 ha. Apenas 3,4% dos estabelecimentos de base familiar apresentam área superior a 100 ha. (SILVA; GUIMARÃES FILHO (2006, p. 114).

A agropecuária, base da economia do Semi-árido caracteriza-se por uma estrutura fundiária concentrada, um grande número de minifúndios, mão-de-obra intensiva, atraso tecnológico e pouca competitividade, pouca disponibilidade de águas de superfície, chuvas escassas e irregulares e águas subterrâneas salobras.

Conforme COUTO FILHO; SCHMITZ (2001, p.35), os minifúndios são normalmente cultivados pelos proprietários e suas famílias, embora muitos dos membros dessas famílias procurem outras ocupações em estabelecimentos agrícolas ou não situados em áreas próximas, ou ainda trabalhos esporádicos em localidades longínquas em determinada época do ano.

Essas áreas dos minifúndios geralmente são insuficientes para garantir o sustento das famílias, o que de algum modo, induz ao êxodo rural.

Conforme COUTO FILHO (1997, p. 20), os minifúndios baianos, ao contrário do que acontece no restante do Nordeste, apresentam particularidades que explicam a fixação do homem no campo. Segundo o autor, “estes minifúndios são um pouco maiores do que a média do Nordeste e, em sua maioria, os proprietários são os próprios produtores, fato que não ocorre em outros Estados da região”.

Para BRITTO; SANTOS (2006, p. 29), agricultura familiar possui o poder de resgatar os trabalhadores excluídos do campo. As autoras defendem a mobilização e a articulação dos

atores sociais nas ações voltadas para o alcance do desenvolvimento rural sustentável, a fim de garantir maior eficiência e eficácia às políticas públicas implementadas pelo governo federal e estadual.

Assim, o futuro da agricultura familiar depende basicamente da capacidade desses agricultores aproveitarem às potencialidades locais; aliada às possibilidades associadas à organização familiar da produção, o que possibilitará melhores vantagens competitivas.

Para BRITTO; SANTOS (2006, p. 26), a organização da produção é expressa num conjunto de lavouras e de criação animal, exploradas em sistemas de produção predominantemente rústicos, devido, fundamentalmente, à ausência de condições climáticas adequadas.

Conforme estudo realizado pela CONAB (2006, p. 5), a maioria dos rebanhos de caprinos e ovinos, da região Semi-árida baiana, é explorada em sistema extensivo, não sendo adotados métodos de manejo alimentar e sanitário; aspectos que têm contribuído para a baixa produtividade da ovinocaprinocultura de corte.

O uso da caatinga nativa como suporte forrageiro é um aspecto que tipifica os sistemas de produção destes animais nesta região.

Na caatinga nativa os índices de desempenho animal são muito baixos, sendo necessário 1,3 a 1,5 ha para criar um ovino ou um caprino durante um ano, com uma produção de peso vivo animal de 20 kg/ha [...]; todavia, pode-se incrementar muito a produtividade destas espécies, quando se utilizam práticas adequadas de manejo da caatinga (MEDEIROS, 1999, p. 4).

LIMA (2000, p. 1), relata que nos últimos anos, a partir de intervenções governamentais, as ações de pesquisa e assistência técnica vêm recomendando práticas e tecnologias capazes de melhorar significativamente os criatórios de caprino, a exemplo de melhoramento genético, melhoramento do suporte forrageiro básico, práticas racionais de manejo, suplementação alimentar, e controle higiênico e sanitário, com a finalidade de melhorar o desempenho dos caprinos e ovinos no Semi-árido baiano.

Estas ações estão sendo proporcionadas de uma forma mais significativa, a partir da execução de programas e projetos de apoio à pequena produção familiar, que podem contribuir para a expansão e a verticalização da caprinocultura no Semi-árido baiano.

Assim, torna-se de grande importância o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, entendendo que a sustentabilidade econômica e ambiental das atividades agrícolas, a exemplo da caprinovinocultura estará na estreita dependência do acesso desses agricultores ao conhecimento, sobretudo no que diz respeito às técnicas de gerenciamento, de organização da produção e de tecnologias.

Deste modo, as ações direcionadas ao desenvolvimento da caprinovinocultura no Estado da Bahia, nos anos de 2000 a 2007, subsidiaram a juros mais baixos a pequena produção caprina e ovina e têm sua atuação voltada para três linhas básicas: mudança tecnológica, produção leiteira e apoio aos projetos técnicos de abatedouros e frigoríficos industriais ligados ao abate de caprinos e modernização dos pequenos curtumes artesanais.

Para LIMA (2000), alguns resultados recentes de modernização da caprinovinocultura no Semi-árido baiano, já podem ser vistos, a exemplo de:

- . Dois frigoríficos industriais em funcionamento, sendo um em Feira de Santana, outro em Jequié;
- . Disponibilidade de crédito para caprinocultores financiados pelo BNB e PRONAF;
- . Disponibilidade de insumos, vacinas, vermífugos e rações no mercado;
- . Uso crescente de energia elétrica a um custo de 40% mais barato que o convencional;
- . Importação de animais de alto padrão genético como caprinos da raça Boer;
- . Implantação de agroindústrias para embutidos e defumados; e,
- . Um Centro de Profissionalização de Caprinocultores em Jaguarari para atender a região. Estes fatores favorecem o crescimento de uma produção organizada e denota um avanço tecnológico significativo nessa área (LIMA, 2000, p.1).

Conforme SIMPLÍCIO; SIMPLÍCIO (2007, p.6), as instituições financeiras e de desenvolvimento estão tomando consciência de que as explorações de caprinovinos, particularmente em áreas consideradas adversas como a Zona Semi-árida são atividades que oferecem menores riscos e maior retorno econômico em comparação com a bovinocultura.

Portanto, o PRONAF e o PRONAF – Agroindústria, que envolvem as parcerias dos governos federal, estadual e municipal e a comunidade local, têm como objetivo apoiar o desenvolvimento rural como gerador de emprego e renda, por meio do financiamento da agropecuária, apoio à infra-estrutura e serviços, capacitação e profissionalização de agricultores familiares e negociação de políticas públicas setoriais, além de criar as condições de integração da produção primária, agroindustrialização e comercialização da produção de base familiar.

Já o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA constitui-se em um mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - (PRONAF). Esse programa tem sua operacionalização simplificada, pois a compra é feita diretamente pela CONAB, sem intermediários ou licitações. No segmento da caprinocultura no Estado da Bahia o PAA é operacionalizado por meio do instrumento denominado, Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea – CAEAF – formalizado com associações e cooperativas de agricultores familiares, com a compra de produtos beneficiados, próprios para o consumo humano, e posterior entrega diretamente na instituição beneficiada.

Na Bahia os principais produtos da ovinocaprinocultura são: a carne, leite e a pele/couro. A produção de pele de cabras e carneiros não é suficiente para atender a demanda da indústria, devido, principalmente, aos baixos preços praticados pela indústria, bem como pelo elevado índice de abate clandestino.

Os cosméticos a base de leite caprino também tem conquistado um importante mercado, tornando-se mais uma alternativa para os produtores.

A implementação de políticas públicas para este segmento, juntamente com investimentos do setor privado, vem permitindo uma maior especialização desse segmento e uma melhor organização e modernização de toda a cadeia produtiva (ZACHARIAS, 1997). Contudo, o Estado baiano ainda possui um potencial na área de comercialização pouco explorado, necessitando que a iniciativa privada aposte neste setor da economia com maiores investimentos.

A Bahia possui um grande diferencial competitivo no mercado de carne, por estar junto a Sergipe, relacionado como Estados do Nordeste autorizados a comercializar a carne para outros Estados, por serem os únicos considerados zonas livres de aftosa, com vacinação reconhecida pela comunidade internacional.

Entretanto, é importante que os agricultores familiares observem independentemente do tamanho do seu rebanho, o caráter empresarial da atividade e a busca de um ponto de equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e sociais.

Os pesquisadores da temática alertam que as intempéries climáticas representam ameaças sérias ao desenvolvimento racional da ovinocaprinocultura. No entanto, as tecnologias disponíveis e os acenos dos mercados, interno e externo, já permitem e impõem a modernização tecnológica e de gestão nos diversos elos das cadeias produtivas. Segundo Simplício; Simplício (2007):

[...] exploração racional de caprinos e ovinos de corte, mesmo em condições adversas como as encontradas na Zona Semi-árida da Região Nordeste, pode favorecer as populações que trabalham com modelos físicos de exploração que tem como base a mão-de-obra familiar, constituindo-se numa alternativa com amplas perspectivas de sucesso (SIMPLÍCIO; SIMPLÍCIO, 2007, p.6).

As mudanças que estão ocorrendo no mundo conduzem à reflexão acerca da importância dos agricultores, principalmente os familiares, a se adaptarem a esta nova ordem, sob possibilidade de fraquejar diante das imposições de um mercado cada vez, mais competitivo e globalizado e conseqüentemente a qualidade e a certificação dos produtos alimentares.

Na busca de se reverter a atual situação do Semi-árido, ações prioritárias dentro das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável em seus três níveis de poder, municipal, estadual e federal, com o aproveitamento das suas potencialidades locais, visando a geração de emprego, renda e fixação do homem para a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população. Para Buainain (2006):

O universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres; que detém, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável, até famílias com dotação suficiente de recursos- terra, capacitação, organização, conhecimento – para aproveitar as eventuais janelas de oportunidades criadas tanto pela aplicação das velhas tecnologias como pela inovação tecnológica (BUAINAIN, 2006, p. 113).

São necessárias, então, ações voltadas para o aumento da oferta hídrica, tanto para consumo humano quanto animal, assim como o apoio às atividades que complementem as cadeias produtivas locais, incluindo a articulação da produção agrícola e comercialização, a partir de investimentos na área de infra-estrutura e logística. Simplício; Simplício, por sua vez, corroboram com a reflexão proposta ao afirmarem que:

Certamente muitos desafios estão por ser equacionados para que a caprinocultura e a ovinocultura ocupem definitivamente seus papéis, como atividades economicamente rentáveis. E, dessa forma, possam efetivamente contribuir para a geração de emprego e renda cumprindo o seu papel social. No entanto, a sustentabilidade da atividade, a geração de emprego e renda e, por conseqüência, de riquezas e bem-estar das pessoas, estão fortemente ligadas à capacidade de articulação e de resposta dos próprios produtores e seus parceiros aos desafios, particularmente aqueles inerentes à organização e gestão com foco nos diferentes elos das cadeias produtivas (SIMPLÍCIO; SIMPLÍCIO, 2007, p.2).

A criação desses animais é uma realidade e a expansão desta atividade encontra na região Semi-árida condições ambientais favoráveis que caracterizam as vantagens competitivas, como: clima, solo, alimentação, habilidade de aproveitar as espécies forrageiras existentes na vegetação natural com maior eficiência.

As características geográficas desta região lhe caracterizam como favorável para a produção de caprinovinos, não só por apresentar quase 90% do efetivo do rebanho brasileiro, mas, especialmente, pela importância sócio-econômica que esta atividade representa.

Observa-se a existência de uma evolução na dinâmica produtiva desta atividade e as novas possibilidades trazidas pela abertura de mercados demonstram uma necessidade de incrementar as ações voltadas para uma maior eficiência nos núcleos produtivos.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O RURAL BAIANO

Este capítulo tem por objetivo relatar as principais políticas públicas²⁸ dedicadas à inclusão social e combate à pobreza no Estado da Bahia, durante o período de 2003 a 2006. Foram selecionados 12 (doze) programas desenvolvidos no meio rural, pelo governo do estado da Bahia.

Néri (2006, p. 04) afirma que, “o objetivo final de políticas públicas não seria a redução da desigualdade em si, mas a melhoria do nível de bem-estar social que, objetiva e subjetivamente, depende dela, do crescimento e de outro fator subjetivo: a estabilidade econômica”.

Conforme o relatório de Governo do Estado da Bahia ano de 2006²⁹, no ano de 2004 a pobreza no Estado da Bahia recuou 9,5% com relação a 2003, enquanto que no Brasil esse percentual foi de 8% no mesmo período, segundo a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas.

Para Cohen e Franco (1993, p.16), “A avaliação de projetos sociais tem um papel central neste processo de racionalização e é um elemento básico de planejamento. Não é possível que estes sejam eficazes se não forem avaliados os resultados de sua aplicação”.

As políticas públicas a serem analisadas no decorrer deste capítulo são importantes para o processo de desenvolvimento e fortalecimento das diferentes dinâmicas socioeconômicas do rural baiano, voltados à agricultura familiar.

3.1 PROGRAMA PRÓ-GAVIÃO

Conforme informações obtidas nos relatórios de Governo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), dos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, esta

²⁸ Segundo Tavares, (2006, p.02), as políticas públicas são: “ações coletivas entre o Estado e a sociedade civil, no intuito, de concretizarem direitos sociais declarados e garantidos em lei. Através das políticas públicas são distribuídos ou redistribuídos bens e serviços sociais, em resposta às demandas da sociedade”.

²⁹ Disponível em: < http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/rel_atividades2006/relat2006.htm>. Acesso em: 10 ago 2007.

Companhia realizou, no ano de 1988, estudos voltados à formulação de projetos de desenvolvimento comunitário em 20 municípios considerados como os “municípios mais pobres” do Estado.

Nesse mesmo ano, uma Missão Especial de Programação do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA identificou a região Nordeste Brasileiro como área prioritária para a intervenção do Fundo de Apoio no país. Os baixíssimos indicadores de desenvolvimento econômico e social e o elevado número de famílias situados abaixo da linha de pobreza foram os fatores ocasionadores da escolha desta região.

Em 1992, uma Missão Geral de Identificação do FIDA, desempenhada pelo Centro de Investimentos da FAO, revisou estes estudos e aconselhou para fins de financiamento, a sua inclusão na agenda de prioridades do FIDA.

Até o ano de 1996, ano da assinatura do Acordo de Empréstimo, foram realizados numerosos estudos e diagnósticos da região e dos municípios a serem atendidos, com objetivo de subsidiar a formulação das diretrizes do projeto, sua estratégia operacional e a metodologia de implementação dos seus componentes e sub-componentes.

Em 2003, uma Missão Geral do FIDA realizada pelo Centro de Prioridades da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), revisou os estudos da CAR, elegendo a região semi-árida baiana como área beneficiária para agenda de financiamentos do FIDA.

O Programa de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião (Pró-Gavião), foi então idealizado para atuar em uma área espacial de 11.718 km² da região Sudoeste da Bahia, abrangendo 13 (treze) municípios na área de influência da bacia do Rio Gavião (Anagé, Belo Campo, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Guajerú, Jacaraci, Licínio de Almeida, Mortugaba, Maetinga, Piripá, Presidente Jânio Quadros e Tremedal), inseridos no Polígono das Secas; conforme demonstrado no Mapa 2.



Mapa 2: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Pró-Gavião
 Fonte: SEPLAN (2006).

O Pró-Gavião teve um período de execução de 08 (oito) anos; iniciado no ano de 1997 e encerrado em 2005, sendo concluídas as atividades em julho de 2006. Este programa objetivava incrementar a renda da população rural da região do Rio Gavião, de forma sustentável, por meio do aumento da produção e da produtividade agropecuária e agroindustrial.

Os moradores locais eram capacitados para a manutenção das obras e multiplicação das ações produtivas e sociais nos municípios contemplados. Além das metas físicas, o Pró-Gavião procurou consolidar sua estratégia de intervenção, não apenas assegurando o pleno funcionamento dos equipamentos instalados, como também ampliando os níveis de participação e comprometimento dos beneficiários – por meio dos fóruns de debates, a exemplo dos Comitês de Gestão Comunitária e dos Conselhos Municipais.

As ações do programa pautaram-se nos princípios da efetiva participação e organização dos beneficiários; no aumento de renda obtida com a atividade agropecuária e a pequena agroindústria; e, na sustentabilidade ambiental como mecanismo do desenvolvimento local.

O público-alvo do Programa eram pequenos proprietários e trabalhadores rurais com uma renda bruta anual de US\$ 2,500.00 obtida em pequenas propriedades de até 100 hectares.

Previa-se inicialmente beneficiar 1/3 da população dos municípios contemplados. Esta expectativa inicial foi superada ao final do projeto com o atendimento a 210 comunidades rurais e um total de 17.111 famílias atendidas.

O Pró-gavião apoiava-se estrategicamente no fortalecimento e/ou criação de organizações rurais de base e melhoramento da participação de agricultores e agricultoras; importância atribuída à relação entre o desenvolvimento e a mulher do meio rural; redução dos riscos relacionados com a seca e ao desenvolvimento da produção agrícola (CAR, 2003, p. 15).

Foi negociado com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), uma nova fase do programa, denominada Projeto de Desenvolvimento das Comunidades mais Carentes do Estado da Bahia (Prodecar), abrangendo 32 municípios em duas regiões do Estado: Sudoeste e Nordeste, com recursos da ordem de US\$ 60 milhões.

O Programa apresentou como principais resultados, segundo relatório de atividades da SEPLAN³⁰ do ano de 2006, a construção de 145 barragens, a implantação de 44 sistemas de abastecimento de água, construção de 6.774 cisternas domiciliares e coletivas, implantação de 253 campos de aprendizagem tecnológica, implantação de 2.948 kits de energia solar, implantação/ampliação de 77 redes de energia elétrica, construção e equipamento da Escola Família Agrícola, 4.069 agricultores assistidos tecnicamente, 29 micro empreendimentos implantados e aplicação de R\$ 8,3 milhões em crédito rural.

Segundo o estudo de avaliação dos impactos das suas atividades de transferência de tecnologia nas propriedades atendidas pelo Pro-Gavião, realizado pela Embrapa do Semi-árido³¹, registrou-se um aumento da renda bruta média em cerca de 24%.

3.2 PROGRAMA PRODUZIR

Produzir é o nome dado ao Programa de Combate à Pobreza Rural do Estado da Bahia (PCPR), realizado no Nordeste por meio de acordos de empréstimo firmados diretamente entre o BIRD e os governos estaduais.

³⁰ BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. **Relatório de Finalização do Projeto de Desenvolvimento Comunitário na Região do Rio Gavião**, Salvador (BA). CAR Setembro. 2006.

³¹ Projeto Gavião: Impactos no Desenvolvimento Rural (1998/2001).Disponível em: <www.cpatsa.gov.br>. Acesso em: 15 nov. 2007.

Esse programa foi criado em 1996, com objetivo de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e combater a pobreza nessas localidades. A área de atuação contemplou 407 dos 417 municípios baianos (com exceção da Região Metropolitana de Salvador), conforme Mapa 3.



Mapa 3: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Produzir
Fonte: SEPLAN (2006).

Suas ações contemplaram projetos nas áreas de infra-estrutura, meio ambiente, geração de renda, apoio à saúde, saneamento, educação e cultura. Os beneficiários do Programa foram comunidades rurais pobres com menos de 7.500 habitantes e as ações priorizaram os municípios de mais baixo IDH.

O Produzir foi executado e operacionalizado pela Companhia Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) em parceria com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Social (mais conhecidos como Conselhos do FUMAC) e financiado pelo BIRD e pelo Governo do Estado, com participação das associações comunitárias. O programa foi implantado em 1996, foi renovado no final de 2001, e foi encerrado em 2005³². Em novembro de 2005 foi firmado novo convênio para uma segunda etapa do PCPR (Produzir II), com duração prevista para mais quatro anos.

³² Foi firmado em 16/07/1995 o acordo de empréstimo no. 3.917/BR entre o Estado da Bahia e o BIRD, encerrado em 30/06/2001. Um novo acordo de empréstimo foi firmado em 29/10/2001 (nº. 4.623/BR), com vigência até 31/12/2005.

Este programa consiste no financiamento não reembolsável de subprojetos operados e mantidos pelas comunidades, por intermédio de suas associações, operando por meio de convênios que transferem recursos para associações comunitárias para financiamento de projetos de infra-estrutura, produtivos e sociais.

A capacitação também foi uma preocupação do programa, que transferiu para as associações comunitárias o poder de definição, execução e gestão dos projetos. Assim sendo, o foco da capacitação tem sido um processo de incentivo à educação continuada, que envolve os gestores do programa em todos os níveis de ação: conselhos municipais, associações comunitárias e equipes técnicas.

O Produzir apresentou até o ano de 2006 duas fases (Produzir I e II), com previsão de extensão para o ano de 2007, o Produzir III. Na fase do Produzir I que teve início em 2003, foram beneficiadas 313 mil famílias com investimentos da ordem de R\$ 332,8 milhões, aplicados em 3.633 convênios, distribuídos na área de infra-estrutura, geração de renda, saneamento e apoio à saúde, educação, cultura e meio ambiente.

A implantação desses projetos envolveu (na sua fase I e II), a participação de 03 (três) mil associações comunitárias e de 349 (trezentos e quarenta e nove) conselhos municipais, bem como, 705 (setecentos e cinco) cursos de capacitação em diversas áreas para a comunidade rural.

O relatório da SEPLAN, ano de 2005³³, apontou que aquele modelo descentralizado e integrado de política pública para redução da pobreza rural foi classificado entre as experiências finalistas da premiação anual do Programa Gestão Pública e Cidadania, iniciativa da Fundação Getúlio Vargas/SP e Ford Foundation em 2004, que contemplou as mais diversas práticas e experiências inovadoras realizadas por organismos governamentais e não-governamentais de todo o país.

Conforme esse documento, o Estado da Bahia foi escolhido pela terceira vez consecutiva, pelo Banco Mundial, para demonstração das práticas bem-sucedidas na gestão de programas de combate à pobreza, experimentadas pelo Produzir.

³³ Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/arquivos/rel_atividades2005/>. Acessado em: 12 set. 2007.

Ademais, de acordo com dados disponibilizados pela CAR³⁴, os 6.861 convênios atenderam 400 municípios e em torno de 4.500 comunidades diferentes, incluindo as sedes dos municípios³⁵. Na primeira fase do Projeto, entre 1996 a 2001, foram atendidos 190 municípios. Do ano de 2002 a 2006 houve uma ampliação deste número, atingindo 400 municípios, embora com um grau de atendimento diferenciado (CAR, 2007).

A previsão deste programa é que ao final do ano de 2008, sejam implantados 2.500 projetos comunitários, que irão beneficiar cerca de 250.000 famílias rurais pobres em 407 municípios do Estado da Bahia, com investimentos previstos de recursos da ordem de US\$ 75,00 milhões, sendo US\$ 54,35 oriundos de acordo de empréstimo com o Banco Mundial e o restante de contrapartida do Governo do Estado e da participação dos beneficiários.

O Produzir III prevê a inclusão socioeconômica da população rural pobre, por meio da implantação de projetos de infra-estrutura e de geração de ocupação e renda, mediante financiamento não reembolsável de pequenos investimentos comunitários que contribuam para a redução da pobreza rural e o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

3.3 PROJETO PRODECAR

Projeto de Desenvolvimento Comunitário das Áreas mais Carentes do Estado da Bahia (PRODECAR) visa fortalecer o capital humano e social, a partir do apoio à participação dos produtores e ao desenvolvimento de organizações rurais com objetivo de aumento da competitividade e da articulação de mercado, bem como o incremento da produtividade das pequenas propriedades e microempresas, por meio de treinamento, extensão e apoio para o comércio.

Apresenta como objetivo principal, a redução dos níveis de pobreza das comunidades rurais do Semi-árido, promovendo um desenvolvimento ambientalmente sustentável, por meio de intervenções de infra-estrutura, a exemplo de barragens, sistemas de abastecimento de água, cisternas, energia solar e elétrica, dentre outros; por meio de apoio a microempresas, à

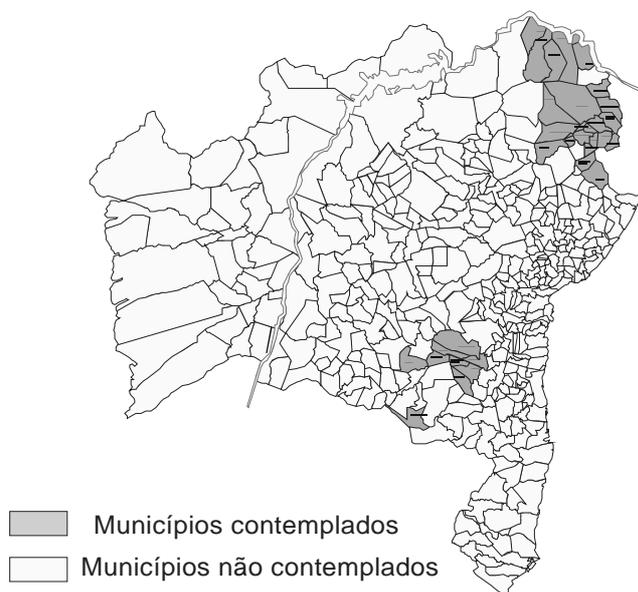
³⁴ Disponível em: www.car.ba.gov.br. Acesso em: 20 nov. 2007.

³⁵ Do total de convênios, 454 foram executados nas sedes dos municípios. Destes, 27% foram para saneamento, 20% para comercialização (centros de abastecimento, galpões, módulos para feiras, recuperação de mercados, dentre outros), 12% para geração de empregos (fábricas, lavanderias, oficinas, padarias, olarias).

agricultura familiar para garantir a segurança alimentar e o incremento da renda, desenvolvimento ambiental, comercialização, capacitação para o trabalho, apoio a jovens empreendedores e estudo das cadeias produtivas, definição dos territórios, diagnóstico da região e perfis comunitários e a elaboração do manual de operações, dentre outras iniciativas.

Vale salientar que a estruturação das bases do Prodecar encontra importante aliado nas ações que foram desenvolvidas pelo Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião – Pró Gavião, concluído em 2005.

Por meio de acordo firmado no ano de 2006 entre o Estado da Bahia e o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), órgão vinculado às Nações Unidas, o Prodecar contou em 2007, com US\$ 30 milhões além de contrapartida do Governo do Estado no mesmo valor, para atuar em 32 municípios baianos com os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH); sendo 23 deles da região Nordeste do Estado e nove da região Sudoeste, conforme demonstrado no Mapa 4.



Mapa 4: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Prodecar
Fonte: SEAGRI (2007).

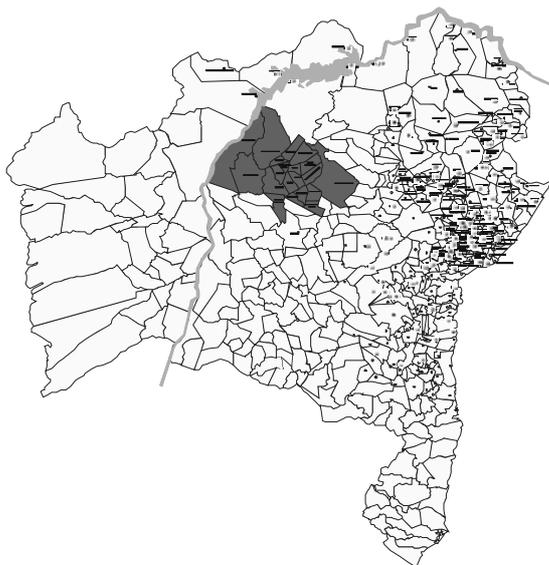
Além dos recursos do financiamento, o Programa contou também com uma doação do Fida de US\$ 500 mil para implantação de duas unidades de produção de biodiesel, tendo a mamona como matéria-prima. O Prodecar ainda não possui resultados de avaliações concretas, necessitando de mais tempo de execução para obtenção destes dados.

3.4 PROGRAMA TERRA FÉRTIL

Programa Integrado de Revitalização da Agricultura Familiar na Região de Irecê (Terra Fértil) foi lançado em 2003, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social para a microrregião de Irecê, valorizando a agricultura familiar, tomando como base a formatação de novos arranjos produtivos, em módulos econômicos.

Baseado na exploração das atividades agropecuárias e agroindustriais, diversificadas e integradas, com ênfase na escala econômica de produção, na verticalização e nas demandas de mercado. O programa executa diversas ações integradas como a criação de pontos de água, melhoria genética dos animais, reserva estratégica de alimentos, moradia, formação profissional técnica, acesso à tecnologia, incentivo à formação de associações e acompanhamento do governo (SEAGRI, 2006).

O Terra Fértil tem como área de abrangência 20 municípios da região de Irecê (Ibititá, Ibipêba, Barra do Mendes, Barro Alto, Canarana, Uibaí, Lapão, Presidente Dutra, Irecê, São Gabriel, João Dourado, América Dourada, Cafarnaum, Mulungu do Morro e Morro do Chapéu, Jussara, Central, Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia e Gentio do Ouro, beneficiando 42 associações e 3.944 famílias, conforme se pode verificar no Mapa 5..



Mapa 5: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o Programa de Revitalização da Agricultura Familiar na Região de Irecê - Terra Fértil
Fonte: SEAGRI (2007).

Como principais resultados, destacam-se as produções de 826 mil litros de leite e uma receita de R\$ 409 mil, produção de 45 mil dúzias de ovos/mês e uma receita média mensal de R\$ 49,5 mil e 24 mil quilos de carne/mês, e, com uma receita gerada pela venda do produto da ordem de R\$ 62,4 mil.

Para atender o mercado consumidor, a união dos produtores foi fundamental por meio da Cooperativa dos Produtores Verticalizados do Programa Terra Fértil – Cooprovert, instrumento que viabilizou de forma mais rápida e segura a comercialização da produção dos 894 associados visando suprir os supermercados e redes varejistas.

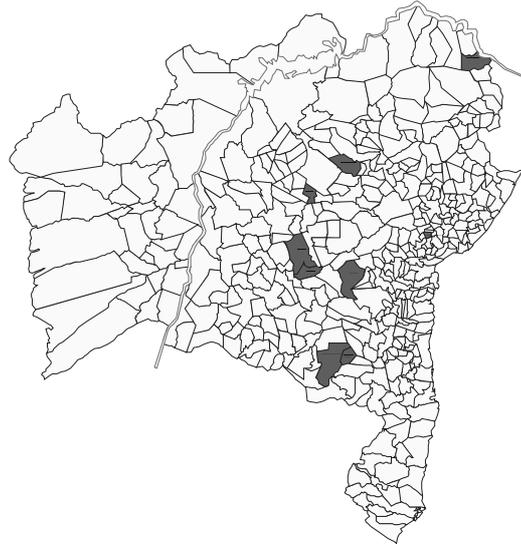
Os resultados, segundo o relatório de governo da SEAGRI (2006), foram positivos, tendo em vista as melhorias na área de infra-estrutura, com a implantação de serviços de energia elétrica e perfuração de poços.

Na infra-estrutura energética foram investidos R\$ 5,7 milhões em 178 obras, entre concluídas e em andamento, que permitiram a ligação de energia elétrica em 375 domicílios, bem como a eletrificação de 172 poços artesianos e seis barragens.

3.5 PROGRAMA FLORES DA BAHIA – PROJETOS COMUNITÁRIOS.

Criado no ano de 2003 e executado até 2006, apresentou como objetivo a melhoria da qualidade de vida das famílias carentes em nove municípios baianos, a expansão da floricultura no Estado, a elevação do padrão de qualidade, e do padrão tecnológico, gerando novas oportunidades de emprego, renda e divisas para a Bahia.

A área de abrangência desse programa foi selecionada pela Secretaria da Agricultura - SEAGRI e pela antiga Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, baseada principalmente na aptidão agrícola do município para floricultura e parceiras com prefeituras municipais. Nove municípios foram selecionados para implantação do programa, sendo: Barra do Choça, Bonito, Cruz das Almas, Ibicoara, Maracás, Miguel Calmon, Mucugê, Paulo Afonso e Vitória da Conquista, conforme Mapa 6.



Mapa 6: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Flores da Bahia
Fonte: SEAGRI (2007).

Os beneficiários do Programa foram pessoas de famílias carentes, preferencialmente jovens, que demonstraram durante o processo de seleção e capacitação, aptidão para atividade de floricultura.

Nos municípios contemplados com os Projetos Comunitários foram feitas parcerias que se efetivaram via convênios de cooperação, com alocação de recursos financeiros superiores a R\$ 6 milhões, onde o Governo do Estado participou com 70% e as Prefeituras com 30% dos investimentos. As prefeituras, também, disponibilizaram a área para implantação dos projetos, além da infra-estrutura básica, tais como água, energia e acesso fácil.

No período do ano de 2003 a 2006, foram instalados oito pólos de produção, 65 mil m² de estufas, seis câmaras frias, nove sistemas de irrigação, entregues nove caminhões baú isotérmicos e refrigerados e 38 hectares de flores e plantas ornamentais.

O programa Flores da Bahia estimulou a participação de 400 jovens, entre 18 e 26 anos, produtores que se incorporaram aos trabalhos de cultivo de flores e plantas ornamentais, caracterizando-se como iniciativa indutora de inclusão social nas comunidades. Esses jovens são oriundos de famílias carentes, e com segundo grau completo. Eles têm acesso a uma área de produção com toda a tecnologia de irrigação, estufas e câmara de resfriamento, além de insumos, sementes, assistência técnica e logística.

O rendimento dos jovens é a produção, depois de comercializada. No pólo de Maracás, o primeiro a ser implantado, os jovens capacitados constituíram a Cooperativa Maracaense de Flores, responsável por uma produção que já está sendo comercializada no local, na região e em Salvador, com bom nível de aceitação.

Para atender às exigências do mercado, os projetos comunitários tiveram que compor um “mix” de produtos bem variado, resultando em um número expressivo de espécies e variedades de flores e folhagens, tanto para corte como para vasos, proporcionando diversas opções para consumidores, atacadistas e decoradores. Algumas são bem conhecidas do público consumidor, como rosas, crisântemos, gérberas, lírios, kalanchoês, helicônias, e outras de menor conhecimento, a exemplo dos ciclamens, abacaxis ornamentais, amaryllis, dentre outras.

Segundo relatório de governo da SEAGRI, do ano de 2006, a comercialização de flores procedentes desses projetos causou forte impacto no mercado interno, e as aquisições de produtos vindos principalmente de São Paulo, caíram em média 20%, com perspectiva de continuar essa tendência.

Com o objetivo de ampliar a participação e a expansão da floricultura baiana no mercado, o Governo da Bahia está viabilizando, além da instalação de centrais de comercialização de flores e das exposições agropecuárias, um plano de marketing agressivo para a marca “Flores da Bahia”. A implantação de uma central de comercialização, no bairro de Narandiba, em Salvador, com uma concepção moderna e capaz de integrar os produtos e as atividades relacionadas, já é uma realidade para este setor.

3.6 PROGRAMA BAHIA CITROS

Iniciado no ano de 2004, com objetivo de revitalizar e fortalecer a citricultura baiana, elevando a produtividade dos pomares e o aumento da tolerância aos períodos de estiagem; por meio das atividades de assistência técnica continuada, capacitação de produtores rurais, oferta de borbulhas certificadas aos viveristas, desenvolvimento de novas tecnologias,

trabalhos de pesquisa e o manejo e melhoramento dos solos com práticas da subsolagem, calagem e gessagem.

Para este Programa foram alocados recursos superiores a R\$ 8 milhões investidos pela Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, e pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI.

A área de atuação foram 28 municípios, localizado nas regiões Litoral Norte, Recôncavo Sul, Chapada Diamantina, Paraguaçu, Extremo Sul, Oeste e Nordeste, demonstrado no Mapa 7.



Mapa 7: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Bahia Citros
Fonte: SEAGRI (2007).

Segundo relatório de Governo da SEAGRI, do ano de 2006, os principais resultados do programa foram: aquisição de uma patrulha mecanizada composta de 30 tratores agrícolas, com equipamentos para o manejo do solo; realização dos trabalhos de subsolagem em aproximadamente seis mil hectares, beneficiando 4.874 agricultores familiares, objetivando o rompimento da camada compactada do solo; distribuição de 7.500 toneladas de calcário e 3.700 toneladas de gesso, visando a correção do solo e o fornecimento de nutrientes para as plantas; capacitação de 1.046 agricultores em tecnologias de produção; realização de dias de campo para um público superior a oito mil agricultores familiares, com demonstrações

práticas de todo o sistema integrado de formação de um pomar cítrico; e implantação de três biofábricas para a produção de borbulhas cítricas nos municípios de Conceição do Almeida, Alagoinhas e Rio Real, com capacidade de produção de 1,7 milhão de borbulhas de material com alto valor genético e produtivo, livres de pragas e doenças.

Além dessas ações, o programa Bahia Citros desenvolveu um programa de pesquisa, para retroalimentar o processo produtivo nas diferentes regiões incluídas no programa, com destaque para os experimentos nas áreas de fitossanidade, manejo de solo, manejo de cultura.

3.7 PROGRAMA DE INCENTIVO À LAVOURA DO SISAL - NOSSA FIBRA

O programa Nossa Fibra, iniciou suas atividades no ano de 2004, com o nome de "Programa de Recuperação, Modernização e Diversificação do Pólo Sisaleiro", sendo que a partir do ano de 2005 passou a se chamar "Nossa Fibra – Programa de Incentivo à Lavoura do Sisal", com duração prevista para três anos.

Coordenado pela SEAGRI em parceria com a SECOMP e executado pela EBDA, apresentou como objetivos, a recuperação da cultura do sisal nas regiões produtoras e o aumento da produtividade, tendo em vista aumentar a renda dos produtores e a oferta de fibra de boa qualidade no mercado, além de reduzir os riscos e os acidentes de trabalho no desfibramento do sisal.

Vale ressaltar a existência de grande número agricultores familiares com áreas extremamente reduzidas (minifúndios) na região sisaleira da Bahia. Esta região apresenta como principais atividades econômicas, o sisal e a criação de gado e caprinovinocultura.

Essa região conta com uma presença bastante forte de organizações da sociedade civil, de associações, como a APAEB, por exemplo, presente em 17 municípios, sindicatos de trabalhadores rurais e pólos sindicais atuantes, cooperativas, pastorais.

O público alvo do programa Nossa Fibra foram os produtores familiares enquadrados no PRONAF e suas organizações. Sua área de atuação contemplou 50 municípios da região

Sisaleira da Bahia, distribuídos nos pólos Piemonte, Nordeste, Paraguaçu e três municípios da região de Irecê, conforme demonstrado no Mapa 8.



Mapa 8: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Nossa Fibra
Fonte: SEAGRI (2007).

Foram previstos investimentos de R\$ 13,1 milhões. Destes, R\$ 5 milhões provêm dos agentes financeiros (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Desenhahia), com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE, destinados principalmente ao financiamento de motores e de áreas de lavoura. Outros R\$ 8 milhões couberam ao governo do Estado, para financiamentos não reembolsáveis por meio do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FUNCEP. Destes últimos, R\$ 6 milhões são para recuperação da lavoura e o restante em capacitação, pesquisa e assistência técnica.

O programa teve ações voltadas para a recuperação de lavouras, para o financiamento de motores e equipamentos para o desfibramento do sisal, para pesquisa e capacitação. O contexto em que surgiu esse Programa coincide com um aumento do preço internacional do sisal, depois de um longo período de declínio e estagnação³⁶. Uma das explicações para a criação do, referido, programa seria o fato de haver um mercado internacional favorável ao sisal.

³⁶ Este aumento dos preços foi causado pela redução das áreas plantadas aliado a um aumento da demanda por fibras naturais, consideradas ecologicamente mais aceitáveis. Segundo o Sindifibras, apesar de o mercado externo ser satisfatório, com grande parte da produção destinada à exportação, a cultura sisaleira continua em declínio (Sindifibras, 2004).

Segundo a concepção do programa Nossa Fibra, participam como parceiros a EBDA, as associações de produtores e os agentes financeiros - Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Desenbahia.

Como resultado deste Programa, aponta-se o incremento na produtividade de 853 kg/ha/ano para 1.300 kg/ha/ano, maior aproveitamento do resíduo do sisal para a adubação orgânica e alimentação de ruminantes, fortalecimento das organizações dos produtores e aprimoramento no gerenciamento dos equipamentos coletivos.

3.8 PROGRAMA NOSSA RAIZ

O programa para o desenvolvimento da mandiocultura do Estado da Bahia – Nossa Raiz foi iniciado no ano 2005, com objetivo de aumentar a eficiência dos diversos segmentos da cadeia produtiva da mandioca, visando o incremento de produção, da produtividade e o melhor aproveitamento da mandioca, sobretudo potencializando a extração da fécula, como seu principal subproduto, a partir da elevação do nível tecnológico do sistema de produção da agricultura familiar.

A área de abrangência do programa compreende 47 municípios do Estado, demonstrados no Mapa 9; com recursos da ordem de R\$ 10 milhões oriundos da SECOMP e da SEAGRI.



Mapa 9: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Nossa Raiz
Fonte: SEAGRI (2007).

Esse Programa envolve diretamente 5,4 mil agricultores familiares, que apresenta na sua principal atividade econômica a exploração da mandioca, sendo 3.400 produtores do Recôncavo Sul e 2.000 mil produtores do Baixo Sul.

Outra ação importante do programa Nossa Raiz foi à capacitação dos produtores. Foram realizados 250 cursos, envolvendo 5.400 produtores, ocasião em que foram discutidos o manejo e conservação do solo, técnicas de cultivo, beneficiamento do produto final, com destaque para a diversificação dos subprodutos, principalmente, para a fécula.

Na área de pesquisa foram implantadas 98 áreas experimentais em propriedades de agricultores, com o objetivo de servirem de áreas demonstrativas das tecnologias recomendadas pela assistência técnica aos agricultores.

Também no âmbito de programa de pesquisa foram implantados cinco campos de 30 ha para multiplicação de materiais (manivas sementes), visando assegurar a produção de material propagativo de qualidade, recomendado pela pesquisa, para melhorar a base genética da mandiocultura nas regiões trabalhadas.

Segundo informações contidas no relatório da SEAGRI do ano de 2006, foi programado para ano de 2007, a distribuição para os agricultores cadastrados do material vegetativo (manivas-sementes) de variedades de mandioca indicadas pela pesquisa e de variedades adaptadas às condições edafoclimáticas das suas regiões.

3.9 PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - PATER BAHIA

Lançado em 2003, este programa reúne seis projetos de assistência técnica e extensão rural para o desenvolvimento da apicultura, cultivo da mandioca, alho, produção de mudas em viveiros, produção leiteira e ovinocaprinocultura, nas áreas de exploração coletiva - fundo de pasto.

O objetivo deste programa é o fortalecimento das atividades de mais de 07 (sete) mil agricultores familiares por meio do trabalho de assistência técnica, com a presença semanal de um técnico de extensão rural nas propriedades, abrangendo 357 municípios.

O Pater Bahia contemplou em suas ações, um trabalho de capacitação e profissionalização em cada uma das atividades produtivas, oportunizando a transferência de tecnologia, por meio dos dias de campo, unidades de demonstração e seminários, conforme projetos e atividades apresentados na Tabela 4.

Como impactos esse programa proporcionou um aumento do rendimento médio da produção do alho (4.000 kg/ha para 6.500kg/ha), aumento da produtividade de mel (de 11 kg / colméia /ano para 18 kg colméia / ano), da produção média de leite (47% superior à média estadual de leite/ vaca ordenhada /dia), da produtividade média da raiz de mandioca (de 30 a 40%), construção de sete viveiros para produção de mudas e redução da mortalidade do rebanho nas áreas de fundo de pasto em 40% e aumento da natalidade em 30%; assim como os resultados demonstrados na Tabela 4.

Tabela 4: Pater Bahia – Resultados Alcançados - Bahia, 2003-2006(*)

Projeto	Atividades
Alho	Cadastramento de 560 produtores; instalação de três câmaras de vernalização de alho; instalação de 15 kits de irrigação; instalação de quatro viveiros telados para a limpeza do vírus do alho amaranite; realização de 15 treinamentos para 320 produtores; participação de dez técnicos em treinamentos sobre tecnologia de produção; e realização de excursões e dias-de-campo com a participação de 97 produtores.
Apicultura	Cadastramento de 826 novos produtores; acompanhamento técnico de 2.309 apicultores; capacitação de 2.418 produtores; realização dos II e III congressos baianos de apicultura; aumento de 60% no número de apicultores nos municípios atendidos; realização de cinco dias-de-campo, com a participação de 2.418 produtores; implantação do laboratório para análise de produtos apícolas; e elaboração de 112 projetos de crédito.
Mandioca	Implantação de 2,5 hectares de campos de multiplicação de manivas-sementes na Estação Experimental de Utinga com sistema de irrigação com pivô central; atendimento a 2.040 agricultores familiares; realização de 1.721 visitas técnicas; e implantação de 47 unidades de demonstração.
Viveiros	Construção de sete viveiros e recuperação de um; capacitação de 30 produtores; excursão à Biofábrica de Cacau com a participação de 30 treinandos ; realização de 42 reuniões; e 28 visitas para orientar o processo de formação e produção de mudas.
Fundo de Pasto	Capacitação de 576 produtores; realização de 103 oficinas e eventos comunitários; realização de 545 visitas de acompanhamento técnico; e aquisição de cinco veículos, dois computadores e 95 bicicletas para os agentes

 comunitários.

Fonte: SEAGRI/EBDA

(*) Dados até setembro de 2006

3.10 PROGRAMA BOA PESCA

Esse programa iniciou suas atividades em 2002, desenvolvido por meio da parceria entre a SECOMP e a SEAGRI, sendo desenvolvido pela sua vinculada, a Empresa Bahia Pesca.

Segundo relatório da SEAGRI do ano de 2006, o objetivo do Boapesca foi à melhoria das condições de vida e de trabalho das comunidades de pescadores artesanais e marisqueiras, por meio de ações que visaram à capacitação técnica, organização social e aquisição de embarcações e equipamentos.

A área de abrangência foi de 28 municípios, sendo 18 na área de atuação da Bahia Pesca e o restante em colaboração com a Fundipesca³⁷, conforme Mapa 10.



Mapa 10: Mapa da Bahia – Municípios beneficiários com o programa Boa Pesca
Fonte: SEAGRI (2007).

³⁷ Fundipesca – Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueira Artesanais, entidade sem fins lucrativos.

Nos reservatórios de Sobradinho, Ponto Novo e Jacurici foram implantados 23 módulos para o cultivo de tilápia em água doce. Cada tanque-rede³⁸ tem capacidade para produzir até 800 peixes que chegam a pesar entre 700 a 900 gramas, num ciclo produtivo de aproximadamente seis meses. Em 2005, a produção oriunda destes cultivos foi de 100 toneladas com despesa para dezembro de 2006 de mais 138 toneladas.

O Programa BOAPESCA, no período de 2003 a 2006, reformou e equipou 23 colônias de pescadores, distribuiu aproximadamente 415 equipamentos de beneficiamento de pescado (freezers e balanças), 2.800 equipamentos de captura (rede, anzol, espinhel), 84 embarcações de pesca e construiu 11 unidades de beneficiamento, três unidades de fabricação de gelo e 13 unidades artesanais de pesca, beneficiando 13 mil famílias de pescadores e marisqueiras no Estado.

3.11 PROGRAMA ORGANIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, responsável pela política fundiária de desenvolvimento agrário na Bahia, dentre elas o programa de Organização Fundiária.

Esse programa baseia-se no direito social das famílias rurais de terem acesso e garantia da terra como meio de produção, e o direito aos serviços públicos e privados de apoio à expansão da produção agropecuária, expectativa materializada pela reforma agrária e pela regularização fundiária.

Segundo o relatório de Governo da SEAGRI, do ano de 2006, o Estado realizou investimentos de infra-estrutura produtiva e social para propiciar a elevação da produtividade, da renda, e melhoria das condições de vida das famílias baianas assentadas pelo Governo Federal.

³⁸ Tanque-rede: estrutura telada que medem 2,0 x 2,0 x 1,20 m de comprimento, largura e altura respectivamente.

Fazem parte do programa organização Fundiária, o programa Nossa Primeira Terra e o programa Minha Roça.

No ano de 2004, o Governo da Bahia investiu R\$ 467 mil no programa Nossa Primeira Terra, com a aquisição de 24.182 hectares, beneficiando jovens com idade entre 18 a 24 anos, por meio da implantação de projetos experimentais inovadores na área de agroecologia e convivência com a seca, projetos para a exploração de frutas nativas, incentivo à produção de embutidos da ovinocaprinocultura, além da capacitação dos jovens em manejo de pastagens.

No período de 2003 a 2005, o programa Minha Roça, beneficiou 230 municípios, e assegurou ao trabalhador do campo o acesso a terra com a entrega de títulos de propriedade e as condições necessárias para a produção, objetivando consolidação dos assentamentos existentes.

Como resultados, foram entregues 50 mil títulos de terra, medição de 19.280 propriedades, vistorias de 187 imóveis e 83 avaliações com fins de desapropriação. No período de 2003 e 2004, foram assinados 130 decretos de desapropriação, totalizando uma área superior a 300 mil hectares, sendo assentadas 7.765 famílias.

3.12 PROGRAMAS CRÉDITO FUNDIÁRIO

O programa nacional de crédito fundiário, de iniciativa do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, conta com o apoio financeiro do Banco Mundial e é desenvolvido na Bahia pelo Governo do Estado, por meio da CAR e da CDA.

Esse Projeto conta com a participação da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e atua com duas linhas de ação: Subprojeto de Aquisição de Terras – SAT e Subprojeto de Investimentos Comunitários – SIC.

No período dos anos de 2003 ao ano de 2006 foram adquiridas 70 propriedades para o assentamento de 2.379 famílias, representando um investimento total de R\$ 23,3 milhões na aquisição de terras e mais R\$ 12,3 milhões em investimentos comunitários.

Em 2006, foram adquiridos 11 imóveis, beneficiando 304 famílias de trabalhadores rurais, com aplicação de R\$ 4,6 milhões, sendo R\$ 1,2 milhão na aquisição de terras (SAT), e R\$ 3,4 milhões em investimentos comunitários que vão desde a construção de habitações, implantação de sistemas simplificados de água, infra-estrutura de irrigação, perfuração de poços tubulares, implantação de cultivos permanentes e temporários, abertura e melhoria de estradas vicinais, dentre outros.

3.13 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Neste capítulo procurou-se mostrar diversas políticas públicas voltadas para inclusão social do agricultor familiar do Semi-árido baiano; bem como o grande peso dessas políticas para melhorar as condições sociais, econômicas e ambientais destas localidades.

As principais limitações observadas na avaliação dos resultados das políticas apresentadas foram inexistências de informações sistematizadas relativas às populações, renda, atividades de capacitação e assistência técnica, enfim, inexistência de marco zero.

As ações integradas dessas políticas priorizam a infra-estrutura hídrica, com vistas a minimizar os efeitos da seca, por meio da construção de pequenas barragens, cisternas e sistemas simplificados de água.

Assim, pode-se concluir com base nos dados primários da pesquisa que é marcante a necessidade do fortalecimento de políticas públicas fundamentadas nas potencialidades e vocações locais aliadas à qualificação profissional para a consolidação da agricultura familiar. Tudo isso, junto, tem contribuído para o fortalecimento de cadeias produtivas, organização e implantação de núcleos de produção e desenvolvimento de arranjos produtivos locais, o que assegura o incremento da renda desses agricultores.

Estes programas e projetos os quais direcionaram suas ações para a incorporação de grupos de agricultores familiares à dinâmica produtiva, tiveram como objetivo a sua inclusão socioeconômica, seja pela geração de trabalho e renda, seja pelo fortalecimento das potencialidades e vocações locais.

O fato de diversos programas apresentarem a infra-estrutura hídrica como base, reflete o reconhecimento dos governos da sua importância para o desenvolvimento da região semi-árida, seja por questões econômicas ou sociais.

As principais ações integradas desses programas priorizam as infra-estruturas hídricas buscando minimizar os efeitos da seca. Segundo o relatório de atividades 2006³⁹ do governo do Estado da Bahia, com destaque para as barragens que contemplaram infra-estrutura hídrica, disponibilizou no período de 2003 a 2006, aproximadamente 161,6 mil m³ de água e mais de 20 mil ha de área irrigada, com a construção das barragens de Pindobaçu, Bandeira de Melo, Cristalândia, Lagoa da Torta, Serra Preta e Riacho de Santana.

³⁹ BAHIA. Secretaria do Planejamento – SEPLAN. **Relatório de atividades 2006**. Salvador, 2007.

4 PROGRAMA CABRA FORTE

4.1 HISTÓRICO

Um dos grandes desafios que o poder público enfrenta, seja no nível federal, estadual ou municipal é a geração de políticas públicas capazes de proporcionar o desenvolvimento sustentável aliado a uma efetiva geração de emprego e renda, principalmente nas áreas mais pobres do país, a exemplo do Semi-árido.

Em conjunto com os países-membros da ONU, o Brasil, assinou o pacto no qual estabeleceu um compromisso universal com a erradicação da pobreza e com a sustentabilidade do planeta. As metas para o desenvolvimento do milênio, fixadas pela conferência são: erradicação da pobreza e da fome; universalização do acesso à educação primária; promoção da igualdade entre os gêneros; redução da mortalidade infantil; melhoria da saúde materna; combate à AIDS, malária e outras doenças; promoção da sustentabilidade ambiental e desenvolvimento de parcerias para o desenvolvimento, a serem alcançados pelos países, até o ano de 2015, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade.

A Constituição Federal, em seu art. 187, estabelece que a política agrícola seja planejada e executada com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, armazenamento e transportes, levando em conta, principalmente, a assistência técnica e a extensão rural.

O programa Cabra Forte constituiu-se em um Projeto Especial⁴⁰ do Governo do Estado da Bahia, implantado em 2003, com o objetivo geral de atender pequenos produtores de caprinos e ovinos do Semi-árido baiano, visando sua inserção social e a geração de renda proveniente da ovinocaprinocultura, melhorando, assim, a qualidade de vida dos agricultores familiares cadastrados.

⁴⁰ Projeto Especial: conjunto de intervenções setoriais, voltadas para a consecução de um objetivo vinculado a uma política de governo.

Da eficiência das instituições, principalmente o Estado, depende a capacidade de explorar os recursos naturais que estão disponíveis a todos de forma igualitária. A introdução de nova tecnologia nos processos produtivos deverá expressar o bem comum e uma distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento – nesta perspectiva o desenvolvimento tecnológico seria um dos caminhos para a solução da crise ambiental. (DUARTE; WEHRMANN, 2002, p.16).

Sob o ponto de vista socioeconômico, a caprinovinocultura é a atividade mais promissora no Semi-árido. Conforme dados do IBGE de 2005, a Bahia ocupa o 1º e o 2º lugares no ranking nacional, com 4,5 milhões de caprinos e 2,8 milhões de ovinos, respectivamente, disponibilizando fontes protéicas aos criadores e suas famílias, garantindo lucro ao setor produtivo e gerando aproximadamente 55 mil empregos, em propriedades que, na maioria dos casos (92%) tem menos de 100 hectares.

Em abril de 2003 foi firmado o Convênio nº 25/2003, entre o Estado da Bahia, Banco do Brasil S/A, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB) e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (FAEB), para a implantação do Programa Cabra Forte. O objetivo explícito do programa era a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais por meio do aumento da renda proveniente da ovinocaprinocultura em 18 municípios do Semi-árido baiano, localizados nos Pólos Remanso, Jaguarari e Conceição de Coité, conforme o Mapa 11.



Mapa 11: Mapa de localização dos 03 pólos iniciais do programa Cabra Forte
Fonte: SEAGRI (2007).

Este programa baseou-se na elevação da renda agrícola, redução à vulnerabilidade às secas, por meio do aumento da disponibilidade de água e contribuir para a preservação da vegetação nativa, devido à diminuição de pastejo no período seco.

O Cabra Forte encontra-se baseado na meta nº. 1 (um) do milênio, ou seja, o de erradicar a extrema pobreza e a fome e para isso prevê possíveis ações empresariais e associativas com o poder público, ONGs, grupos representativos locais e fornecedores. Dentre as ações destacam-se: estímulo à agricultura familiar e comunitária de subsistência; combate à fome em regiões metropolitanas e rurais; programas de redução do analfabetismo; apoio à geração alternativa de renda, por meio de estruturação de cooperativas e aproveitamento da produção em suas atividades e suporte na comercialização de excedente.

Os debates sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento regional vêm ganhando impulso nos últimos anos, estimulado pelos debates sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, dentre outros fatores.

Verificou-se que, ao longo da história da Bahia, o agricultor familiar do Semi-árido baiano sempre teve a criação de caprinos e ovinos, como elemento fundamental para sua sobrevivência na região, principalmente nos difíceis tempos de seca.

Segundo dados do IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal⁴¹, a Bahia é líder na produção nacional de caprinos, representando mais de 39,2 % de caprinos concentrados no Semi-árido baiano, o que significa que uma parcela significativa da população local encontra-se diretamente beneficiada e dependente dessa atividade.

Essa atividade desponta como uma das atividades mais importantes para a região, considerando-se o papel que desempenha do ponto de vista econômico e social na produção de alimentos, matéria-prima para indústrias e absorção da parcela considerável de mão-de-obra rural.

⁴¹ IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal – 2005 disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl1.asp?z=t&o=21&i=P>>. Acesso em: 10 set. 2007.

A execução do Cabra Forte iniciou-se com recursos oriundos dos seguintes programas descritos no Plano Plurianual⁴² (PPA): 005 – Modernização da Pecuária Baiana; 041 – Apoio às Comunidades Rurais Produzir; e 123 – Combate à Pobreza Estrutura⁴³. No PPA 2004/2007, o Cabra Forte passa a ter ações específicas inseridas nos Programas Governamentais: 215 – Cadeias Produtivas, integrante da linha de intervenção Adensamento da Matriz Econômica e Fortalecimento Tecnológico, e 218 – Frutos da Terra: Agroinvestimentos e 220 – Organizando a Produção: Produtividade e Competitividade, ambos integrantes da linha de intervenção Inclusão Socioeconômica. As mencionadas linhas de intervenção estão incluídas na estratégia Bahia que Faz.

O Cabra Forte abrangeu projetos/atividades exclusivos e não exclusivos do programa. São exclusivos: produção de forragem para o Semi-árido; capacitação para pequenos produtores rurais; implantação de pequenos sistemas de irrigação comunitária; desenvolvimento sustentável nas propriedades rurais do Semi-árido; Programa de apoio às comunidades rurais – Cabra Forte/Produzir; e não exclusivos: apoio às comunidades rurais, Produzir e Programa de combate à pobreza rural I – contrapartida.

A coordenação do Cabra Forte coube à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento Agropecuário (SDA) que o administraria em parceria com a Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP). Assim, a execução do Programa ficou a cargo de SEAGRI e seus parceiros institucionais.

Em agosto do mesmo ano, por meio do Primeiro Termo Aditivo, foram incluídos como parceiros, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia SEBRAE - BA, a Universidade do Estado da Bahia - UNEB e a Companhia Industrial Brasil Espanha - BRESPEL para participarem da execução da capacitação e alfabetização dos produtores, visando um melhor desempenho do programa.

⁴² PPA – Plano Plurianual - Instrumento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública - Federal e Estadual -, considerando as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada.

⁴³ O Programa Combate à Pobreza Estrutural foi instituído pelo Decreto no 8.172, de 25.02.2002.

Pelo Quarto Termo Aditivo, a FAEB, SEBRAE/BA, UNEB e BRESPEL, deixaram de fazer parte do convênio, continuando como colaboradores do programa. O Quinto e último Termo Aditivo ao Convênio n.º 025/2003, assinado em 21.10.2005, incorporou mais 32 municípios, criando assim os Pólos de Juazeiro, Monte Santo e Paulo Afonso.

O Convênio n.º. 25/2003 estabeleceu que as ações do Programa Cabra Forte fossem financiadas com recursos no montante de R\$ 75.809.650,00, provenientes do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (49%), Operações de Crédito Externas (48,7%) e Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro (2,3%), distribuídos orçamentariamente entre a SECOMP, SEPLAN - CAR e SEAGRI, respectivamente. No entanto, deve-se assinalar que, segundo o TCE, entre 2003 e 2005, dos R\$ 56.648.478,00 orçados, foram efetivamente executados e pagos R\$ 39.399.881, o que demonstra a existência de sérias dificuldades na gestão financeira e operacional do programa (TCE, 2006).

4.2 PÓLOS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROGRAMA.

Como dito anteriormente, o programa Cabra Forte inicialmente contemplou 18 municípios, sendo posteriormente ampliado para 50 municípios baianos, o que corresponde a 35% do total de municípios da região semi-árida do Estado e a cerca de 60% do rebanho caprino-ovino da Bahia, atendendo a mais de 31 mil pequenos criadores regionalizados e estruturados inicialmente em 3 pólos (*Vide*. Mapa 11).

Pólo de Remanso - Municípios contemplados: Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova, Pilão Arcado e Remanso.

Pólo de Jaguarari - Municípios contemplados: Campo Formoso, Mirangaba, Ourolândia, Umburanas, Várzea Nova, Andorinha e Jaguarari.

Pólo de Conceição do Coité - Municípios contemplados: Araci, Barrocas, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Conceição do Coité, Gavião, Pé de Serra, Riachão do Jacuípe,

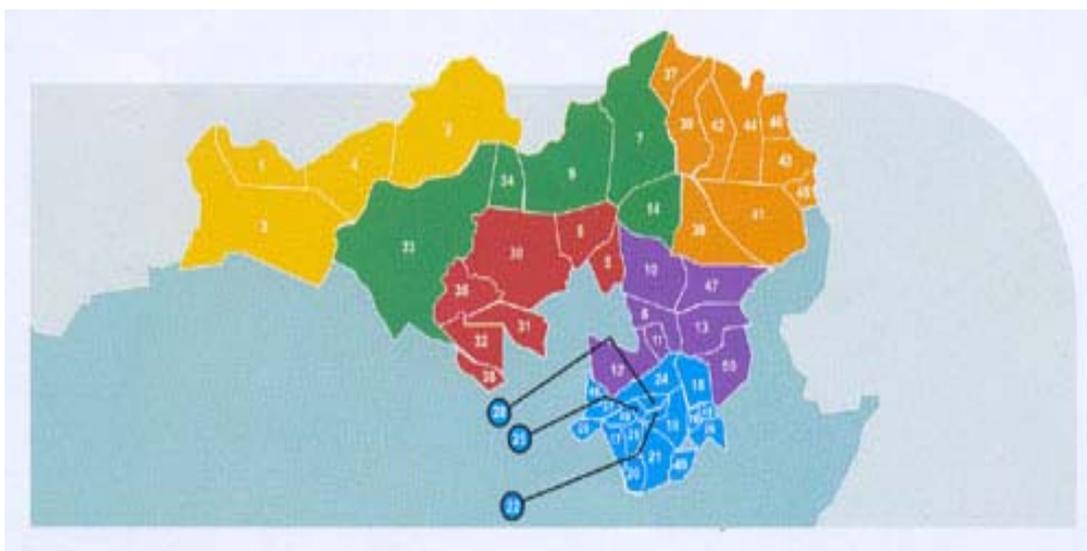
Retirolândia, Nova Fátima, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, São José do Jacuípe, Valente, Várzea da Roça, Teofilândia e Candéal.

A esses, posteriormente, foram agregados os Pólos abaixo, conforme Mapa 12:

Pólo de Juazeiro - Municípios contemplados: Curaçá, Juazeiro, Uauá, Sento Sé e Sobradinho.

Pólo de Paulo Afonso - Municípios contemplados: Abaré, Canudos, Chorrochó, Glória, Jeremoabo, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas, e Sta Brígida.

Pólo de Monte Santo - Municípios contemplados: Cansanção, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Euclides da Cunha e Tucano.



Mapa 12: Mapa da Bahia. Regiões de atuação do programa Cabra Forte
Fonte: SEAGRI (2007).

Conforme o Modelo Lógico de Gestão do Programa⁴⁴, o Cabra Forte teve como estratégias principais: disponibilizar pontos de água confiável, para grupos de aproximadamente 25 produtores; propiciar o armazenamento de água de chuva nas propriedades assistidas; promover a melhoria genética do rebanho; promover a implantação de reservas estratégicas de forragem; prestar assistência técnica regular e de qualidade;

⁴⁴ Modelo Lógico de Gestão do Programa (MLGP) – Instrumento visual e sistêmico de apresentação e compartilhamento de informações sobre o funcionamento real de uma intervenção governamental.

promover a melhoria da sanidade dos rebanhos e capacitar equipe técnica e produtores em técnicas produtivas.

O programa focou como público-alvo, pequenos criadores de caprinos e ovinos, proprietários ou posseiros de uma área máxima de 100 hectares. Baseando-se nos estudos feitos pelo IBGE foram selecionados os municípios com maior rebanho de caprinos e de ovinos, sendo que a seleção do público e das comunidades foi realizada pela equipe técnica da EBDA. Dessa maneira, após a seleção feita pela EBDA, foram cadastrados os produtores em cada município, até se atingir a meta estabelecida.

4.3 EMBASAMENTO LEGAL DO PROGRAMA.

O Programa Cabra Forte está baseado na Constituição Federal que em seu art. 187, institui que a política agrícola seja planejada e executada com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, armazenamento e transportes, levando em conta, especialmente; a assistência técnica e extensão rural, o incentivo à pesquisa e à tecnologia, os instrumentos creditícios e fiscais, cooperativismo, eletrificação rural e irrigação dentre outros.

A Constituição Estadual estabelece, também, em seu art. 191 e inciso IV, que a política agrícola será formulada observadas as peculiaridades locais, objetivando desenvolver e consolidar a diversificação e especializações regionais; assegurando-se a oferta, pelo Poder Público, de assistência técnica e extensão rural gratuita, com exclusividade de atendimento a pequenos produtores rurais e suas diversas formas associativas.

A formalização da implantação do programa Cabra Forte, foi feita por meio do Convênio nº. 25/2003, abrangendo barragens, poços tubulares e cisternas, direcionados a núcleos de famílias pobres rurais, visando à produção agropecuária sustentável em propriedades de pequenos produtores organizados.

4.4 ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO DO PROGRAMA

As estratégias do PPA 2004/2007 oferecem prioridade ao desenvolvimento humano e ao incremento da competitividade, estabelecendo cinco linhas de ação: ação social e cidadania, diversificação econômica e competitividade, infra-estrutura hídrica e logística, meio ambiente, patrimônio histórico-cultural, gestão e qualidade dos serviços públicos.

A estratégia do programa envolveu a organização dos agricultores (da produção à venda), melhoria qualitativa, sistemas de produção e capacitação e assistência técnica intensivas. O foco do trabalho está na ampliação e disponibilização de recursos hídricos no Semi-árido baiano, por meio da perfuração de poços tubulares e da construção de cisternas e barragens, implantação de reservas estratégicas individuais e comuns de forragem para os animais, sanidade e melhoramento genético do rebanho de caprinos e ovinos.

O Cabra Forte, segundo o relatório de Governo da SEAGRI (2006), ofereceu a mais de 35 mil pequenos produtores capacitação e assistência técnica direcionadas à melhoria genética, nutrição e sanidade animal, além de orientações para incorporação de melhorias tecnológicas na exploração da caprinovinocultura, despertando-lhes a visão empresarial e empreendedorística⁴⁵.

A equipe da assistência técnica direcionada exclusivamente ao Programa Cabra Forte, foi composta por 293 técnicos, sendo 67 de nível superior e 226 de nível médio, totalizando em 689 agentes comunitários rurais – ACR's e 25 auxiliares técnicos.

Para a execução do Cabra Forte, a equipe técnica foi estruturada com um técnico de nível superior (veterinário ou agrônomo), quatro técnicos de nível médio e 15 ACR's, os quais atendiam grupos de 500 produtores.

⁴⁵ Conforme documentos do próprio Programa “houve cerca de 30% de crescimento do rebanho de ovinos e caprinos, em decorrência das aquisições realizadas mediante financiamentos bancários e das orientações da assistência técnica direcionadas à melhoria da sanidade, nutrição e genética... Em alguns dos municípios atendidos durante a primeira etapa de atuação do Cabra Forte, já são obtidas taxas de desfrute do rebanho superiores a 35%, quando no Nordeste brasileiro a taxa estimada é de 16%”.

Vale ressaltar que tais equipes foram supervisionadas em cada município pelos escritórios locais da EBDA, por sua vez coordenados pelos gerentes de cada pólo, responsáveis também pela execução de tarefas ligadas a capacitação e orientação das práticas de nutrição, melhoramento genético e sanidade.

Conforme a normalização do Programa, a contratação desses profissionais foi feita por associações comunitárias, com as quais a SEAGRI e a EBDA estabeleceram convênios. Dessa forma, foram firmados convênios com 18 instituições. Os recursos financeiros necessários para o pagamento de salários, locação de motos para os técnicos, combustível, material administrativo e veterinário, dentre outros gastos, seria transferida trimestralmente pela SEAGRI às conveniadas.

Caberia à Superintendência de Desenvolvimento Agrícola – SDA/SEAGRI, o acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos, bem como a análise da prestação de contas a ser apresentada trimestralmente pelas conveniadas.

Um dos principais aspectos observados na estratégia metodológica do programa foi à escolha dos agentes comunitários rurais - ACR's, podendo ser escolhido entre as lideranças ou criadores com certo peso político nas comunidades e indicados pelas associações bem como outros atores que circundavam em torno do programa.

Esses ACR's seriam capacitados pelo programa para atuar como “mobilizadores e indutores dos produtores na utilização de tecnologias e gerenciamento de suas propriedades”. Nos cursos de capacitação, promovidos pelo programa, aprenderiam técnicas de manejo reprodutivo, alimentar e sanitário. No âmbito do melhoramento genético, o Programa tinha como missão alterar os índices zootécnicos, utilizando técnicas modernas, inclusive inseminação artificial e manejo reprodutivo.

Já para as estratégias de infra-estrutura, o programa amparou-se nos “Centros de Melhoramento Genético”, com duas unidades no município de Andorinha e outra, em Pilar, distrito do município de Jaguarari. A Estação Experimental de Caraíbas, administrada pela EBDA em parceria com a Federação das Associações e Entidades para o Desenvolvimento do

Semi-árido - FAESA produzia crias e matrizes de caprinos e ovinos melhoradas para serem distribuídas aos pequenos produtores.

No âmbito da sanidade animal, o Programa se propôs a reduzir em até 50% as taxas de mortalidade, por meio do manejo sanitário, especialmente da prática da vermifugação. Para tanto, foram estabelecidas parcerias com a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB, órgão que coordena os trabalhos na área de inspeção veterinária dos animais, e com o SEBRAE, principal parceiro externo do programa. Para viabilizar a sanidade dos caprinos e ovinos foram montadas duas unidades de sanidade móvel, o denominado Bode Móvel⁴⁶.

A produção de reserva alimentar, fator importante para o desenvolvimento da caprinovinocultura, foi pensado por meio da implantação do chamado Pulmão Verde, no município de Ponto Novo, a 350 quilômetros de Salvador. O projeto funcionou em uma área de 100 ha de pastagens com a gramínea Tifton – 85 para a produção de feno.

Para alcançar a meta estimada no programa de 480.000 fardos de feno por ano, o Pulmão Verde, conta com um pivô central de irrigação, assim como com o maquinário necessário para a produção, desde o corte até o enfardamento e galpão de armazenamento. O feno produzido está sendo administrado pela Cooperativa de Produtores de Feno do Cabra Forte - COOPFORTE, formada pelo conjunto de associações de produtores do programa.

Este investimento se articulava, completando os elos da cadeia produtiva, com as reformas e ampliação do Frigorífico do Cabra Forte - FRIFORTE, unidade construída na cidade de Juazeiro com capacidade para abater 200 animais por dia⁴⁷. A instalação desta obra (financiada com recursos públicos) nessa cidade, ao invés do distrito de Pilar, foi objeto de disputa política no interior do próprio grupo governante. A decisão final que optou por Juazeiro, beneficiando o grupo empresarial Baby Bode⁴⁸ e o setor político nucleado ao redor

⁴⁶ Trata-se de microônibus equipado com laboratórios, sala de aula e vídeo, utilizado para divulgar técnicas de manejo sanitário. O Cabra Forte tem atualmente três unidades móveis de sanidade animal atendendo a área de abrangência do Programa. Conforme documentos elaborados pela SEAGRI “até agosto de 2006 o Bode Móvel tinha atendido mais de 2.697 produtores, realizado 9.555 exames e capacitado mais de 680 criadores de ovinos e caprinos sobre sanidade”.

⁴⁷ Em novembro de 2004 foi firmado o Convênio DIROP nº 73/2004 entre a SEAGRI, SECOMP e a FUNDESF, para ampliação e reforma da indústria frigorífica (já existente) de caprinos e ovinos, com investimentos na ordem de R\$ 1.033.477,00 (cf. Relatório de Auditoria do TCU).

⁴⁸ Grupo empresarial do ramo alimentício situado em Feira de Santana.

de um secretário de Estado em detrimento da FAESA, provocou a saída desta Federação da composição que dava suporte ao governo do Estado.

O objetivo declarado pelo programa, "qualificar a produção de carne de caprinos e ovinos, oferecendo ao mercado um produto inspecionado e de qualidade", não se concretizou, pois o frigorífico nunca funcionou devido à indefinição (por parte da coordenação do programa) quanto à operacionalização e gestão daquela unidade.

Outro aspecto que inviabilizou o funcionamento do frigorífico foi sua localização em um município muito próximo da chamada "Zona Tampão", área limítrofe entre a Zona Livre de Febre Aftosa com vacinação e as demais unidades da Federação, consideradas infectadas. Essa "Zona Tampão", na Bahia, abrange, entre outros, os municípios que integram o Pólo Remanso: Pilão Arcado, Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova e Remanso, onde se localizam os maiores rebanhos de ovinos e caprinos do Estado. O frigorífico está situado na cidade de Juazeiro, pertencente à Zona Livre de Febre Aftosa. Assim sendo, a comercialização para o frigorífico de rebanhos criados no Pólo de Remanso e Estados vizinhos se viu comprometida em razão das exigências constantes na Instrução Normativa do Ministério da Agricultura - MAPA que regulamentou o assunto.

A outra estratégia do programa foi a disponibilização de investimentos em infraestrutura hídrica, constituídos de sistemas simplificados de abastecimento de água (poços) e barragens ("pontos de água confiáveis para dessedentação animal").

Essa infra-estrutura foi assim distribuída nos Pólos de: 1- Juazeiro; 2- Remanso; 3- Conceição de Coité; 4- Jaguarari; 5- Monte Santo e 6- Paulo Afonso. Assim como também se disponibilizou para as famílias dos beneficiários a construção de cisternas para captação de água de chuva destinada ao consumo humano. As cisternas foram implantadas, principalmente, nos Pólos Remanso, Conceição de Coité, Juazeiro e Monte Santo. Todas as ações de infra-estrutura hídrica contaram com a efetiva participação técnica da CAR e da CERB.

Além das ações diretamente voltadas para a assistência técnica e capacitação, o Programa, conforme relatórios incentivaram e facilitaram o acesso ao crédito dos pequenos criadores, estabelecendo, para isso, parcerias com o Banco do Nordeste e Banco do Brasil, financiando investimentos para a caprinovinocultura (aquisição de matrizes e reprodutores; estruturação de áreas de reserva alimentar) utilizando recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

A apicultura também fez parte das atividades contempladas pelo Cabra Forte. De acordo com o programa, investiu-se nos 18 municípios que integraram a primeira etapa mais de R\$ 2,4 milhões na implantação de 18 casas de mel e na aquisição de 9 mil colméias, que beneficiariam 900 famílias de agricultores cadastrados no programa. Na segunda etapa do programa, e com apoio do SEBRAE, o Cabra Forte ampliou estes Projetos Apícolas a todos os 50 municípios cadastrados.

4.5 ASPECTOS GERAIS CONSIDERADOS.

Entre as ações defendidas pelo programa Cabra Forte, a melhoria genética dos animais, a sanidade e a nutrição formam o tripé de sustentação da produtividade. Entendemos que estas ações contribuíram para a evolução do efetivo observada inicialmente nos 18 municípios em questão.

Observou-se que, conforme as estatísticas do IBGE, cerca de 30% do crescimento do rebanho de ovinos e caprinos, tenham ocorrido provavelmente em decorrência das ações realizadas mediante orientações da assistência técnica direcionadas à melhoria da sanidade, nutrição, genética e financiamentos bancários.

Segundo conformações do Relatório de Governo⁴⁹, na área de atuação do Cabra Forte foram obtidas no ano de 2006, taxas de desfrute superiores a 35%, confirmadas por levantamentos realizados em comunidades dos produtores beneficiários em alguns municípios

⁴⁹ BAHIA. Secretaria do Planejamento – SEPLAN. **Bahia**: três anos em revista – 2003/2004/2005. Salvador, 2006.

do Programa, enquanto no Nordeste brasileiro a taxa de desfrute atual do rebanho é estimada em 16%.

As possíveis evoluções obtidas na melhoria destes rebanhos, referentes aos aspectos genéticos, de sanidade e nutrição, vêm resultando em animais com melhores carcaças e elevação da produtividade, possivelmente decorrentes dos ensinamentos e orientações transmitidas pela assistência técnica.

Vale ressaltar que, o melhoramento genético alcançado pelo Programa Cabra Forte, o qual provavelmente tenha elevado índice zootécnico, por meio de técnicas modernas (inseminação artificial), somadas as ações de manejo reprodutivo, contribuiu na eficiência na produtividade da caprinovinocultura da região do Semi-árido.

No que diz respeito à nutrição animal, o principal objetivo analisado, foi o de maximizar as potencialidades de cada região, aproveitando da melhor forma possível o que ela pode oferecer. Em regiões menos privilegiadas, como o Semi-árido baiano, espera-se uma otimização do seu potencial de produção sustentável, melhor dizendo, o quanto é possível produzir, com investimentos passíveis de retorno, e de forma sustentável, sem degradar a vegetação existente e sem prejudicar o ambiente.

Assim, o Programa, visando à sustentabilidade do sistema, intensificou capacitação de produtores e técnicos na formação de reserva estratégica alimentar, objetivando enfrentar longos períodos de estiagem, por meio de campanhas de produção de feno, silo e palma.

Segundo o Relatório de Governo da SEAGRI – 2006, as ações desenvolvidas pelo Cabra Forte, resultaram num aumento significativo na renda das famílias beneficiárias; “a melhoria da qualidade do rebanho tem se traduzido em benefícios para a melhoria de qualidade de vida de suas famílias, através do aumento, em média, de 60% da sua renda”.

A implantação do Programa promoveu a geração de oportunidades de trabalho no campo, em caráter temporário ou permanente. Essa constatação foi observada pela equipe do

Banco Mundial que visitou a Associação de Cacimba do Silva/ Sertãozinho, localizada no município de Juazeiro.

O programa Cabra Forte preparou o pequeno produtor, por meio de ações estruturantes, para ter acesso ao crédito e assim viabilizar a capacidade de pagamento frente aos parceiros como o Banco do Nordeste e Banco do Brasil, os quais financiaram R\$ 26,6 milhões, no período de 2003 a 2006, direcionados as necessidades de investimentos do público alvo do Cabra Forte, utilizando-se de recursos provenientes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Esses financiamentos contemplaram aquisição de animais, implantação de áreas de reservas estratégicas (palma e outros), para garantir a sustentabilidade da atividade no período de seca prolongada.

A proposta do Cabra Forte, com o apoio do Sebrae, foi de incorporar os Projetos Apícolas a todos os municípios cadastrados, direcionando ação para filhos e netos dos produtores vinculados ao programa. Essa iniciativa pretendeu viabilizar a permanência dos jovens junto as suas famílias no campo. As principais ações e resultados do programa encontram-se no quadro 1, apresentado abaixo.

Ação	Resultado
Beneficiários	Cadastramento de 35.559 pequenos criadores de ovinos e caprinos e 1.759 associações de reprodutores.
Infra-estrutura hídrica	Construção de 9.702 cisternas, 54 pequenas barragens, 463 sistemas simplificados de abastecimento; perfuração de 514 poços, 55,6 km de adutora (Caraíba/ Poço de Fora), e beneficiados mais de 21.396 pequenos produtores.
Melhoramento genético	Inseminação de 2.598 matrizes, introdução de mais de 7.500 animais melhorados, assistência a mais de 3.200 caprinos e ovinos, implantação de dois centros de reprodução, distribuição de 1.687 crias de ovinos e caprinos e importação de 60 embriões de caprinos e ovinos.
Sanidade	Três unidades móveis de sanidade animal (bode móvel); controle de parasitoses em mais de 1.300 caprinos e ovinos, controle de doenças infecciosas em mais de 250 mil animais e

	limpeza e desinfecção de mais de 34.700 instalações.
Ação	Resultado (Cont.)
Nutrição	Implantação de 100 hectares de pastagens, produzindo 40.000 fardos de feno por mês no pulmão verde, por intermédio da Coopforte, armazenada mais de 300 mil toneladas de feno e silo e aumento de mais de 35.500 hectares nas áreas destinadas à produção de forragens.
Outras ações desenvolvidas	Implantação do Friforte – unidade frigorífica de juazeiro, realização de 4.853 financiamentos, no valor de R\$ 26,6 milhões, implantação de 9 mil colméias e 18 unidades de beneficiamento de mel, beneficiando 900 novos e jovens apicultores e distribuição de 24.258 títulos de terras aos pequenos produtores.

Quadro 1: Resultados do Programa, no período do ano de 2003 a 2006
Fonte: SEAGRI (2007).

Avaliando a atividade caprinovinocultura do Estado da Bahia, nota-se, que ao longo dos anos, apresenta uma nítida carência de uma política bem definida que norteie suas atividades, a exemplo do Programa Cabra Forte.

MADRUGA (1999, p. 50), aponta que apesar de o Semi-árido baiano ser forte na criação, ter tradição na atividade, possuir uma elevada demanda de carne caprina formada por um produto de grande aceitação popular, seu potencial de exploração é ainda muito baixo no que diz respeito a sua utilização como carne nobre e cortes especializados. Isto resulta, sobretudo, do baixo nível tecnológico, baixo nível de manejo e sanidade a que estes animais são submetidos.

Como dito anteriormente, esforços vêm sendo direcionados, para a melhoria desta atividade, atualmente impulsionados por meio de programas especiais, a exemplo do Programa Estadual Cabra Forte, pelo qual se espera que sua importância venha conseguir alterar os índices de desenvolvimento humano, social e econômico dos municípios onde foram implantados.

5 ESTUDO DE CASO DO DISTRITO DE ITAMOTINGA – JUAZEIRO

Este capítulo teve dois grandes objetivos: o primeiro, visou contextualizar historicamente o município de Juazeiro, onde está localizado o distrito de Itamotinga, caracterizando a condição atual do município com informações gerais e dados socioeconômicos; o segundo, consiste em apresentar os resultados de pesquisa de campo realizada em comunidades do distrito de Itamotinga, com objetivo de verificar de que forma o Programa Cabra Forte interagiu com os produtores no desenvolvimento da criação de caprinos e de ovinos e como esta atividade tem trazido melhorias para a qualidade de vida do agricultor das comunidades de Cacimba do Silva, Rodeador, Lagoa dos Cavalos, Sítio Sacramento e Barra Bonita.

Para tanto, utilizou-se parte da metodologia Análise Diagnóstico dos Sistemas Agrários⁵⁰. Essa metodologia foi escolhida pelo seu caráter sistêmico, pois sob uma visão histórica e abrangente da comunidade, identifica-se de que forma ocorreu ou estão ocorrendo às mudanças não apenas nos sistemas de produção, mas também na organização da comunidade.

Assim, a ênfase é dada aos agricultores, pois eles são os agentes históricos dos sistemas agrários. O caráter sistêmico da metodologia garante a profundidade do estudo uma vez que a partir da visão abrangente que proporciona, percebe-se na localidade, a integração da ovinocaprinocultura com outros sistemas de produção.

Várias definições de sistemas agrários são apresentadas por diversos autores. Os principais conceitos e instrumentos desta metodologia estão disponíveis no estudo: Guia INCRA/FAO - Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários⁵¹.

⁵⁰ INCRA/FAO. Guia Metodológico: Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (DSA). Utilizada, desde 1995, pelo Projeto de Cooperação Técnica firmado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – PCT INCRA/FAO (UTF/BRA/051/BRA). Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/textos_para_discussao.htm>. Acesso em: 10 set. 2007.

⁵¹ Guia INCRA/FAO Análise diagnóstico de sistemas agrários disponível em <<http://www.incra.gov.br/fao/>>. Acesso em: 12 set. 2007.

Conforme esse estudo a evolução de cada tipo de produtor e de cada sistema de produção é determinada por um conjunto complexo de fatores que se relacionam entre si, podendo ser eles: ecológicos, técnicos, sociais e econômicos.

As necessidades da sociedade podem impor mudanças a cada um desses fatores, tornando ser necessário, por exemplo, aumentar a produção ou a produtividade de algumas culturas ou limitar os gastos governamentais ou, ainda, diminuir a emissão de poluentes.

Essas mesmas necessidades podem demandar alterações nos preços dos produtos (tanto agrícolas quanto industriais), acarretando conseqüências diferentes para cada tipo de sistema de produção e de produtor.

A permanência ou o desaparecimento de um determinado tipo de produtor depende da sua capacidade de se adaptar às mudanças, ou seja, em última instância, de seus resultados econômicos. É essa complexidade, essa história e essa diferenciação que cabe entender.

A criação de ovinos e caprinos encontra-se no distrito de Itamotinga, como uma das alternativas agropecuárias adequada para promover crescimento econômico e benefícios reais à população rural. A atividade é justificável por vários motivos, entre eles: adequação aos agroecossistemas do Semi-árido, baixa necessidade de capital inicial, capacidade de acumulação de renda em pequena escala, elevado potencial de geração de ocupações produtivas, fácil apropriação sócio-cultural e oferta de produtos com grande apelo em novos mercados.

5.1 HISTÓRICO DE JUAZEIRO - BAHIA

O município de Juazeiro está localizado no território do Sertão do São Francisco, situado à margem direita do rio São Francisco, no extremo norte da Bahia, na zona do Médio e Baixo São Francisco. Divisa com o Estado de Pernambuco, Juazeiro está ligado a Petrolina pela ponte Presidente Dutra e distante 500 Km de Salvador e situado nas coordenadas geográficas equivalente a: latitude Sul -09°24'42" e longitude Oeste 40°29'55", conforme Mapa 13.



Mapa 13: Mapa da Bahia com a Localização do município de Juazeiro
 Fonte: SEAGRI (2007).

Conforme SANTOS; PINHO (2003, p. 76), o rio São Francisco foi decisivo para o desbravamento das regiões mais interioranas do Estado da Bahia. Navegável desde o trecho de Pirapora, em Minas Gerais, ao de Juazeiro, na Bahia, consistia no principal caminho para se alcançar outros locais do Nordeste, uma vez que a densa caatinga, estendendo-se da faixa litorânea até suas margens, dificultava a colonização por via terrestre.

Assim, até aproximadamente a década de 1970, constituía-se efetivamente numa linha divisória intra-regional da Bahia. Na sua margem esquerda estavam às terras denominadas comumente de Além São Francisco (ou o Sertão do São Francisco), o vale do rio propriamente dito e as Gerais, representadas pelos municípios mais próximos à divisa da Bahia com Tocantins e Goiás (SANTOS; PINHO, 2003, p. 76).

Esses autores afirmam que por onde o São Francisco passava, desde o início da ocupação das terras brasileiras pelos colonizadores, o mesmo contribuía para a formação da economia e distribuição espacial dos habitantes.

Para Oliveira, 1998, o surgimento de Juazeiro se deu ao fim do século XVII, decorrente da implantação e expansão da atividade pecuária no território baiano. Porém, o município só começou a ter uma relativa importância econômica no século XVIII quando as “boiadas” provenientes das terras da família Garcia D’Ávila, no litoral norte do Estado, passaram pelo

município de Juazeiro com destino às terras do atual Estado do Piauí. A região tornou-se assim, um ponto de “travessia” ou “passagem” no rio São Francisco.

A partir dessa época, século XVIII, passou a dominar a pecuária extensiva praticada por grandes estabelecimentos rurais, e teve início o desenvolvimento de atividades agrícolas, pouco expressivas, de lavouras de subsistência e de algodão.

Conforme informações da Prefeitura Municipal de Juazeiro⁵², o município é elevado à categoria de vila e posteriormente, comarca, e transformada em cidade pela Lei N.º 1.814 de 15 de julho de 1878.

Desencadeada a Revolução de 1930, Juazeiro foi considerada a cidade estratégica pelas forças legalistas que se opunham à revolução e decidiram concentrar aqui a resistência dos revoltosos, detendo a marcha dos colonos revolucionários, que se haviam apoderado das posições políticas do Nordeste (OLIVEIRA, 1998, p. 19).

Até então, a economia do município se baseava na pecuária extensiva, combinada com a agricultura de subsistência, caracterizada pelo baixo desenvolvimento produtivo e pela dependência de chuvas complementada pela criação de pequenos animais e pela pesca.

Entre 1945 e 1948, ocorreu então, a criação de órgãos estatais como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF). Já na década de 60, foram então construídas as rodovias federais, BR-212, BR-316, BR-231 e BR-425 que alteraram o quadro geral da região em relação à sua estrutura fundiária.

Assim, passaram a coexistir, pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais, dando-se início à prática da pecuária menos extensiva, o emprego de técnicas de irrigação para lavouras e ainda o desenvolvimento das atividades pesqueiras.

⁵² Prefeitura Municipal de Juazeiro, População estimada para o ano de 2007, disponível em: <http://www.juazeiro.ba.gov.br/index.php?t=cidade&p=1>. Acessado em 28 de setembro de 2007.

A agricultura irrigada passou então a assumir um relevante papel no desenvolvimento regional e, em especial, em Juazeiro, produzindo mudanças significativas na estrutura econômica da região e criando uma nova organização territorial.

Entretanto, a atividade da caprino/ovinocultura sempre assumiu grande importância sócio-econômica para Juazeiro, sendo explorada principalmente pela agricultura familiar, que tem nessa exploração sua principal fonte de sobrevivência.

Com cento e vinte e nove anos de existência e uma população estimada de 230.538⁵³ habitantes, Juazeiro apresenta uma lógica de contrates que é determinante na qualidade de vida de sua população.

Nas áreas fora da abrangência das tecnologias de agroindústrias exportadoras, o município integra vastas extensões de terras que não tem acesso aos benefícios da irrigação, abrigando uma população dependente das formas tradicionais de agricultura de sobrevivência no Semi-árido baiano.

Uma característica comum neste município, conforme SABOURIN; MARINOZZI (2000, p. 1.009) é o pastoreio comunitário, também chamado de “fundo de pasto”⁵⁴ ou “fecho de pasto”.

Segundo estes autores, essas “terras comuns” fazem parte do patrimônio coletivo de comunidades rurais. “O “fundo de pasto” é, portanto um espaço aberto acessível a todos os membros da comunidade para o uso coletivo de seus recursos naturais: pasto, corte de madeira, extrativismo de frutos, mel e caça”.

Assim, o uso coletivo para pastoreio nestas áreas permaneceu tanto pelo aumento relativamente lento da densidade demográfica e do clima seco, onde, o pastoreio comunitário da vegetação natural assegurou a criação extensiva dos caprinos e ovinos, como também pela

⁵³ População estimada para o ano 2007. Fonte IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/BA.pdf>. Acesso em 28 de setembro de 2007.

⁵⁴ A expressão vem da oposição com os campos cultivados e quintais que ficam perto das moradias. A reserva de pasto fica nos “fundos” da fazenda ou da comunidade.

falta de condições dos pequenos criadores de caprinos e ovinos de se modernizar e de se inserir nessa nova dinâmica; o que acaba por viver de mercados marginais ou, então, na produção para autoconsumo.

As áreas de fundos de pasto têm resistido a diversas dificuldades, entretanto a luta pela sobrevivência motivada pela criação de caprinos, gerou a organização desses povos.

5.2. INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Segundo dados da prefeitura municipal de Juazeiro⁵⁵, o acesso ao município pode ser feito por via terrestre, utilizando as rodovias BR-235 e BR-407, por via aérea por meio do aeroporto de Petrolina-PE a 15 km de distância, ou por um dos campos de pouso existentes na região, como em Sobradinho.

Por via fluvial utilizando o rio São Francisco, partindo de Pirapora-MG. Podemos destacar o porto fluvial da cidade que se encontra nas proximidades do perímetro urbano. São Francisco, Curaçá, Malhada da Areia e Salitre são os principais rios que cortam o município.

Por via terrestre o sistema rodoviário recebe ônibus diários partindo da capital baiana e de outras cidades da Bahia e de outros Estados, como Fortaleza, São Paulo e Brasília.

Segundo os estudos da SEI (2002)⁵⁶, a Região Econômica do Baixo Médio São Francisco, onde se localiza o município de Juazeiro, os terrenos são granulíticos e migmatíticos, apresentando depósitos minerais (minas) e rochas ornamentais. O clima é árido, nenhum excedente hídrico, megatérmico com chuvas de primavera/verão. O relevo evidencia depressões periféricas e interplanálticas com solos com horizonte B textural e aptidão agrícola restrita para lavouras e aptidão restrita, regular ou sem aptidão para a silvicultura e ou pastagem natural.

⁵⁵ Prefeitura Municipal de Juazeiro, disponível em: <http://www.juazeiro.ba.gov.br/index.php?t=cidade&p=1>. Acessado em 28 de setembro de 2007.

⁵⁶ Disponível em: www.sei.ba.gov.br. Acessado em 28 de setembro de 2007.

Este município apresenta tipo climático variando entre árido e Semi-árido. A área do município é de 6.389 km² e uma densidade populacional de 36 hab /km², altitude de 368 metros e podem-se distinguir duas classes de latossolos, bem como planossolos, solos podzólicos e cambissolos.

Segundo dados da prefeitura municipal de Juazeiro⁵⁷, as temperaturas da região são elevadas, mas com amplitude térmica moderada. A média do mês mais frio (julho) é sempre superior a 18° C e a média do mês mais quente (janeiro) é superior a 26° C. A média de precipitação anual é de 473 mm, sendo março o mês mais chuvoso, com precipitação média entre 50 e 75 mm. O mês mais seco é o de julho, quando a precipitação geralmente não ultrapassa, em média, 25 mm.

No que se relaciona aos aspectos fitogeográficos, segundo OLIVEIRA (1998, p.18), no município predomina a vegetação de caatinga, embora em determinados trechos haja cobertura vegetal estratificada de arbustos e árvores, a exemplo do umbuzeiro, quebra facão, mandacaru e juazeiro.

5.3 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

A caprinovinocultura assumiu importante papel no contexto sócio-econômico para o agricultor familiar do município de Juazeiro, sendo não só uma alternativa de renda, como também o uma grande aliada no combate à fome, as desigualdades sociais e a pobreza.

Para dar sustentabilidade a esta atividade, o distrito de Itamotinga conta com uma propriedade coletiva de 452 ha, a Fazenda Icó, adquirida por integrantes do grupo gestor das associações rurais de comunidades do distrito, com finalidades educacionais. Esta fazenda possui um laboratório de sanidade animal, centro de reprodução para caprinos e ovinos, sede de assistência técnica, e dois apriscos.

⁵⁷ Prefeitura Municipal de Juazeiro, disponível em: <http://www.juazeiro.ba.gov.br/index.php?t=cidade&p=1>. Acessado em 28 de setembro de 2007.

Outra atividade importante, sob o ponto de vista econômico, é a agricultura irrigada, a qual desempenha um papel relevante no desenvolvimento municipal, produzindo mudanças significativas na estrutura econômica da região e criando uma nova organização e dinâmica territorial.

Na região do Sub-Médio São Francisco, a atividade da agricultura irrigada é a que mais se destaca e a que mais atrai investimentos, principalmente pelo seu caráter exportador. Essa atividade transformou o pólo Juazeiro-Petrolina nos maiores centros de produção agroindustrial em seus Estados. Além disso, incluíram, em seu processo, áreas antes pouco produtivas ou mesmo não utilizadas (MOREIRA *et. al.*, 1998, p. 5).

A fruticultura irrigada estabeleceu novas relações entre o município, o país e o mundo. As culturas que se destacam, principalmente nas exportações são: uva, manga e melão, as quais se destinam as outras regiões do Brasil e ao Mercado Europeu, Estados Unidos, Canadá dentre outros.

Além da uva e da manga, os campos irrigados contemplam outras 47 diferentes culturas, com destaque para banana, coco, goiaba e cítricas. A produção de grãos e culturas de ciclo curto é, também, explorada para ao atendimento do mercado consumidor interno e ao processamento agroindustrial, a exemplo do feijão, tomate industrial e de mesa, pimentão, melancia, melão e abóbora.

Tabela 5: Juazeiro - Quantidade produzida e área colhida – lavouras temporárias - 2003-2006.

Discriminação	Quantidade Produzida				Área Colhida (Hectare)			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
Cana-de-açúcar (toneladas)	1.365.476	1.334.256	1.760.000	1.605.120	15.253	14.630	17.600	17.600
Cebola (toneladas)	5.540	6.257	18.360	40.732	340	384	1.020	2.057
Feijão (em grão)(toneladas)	530	538	183	659	40	410	202	573
Mandioca (toneladas)	5.040	5.580	14.400	15.432	420	465	1.200	1.286
Melancia (toneladas)	11.250	12.375	15.164	26.813	450	495	892	1.216
Melão (toneladas)	3.017	3.225	11.220	25.602	195	215	748	1.506
Milho (em grão) (toneladas)	17	14	-	100	28	28	-	125
Tomate (toneladas)	1.024	1.088	2.000	20.944	32	32	50	523
TOTAL	1.391.894	1.363.333	1.821.327	1.735.402	17.158	16.659	21.712	24.886

Fonte: IBGE (2007).

Tabela 6: Juazeiro - Quantidade produzida e área colhida – lavouras permanentes - 2003-2006.

Discriminação	Quantidade Produzida				Área Colhida (Hectare)			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
Banana (toneladas)	45.000	45.000	1.000	3.133	1.800	1.800	50	145
Coco-da-baía (mil frutos)	7.024	6.875	14.301	23.067	272	275	681	1.049
Goiaba (toneladas)	6.250	6.500	1.000	325	250	260	50	21
Limão (toneladas)	6.000	6.300	600	1.435	200	210	75	125
Mamão (toneladas)	1.350	1.350	990	1.535	45	45	45	64
Manga (toneladas)	108.000	112.320	175.000	302.957	6.000	6.240	7.000	9.043
Maracujá (toneladas)	1.265	1.330	7.540	11.839	90	95	520	816
Uva (toneladas)	52.500	53.750	84.420	84.900	2.100	2.150	2.814	2.830
TOTAL	227.389	233.425	284.851	429.191	10.757	11.075	11.235	14.093

Fonte: IBGE (2007).

As análises das informações referentes às atividades agrícolas desenvolvidas em Juazeiro, no período de 2003 a 2006 (IBGE), mostram que a área destinada à lavoura (permanente e temporária) passou de 27.915 ha para 38.979 ha, apresentando um aumento de 39,6 %, conforme detalhamento das Tabelas 5 e 6.

A partir da década de 90, com a implantação de políticas públicas voltadas à agricultura irrigada, a região vem sofrendo consideráveis mudanças na sua estrutura econômica.

Apesar de a ovinocaprinocultura apresentar pouca expressão econômica para o município, pois, ainda é uma atividade desenvolvida em sistemas extensivos, baixo nível tecnológico e conseqüentemente baixa produtividade, o que dificulta a articulação com o mercado e demais seguimentos da cadeia produtiva, o seu rebanho é bastante significativo.

Esta atividade vem passando por transformações estruturais e os sistemas produtivos tradicionais deverão emergir em novas formas de organização.

Segundo dados do IBGE, em 2003, o município de Juazeiro apresentava um efetivo dos rebanhos ovino e caprino na faixa de 523,4 mil de cabeças. Em 2006, estes valores mudaram para 535,8 mil cabeças de ovinos e caprinos, respectivamente. O rebanho de caprinos cresceu no período, aproximadamente 2,4%, ao passo que o rebanho de ovinos passou de 162.781 cabeças para 178.786 cabeças, apresentando um aumento de 9,83 %.

Observando-se a tabela 7, percebe-se que os rebanhos que mais se destacam neste município, são: caprinos, ovinos e bovinos, uma predominância para caprinos e ovinos; sobre os demais rebanhos em função das conotações edafo-climáticas da região.

Tabela 7: Efetivo do rebanho - Município de Juazeiro - Bahia.

Discriminação	Ano			
	2003	2004	2005	2006
Bovino	31.969	31.186	28.692	26.138
Caprino	360.665	360.213	375.000	357.000
Ovino	162.781	162.564	187.800	178.786

Fonte: IBGE (2007).

A caprinovinocultura é uma das mais importantes das alternativas para os agricultores familiares deste município em virtude da sua adaptabilidade as condições locais, e pela sua expressiva participação na formação da renda familiar.

No entanto, o nível de produtividade alcançado pelos produtores familiares o ainda se encontra baixo, o que dificulta a articulação com o mercado e demais seguimentos da cadeia produtiva.

Aliado a isto, a baixa oferta de carne de caprinos e ovinos tem dificultado a competitividade e remuneração dos produtores que tentam tornar essa atividade seu principal foco de renda.

A atividade produtiva caprinovinocultura vem passando por transformações estruturais e os sistemas produtivos tradicionais deverão emergir em novas formas de organização.

Vale destacar que o perfil dos consumidores de caprino-ovino vem se alargando, com a inclusão da carne de caprinos e ovinos no cardápio das classes mais favorecidas das capitais e grandes cidades. Diante disto, a indústria frigorífica instalada no município vislumbra uma grande oportunidade para alavanca a caprinovinocultura local.

5.4 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A população estimada em 2006 de Juazeiro, segundo estatísticas do IBGE⁵⁸, é de 230.538 habitantes, a qual vem apresentando um crescimento significativo ao longo das últimas décadas. O município apresenta uma área da unidade territorial de 6.389 km² e densidade demográfica que de 36 hab/km².

Tabela 8: População residente e densidade demográfica do Município de Juazeiro - 2003 a 2006.

Ano	População Total	Densidade Demográfica (Hab/Km ²)
2003	188.676	30
2004	198.065	31
2005	203.261	32
2006	230.538	36

Fonte: IBGE (2007).

Conforme estatística do IBGE, a população de Juazeiro passou do ano de 2003 de 188.676 habitantes para 230.538 habitantes em 2007, com um crescimento populacional de 22,19% neste período, conforme demonstrado na Tabela 8.

O grande desenvolvimento da região nos últimos anos vem atraindo um grande contingente populacional, a maioria sem qualificação, não só da microrregião de Juazeiro como de outros Estados do Nordeste, à procura de trabalho nos projetos de irrigação, na agroindústria, comércio e serviços, o que vem aumentando significativamente o número de desempregados na localidade.

A cidade de Juazeiro apresentou, para o período estudado, taxas de crescimento populacional elevadas, conforme dados da tabela 8, devido ao grande desenvolvimento econômico que vem ocorrendo na região. Este dinamismo econômico deve-se, principalmente, à fruticultura irrigada que determinou o terceiro e atual grande ciclo de povoamento na área.

⁵⁸ IBGE – Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 10 nov. 2007.

Os marcos que mais se destacaram no desenvolvimento da cidade e da região foram; a instalação da estrada de ferro, a criação de órgãos estatais de desenvolvimento regional (CODEVASF, CHESF, DNOCS), a construção de rodovias federais, a barragem de Sobradinho, os projetos de irrigação, a criação do Distrito Industrial de São Francisco, e o desenvolvimento da fruticultura, voltado para o mercado nacional e internacional.

A dimensão social pode ser vista também pela evolução do seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH, como se mostra na tabela 9, apresentada abaixo.

Tabela 9: Juazeiro: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH, 1991 a 2000.

Discriminação	1991	2000
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,589	0,683
Educação	0,688	0,802
Longevidade	0,521	0,612
Renda	0,558	0,635

Fonte: PNUD/IPEA, 2004.

Observa-se que no período de 1999 a 2000, o IDH total teve um crescimento de 15,96%. Conforme a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8).

Comparando-se com os outros 417 municípios do Estado, em 2000, Juazeiro ocupava a 39ª posição, a expectativa é que essa colocação tenha melhorado, embora não existam dados atualizados.

O sistema viário se apresenta satisfatório no que diz respeito das estradas de acesso ao município. Já o sistema viário interno é extremamente precário, comprometendo tanto os serviços de saúde e educação quanto o desenvolvimento econômico, no fluxo de tecnologia, insumos e escoamento de produtos.

5.5 DISTRITO DE ITAMOTINGA.

Itamotinga é um dos sete distritos do município de Juazeiro, localiza-se ao lado da Rodovia BA-210, distante a 70 quilômetros do município de Juazeiro (BA), possui clima

árido, relevo plano, solos medianamente férteis, vegetação predominantemente de caatinga, com visíveis sinais de raleamento, esparsas e pequenas quantidades de palma, algaroba, angicos, umbuzeiros, aroeira e catingueira.

Nesse distrito contrastam-se duas situações distintas: de um lado, um sistema de produção agrícola intensivo em tecnologia, baseado em projetos de fruticultura irrigada e, de outro, a agricultura familiar explorando a agricultura de sequeiro e a pecuária extensiva, com vistas à subsistência.

A área de estudo definida para análise de campo foram às comunidades de Cacimba do Silva, Rodeador, Lagoa dos Cavalos, Sítio Sacramento e Barra Bonita, pertencentes ao distrito de Itamotinga, que se localizam entre 66 a 100 km em média de Juazeiro-BA.

Nessas comunidades, não é utilizada a prática de agricultura irrigada, as culturas identificadas são de sequeiro; identificando-se também uma forte criação de caprinos e ovinos, além da criação de bovinos.

Itamotinga é um espaço geográfico, social, econômico e político, no qual se distribuem pequenos produtores, vivendo em comunidades rurais, apresentando como atividade econômica de maior expressão a caprinovinocultura desenvolvida em campo aberto, caracterizada como agricultura familiar.

As relações de trabalho que se estabelecem nessas comunidades são predominantemente de base familiar e a estrutura fundiária é composta principalmente por pequenas propriedades, com áreas de 20 a 100 ha.

Neste contexto, a propriedade rural passa a ser identificada como um sistema básico, com suas diversidades, inter-relações entre os componentes e o meio ambiente; onde, o agricultor familiar compõe então a parte central do sistema.

5.6 COMUNIDADES DE ITAMOTINGA.

O sistema agrário das comunidades estudadas do distrito de Itamotinga, confirmado a partir do procedimento de leitura de paisagem e entrevistas com moradores das comunidades rurais selecionadas para pesquisa, é constituído de caprinos, ovinos, bovinos e agricultura de subsistência, com trabalho predominantemente familiar.

Esses agricultores fazem uso de pouca pastagem plantada (capim bufel e palma), em área cercada com madeira e arame farpado. Os animais são criados a solta alimentando-se da pastagem nativa, em regime de fundo de pasto. Alguns agricultores familiares utilizam chiqueiros rústicos para contenção de animais.

A maioria dos moradores das comunidades selecionadas para a pesquisa é integrante de associações comunitárias locais e moram em propriedades rurais dessas comunidades.

Diante do que foi percebido no *lócus* da pesquisa, trata-se de comunidades com um movimento econômico limitado. Suas transações comerciais são realizadas durante todo o ano, de forma individual por cada agricultor rural conforme a sua necessidade e é oriunda na maioria das vezes, da produção de caprinovino (carne, esterco, pele) e limitam-se ao município de Juazeiro, bem como o atendimento médico e dentário também é realizado no posto médico de Juazeiro.

Vale ressaltar que, a maioria dos produtores prefere comercializar o animal vivo, considerando uma base de peso que o animal possui, sem utilização de qualquer tipo de pesagem. Os produtores teriam dificuldades devido à fiscalização sanitária, a exemplo da ADAB, de comercializar os animais vivos em outros municípios, pois na maioria das vezes estes animais não possuem nenhum registro.

Assim sendo, Juazeiro é o principal mercado para os produtos comercializados pelos agricultores familiares de Itamotinga, a exemplo do queijo (comercializado em saco plástico em forma de tabletes) e a carne do caprinovino, e para os demais subprodutos, como o esterco e a pele.

Já a compra de insumo a exemplo de vacinas, vermífugos, sal, rações e outros; é realizada individualmente por cada produtor na sede do município de Juazeiro. Vale destacar que, em algumas comunidades os produtores chegam a realizar compra conjunta de vacina e vermífugos, mas que com o encerramento do programa “Cabra Forte” no final do ano de 2006 este procedimento encerrou-se.

Em Itamotinga encontra-se uma fazenda modelo conhecida como fazenda Icó, adquirida por um grupo de produtores no ano de 2004, por meio de suas respectivas associações. É um referencial tecnológico para região e apresenta como foco principal as finalidades educacionais.

Segundo informações do SEBRAE⁵⁹, a fazenda ICO é produto de um processo cujo antecedente mais imediato é a fundação das primeiras associações comunitárias rurais no município de Juazeiro, dentre as quais as dos Produtores Rurais da Região de Barra Bonita, Distrito de Itamotinga – Juazeiro/Ba. A interação com Instituições ligadas ao setor agropecuário tanto governamental quanto da sociedade civil, possibilitou uma maior organização dos produtores para a condução do processo de desenvolvimento da atividade caprina e ovina das comunidades envolvidas.

Na fazenda Icó, atuam as instituições de pesquisa e extensão rural, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/ Semi-árido), o Instituto Regional da Pequena Propriedade Apropriada (IRPAA), a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB). Nesta fazenda as instituições acima citadas implantam tecnologias, principalmente as de fácil compreensão, demonstrando seus métodos e validando resultados.

Conforme o SEBRAE (2006, p. 10)⁶⁰, estudos realizados pelas empresas de pesquisa e extensão acima descritas, bem como a prática da atividade caprina e ovina, comprovaram que

⁵⁹ SEBRAE. **Histórias de sucesso**: agronegócios: ovinocaprinocultura, leite e derivados. Organizado por Renata Barbosa de Araújo Duarte. Brasília: SEBRAE, 2006.

⁶⁰ SEBRAE. **Histórias de sucesso**: agronegócios: ovinocaprinocultura, leite e derivados. Organizado por Renata Barbosa de Araújo Duarte. Brasília: SEBRAE, 2006.

as formas tradicionais de tratamento dadas ao sistema de produção, como criar animais soltos, sem cercados, falta do controle de natalidade e mortalidade, falta de controle de verminose, falta de campanha de vacinação e outras atividades, até então típicas do nosso produtor rural, não apresentaram resultados satisfatórios.

A relação dos agricultores das comunidades de Itamotinga com seus vizinhos é tida como positiva uma vez que estes são vistos como oportunidade de emprego para membros das famílias, nas fazendas vinculadas ao agronegócio: uva, manga, cana-de-açúcar e, em menor quantidade e por períodos mais curtos, nos perímetros irrigados e também como potenciais compradores de esterco e de carne de caprinovinos.

Segundo os moradores, a infra-estrutura das comunidades de Itamotinga melhorou muito com as ações intermediadas ou executadas pelo programa Cabra Forte, a exemplo da chegada da luz elétrica, por meio do programa federal Luz para Todos, aliado as medidas de convívio com Semi-árido, como a instalação de cisternas para captação de águas das chuvas e dos poços artesianos instalados; disponibilizando a comunidade local água para o próprio consumo e dos animais.

5.6.1 Característica da agricultura familiar das comunidades de Itamotinga.

Após um estudo sobre o programa Cabra Forte buscou-se para esta avaliação algum documento que contivesse o marco zero do programa, mostrando a situação da comunidade e conseqüentemente dos agricultores que seriam contemplados, para um melhor entendimento da evolução das ações, durante e após o período de implementação do Cabra Forte, porém, foi uma busca sem sucesso.

Como objetivo de apresentar as visões e percepções sobre os processos de desenvolvimento das comunidades visitadas, voltadas para a reflexão da dinâmica do programa Cabra Forte na qualidade de vida dos agricultores cadastrados, baseada nas anotações e entrevistas realizadas, procurou-se fazer análises basicamente qualitativas.

No que se refere à distribuição por sexo, a pesquisa realizada nas comunidades de Itamotinga, aponta na média, um domínio para a população masculina de chefes de família, com um percentual de 54% de homens e um percentual de 46% de mulheres. Observou-se que estes percentuais se repetem ou são muito próximos aos apresentados pelas comunidades. Cacimba do Silva percentual de 55% de homens e 45% de mulheres, os resultados em Rodeador são de 58% de homens e 42% de mulheres, Lagoa dos Cavalos apresenta um percentual de mulheres de 43% sobre a população de homens, 57%. Já Sítio Sacramento e Barra Bonita apontaram para um equilíbrio, mostrando uma população masculina de 50% semelhante à feminina, 50%, conforme a Tabela 10.

Tabela 10: Comunidades entrevistadas x Sexo da Comunidade.

Comunidade	Entrevistado	
	Masculino %	Feminino %
Cacimba do Silva	55	45
Rodeador	58	42
Lagoa dos Cavalos	57	43
Sítio Sacramento	50	50
Barra Bonita	50	50
Total geral	54	46

Fonte: Dados de pesquisa de campo, Itamotinga – outubro de 2007.

Quando é analisada a relação chefe da família e sexo, constata-se que a maior parte dos domicílios é chefiada por homens (54%).

No manejo diário do rebanho é significativa a equidade entre homens e mulheres na divisão das tarefas.

Em relação à faixa-etária da população das comunidades pesquisadas, os dados mostram que 36% estão com idade superior a 50 anos, seguida por 28% entre 40 a 50 anos, 13% entre 30 – 40 anos e 22% representam idade entre 20 – 30 anos, conforme apresentado na Tabela 11.

Tabela 11: Faixa etária dos agricultores familiares por comunidade visitada.

Comunidade	Idade - anos (valores %)			
	20 -30	30 – 40	40 – 50	+ de 50

Cacimba do Silva	20%	25%	25%	30
Rodeador	38%	8%	29%	25%
Lagoa dos Cavalos	-	-	57%	43%
Sítio Sacramento	20%	-	20%	60%
Barra Bonita	0%	33%	17%	50%

Fonte: Dados de pesquisa de campo, Itamotinga – outubro de 2007.

Quanto ao estado civil dos entrevistados, a pesquisa de campo mostrou que a maioria 67%, é o casado, os demais, 24% são solteiros e 9% são viúvos, conforme Tabela 12.

Tabela 12: Estado civil dos agricultores familiares por comunidade visitada.

Comunidade	Estado civil		
	Solteiro	Casado	Viúvo
Cacimba do Silva	15%	70%	15%
Rodeador	29%	58%	13%
Lagoa dos Cavalos	29%	71%	-
Sítio Sacramento	30%	70%	-
Barra Bonita	17%	83%	-

Fonte: Dados de pesquisa de campo, Itamotinga – outubro de 2007.

O número de filhos por casal foi, em média, igual a três, apenas uma família na comunidade de Cacimba do Silva apresentou um número superior à média encontrada, tendo 13 filhos e duas outras tendo 10 filhos cada, na comunidade de Barra Bonita, conforme Tabela 13.

Tabela 13: Número de filhos dos agricultores familiares por comunidade visitada

Comunidade	Nº de filhos (valores %)				
	Sem filhos	1-3 filhos	3 – 5 filhos	5 – 7 filhos	+ de 7 filhos
Cacimba do Silva	15%	65%	10%	5%	5%
Rodeador	29%	46%	17%	8%	-
Lagoa dos Cavalos	15%	70%	15%	-	-
Sítio Sacramento	40%	50%	10%	-	-
Barra Bonita	17%	33%	-	17%	33%

Fonte: Dados de pesquisa de campo, Itamotinga – outubro de 2007.

Todos os entrevistados afirmam ser proprietários do imóvel, sendo que a área média das propriedades visitadas é de 72 hectares. Vale lembrar que o sistema de criação utilizado é o de fundo de pasto, apenas um produtor foge desta média, e apresentando uma área de 500 hectares.

As construções de alvenaria representam 100% das residências em todas as comunidades pesquisadas.

A inexistência de sistema de esgotamento sanitário na maior parte da área tem como resultado a predominância de formas precárias de escoamento da instalação sanitária, a exemplo de fossa rudimentar utilizada por 22% das propriedades, conforme tabela 14, abaixo.

Tabela 14: Existência de banheiros nas residências por comunidade visitada.

Comunidade	Existência de Banheiro	
	Sim	Não
Cacimba do Silva	60%	40%
Rodeador	4%	96%
Lagoa dos Cavalos	-	100%
Sítio Sacramento	20%	80%
Barra Bonita	-	100%

Fonte: Dados de pesquisa de campo, Itamotinga – outubro de 2007.

A energia elétrica chegou recentemente (em janeiro de 2007), às propriedades visitadas, por meio do programa Luz no Campo, coordenado pela Secretaria de Infra-Estrutura do Estado e executado pela COELBA. Instituído pelo governo federal, através do Ministério de Minas e Energia, o Luz no Campo conta com o apoio financeiro da ELETROBRÁS.

Segundo informações constantes no site da ELETROBRÁS⁶¹, o objetivo do governo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico destas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. Conforme esse documento a chegada da energia elétrica facilita a integração dos programas sociais do governo federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

Segundo MME (2006)⁶², o mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Este documento aponta também que cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural.

⁶¹ Disponível em: < <http://www.eletronbras.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

⁶² MME. Ministério de Minas e Energia. Relatório semestral. 1º semestre de 2006.

A energia elétrica pode então ser considerada como vetor de desenvolvimento social e econômico destas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. A chegada da energia elétrica facilitará a integração dos programas sociais do governo federal e estadual, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

Das propriedades visitadas, 100% das casas das comunidades de Cacimba do Silva, Rodeador e Lagoa dos Cavalos, foram atendidas com o serviço de energia elétrica; em Barra Bonita, apenas 17% foram contempladas com a energia elétrica, conforme Tabela 15.

Tabela 15: Tipo de iluminação das propriedades por comunidade visitada

Comunidade	Tipo de iluminação		
	Elétrica	Solar	Lampião
Cacimba do Silva	100%	-	-
Rodeador	100%	-	-
Lagoa dos Cavalos	100%	-	-
Sítio Sacramento	70%	10%	20%
Barra Bonita	17%	33%	50%

Fonte: Dados de pesquisa de campo, Itamotinga – outubro de 2007.

Em 100% das propriedades de todas as comunidades visitadas, o destino do lixo é queimado ou despejado a céu aberto.

Um dos objetivos específicos do programa Cabra Forte foi o de ampliar e melhorar a oferta de água para os produtores, por meio de duas estratégias: disponibilizar ponto de água confiável para grupos de aproximadamente 25 produtores e propiciar o armazenamento de água de chuva nas propriedades assistidas.

No entanto, as ações relativas à insuficiência hídrica, por meio da perfuração e recuperação de poços tubulares, instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de água (SSAs), recuperação e construção de barragens, não atendem à demanda de produtores beneficiados pelo Cabra Forte em todas as comunidades do distrito de Itamotinga..

Quanto à fonte de abastecimento de água para o consumo humano, foi encontrada em 100% das residências a cisterna, sendo em sua grande maioria (90%), construída pelo programa Cabra Forte, de todas as comunidades pesquisadas.

Em Cacimba do Silva e Rodeador verificou-se a existência de poços artesianos, com boas vazões, porém, todos os poços apresentaram água salobra, servindo para consumo dos animais. Este problema já não existe nas comunidades de Sítio Sacramento e Barra Bonita as quais são beneficiadas com água de boa qualidade e vazão satisfatória. Na comunidade de Lagoa dos Cavalos não foi verificada a existência de poços artesianos, pois, segundo os moradores, o poço não pode ser perfurado pela CERB, devido à condição geológica que impediu o sucesso da perfuração.

O tratamento dado à água para consumo humano, feito por 100% dos entrevistados, é a utilização de filtro de barro. O uso de cloro para o tratamento da água só é feito quando são dadas gratuitamente as comunidades, seja pela prefeitura ou por algum programa social.

A maior parte dos entrevistados (85%) se considera alfabetizado, sendo 80% da comunidade de Cacimba do Silva, 96% da comunidade Rodeador, 71% da comunidade Lagoa dos Cavalos, 90% da comunidade Sítio do Sacramento e 57% de Barra Bonita.

Quando perguntados se nos últimos três anos tiveram acesso ao crédito rural (PRONAF), 55% da comunidade Cacimba do Silva, 42% da comunidade Rodeador, 40% da comunidade Sítio Sacramento e 50% em Barra Bonita sinalizaram positivamente. Já na comunidade de Lagoa dos Cavalos todos os entrevistados sinalizaram negativamente, alguns por problemas no CADIM, outros afirmam “medo de perderem a terra”.

Quando questionados sobre os impactos do programa e de forma especial, se o programa apresentou resultados positivos a ponto de dar continuidade às ações preconizadas após seu término, a maioria 80 % respondeu positivamente, conforme detalhamento da tabela 16.

Tabela 16: Existência de resultados positivos do Cabra Forte por comunidade visitada.

Comunidade	Existência de resultados positivos	
	Sim	Não
Cacimba do Silva	95%	5%
Rodeador	92%	8%
Lagoa dos Cavalos	86%	14%
Sítio Sacramento	60%	40%
Barra Bonita	67%	33%

Fonte: Dados de pesquisa de campo, Itamotinga – outubro de 2007.

Quando indagados sobre o acesso às novas tecnologias repassadas pelo programa, 97% dos entrevistados afirmaram ter recebido, conforme apresentado na Tabela 17.

Tabela 17: Acesso às novas tecnologias do Cabra Forte por comunidade visitada.

Comunidade	Acesso às novas tecnologias	
	Sim	Não
Cacimba do Silva	100%	-
Rodeador	100%	-
Lagoa dos Cavalos	100%	-
Sítio Sacramento	80%	20%
Barra Bonita	83%	17%

Fonte: Dados de pesquisa de campo, Itamotinga – outubro de 2007.

Dos produtores entrevistados, 97% daqueles que receberam assistência técnica e/ou capacitação não possuíam, antes do Cabra Forte, qualquer tipo de reserva estratégica para alimentar o rebanho em períodos de seca.

No entanto, os 3% dos entrevistados que informaram possuir reserva alimentar para o rebanho em períodos de seca não tinham um conhecimento esclarecido sobre o manejo e da sua importância. Esses produtores consideravam como reserva alimentar a existência de forrageiras em sua propriedade a exemplo da leucena, algaroba, palha de feijão dentre outras, as quais eram fornecidas para alimentar os rebanhos sem nenhum armazenamento para as épocas secas.

Após a implantação do Programa, apenas 30% dos agricultores cadastrados afirmaram ter implantado algum tipo de reserva alimentar estratégica para alimentar o rebanho na época da seca.

Quando questionados sobre a suficiência das reservas para atender aos rebanhos no período de estiagem, 80% dos produtores a consideraram insuficiente e 20% suficientes.

Para finalizar foi então perguntado sobre um possível retorno do programa Cabra Forte, 92% dos entrevistados afirmaram positivamente, conforme a tabela 18.

Tabela 18: Possível retorno do programa Cabra Forte por comunidade visitada.

Comunidade	Possível retorno do programa Cabra Forte (%)	
	Sim	Não
Cacimba do Silva	95 %	5%
Rodeador	100%	-
Lagoa dos Cavalos	100%	-
Sítio Sacramento	80%	20%
Barra Bonita	83%	17%

Fonte: Dados de pesquisa de campo, Itamotinga – outubro de 2007.

Durante a visita de campo, os agricultores relataram que a preferência pelos caprinos é devido ao fato destes serem menos seletivos na alimentação e adaptarem-se melhor à caatinga.

A solidariedade é uma característica marcante entre os moradores destas comunidades, sendo uma constante, não só entre parentes, como também entre vizinhos.

5.6.2 Tipologias de produtores e de sistemas de produção

5.6.2.1 Tipologia de produtor

ROCHA; SOUZA (2007, p. 11); define um sistema de produção como uma combinação dos recursos para obtenção de produções vegetais e animais.

Assim, em um sistema de produção são notados diversos subsistemas, tais como: de cultura de parcelas ou de grupos de parcelas de terra, tratados de maneira homogênea, com as mesmas tecnologias e sucessões de cultura; os subsistemas de criação de grupos de animais; os subsistemas de unidades de transformação (processamento ou beneficiamento) agrícola.

A partir dessas diferenciações, as análises nos permitem construir tipologias de produtores e de sistemas de produção.

Neste estudo foram levadas em consideração as características das relações de trabalho existentes nas unidades de trabalho familiar. Desse trabalho identificam-se três tipos de produtores (P):

- P1 = Agricultor familiar, proprietário, aposentado, criador de caprino e ovino;
- P2 = Agricultor familiar proprietário aposentado criador de caprino, ovino e pluriativo;
- P3 = Agricultor familiar assalariado, criador de caprino.

Nas comunidades estudadas, foram identificados três tipos principais de sistemas de produção (SP), esquematizados a seguir:

- SP1 - Caprino/ovino/transformação
- SP2 - Caprino
- SP3 - Caprino/ovino/comerciante

5.6.2.2 Composição da renda familiar.

Durante a pesquisa de campo realizado nas comunidades de Itamotinga, foi levantada apenas a discriminação da renda familiar, a qual é composta pela criação de caprinos e ovinos, venda de esterco, unidade de transformação do leite, mel, salário e transferências governamentais (aposentadoria, vale-gás e bolsa família).

Entretanto, verificou-se a existência de um estudo realizado pelo SEBRAE-BA em julho de 2007, onde foi feito um levantamento de campo para subsidiar um planejamento estratégico desta empresa, direcionado a associação comunitária dos pequenos produtores de

Itamotiga. Neste levantamento feito pelo SEBRAE-BA⁶³, a renda média per capita é de R\$ 161,72 (cento e sessenta e um reais e setenta e dois centavos), onde 44,72% destinam-se ao item alimentação.

O Gráfico 1, a seguir, mostra a estrutura de gastos das famílias de um grupo de produtores, formada por 10 produtores/associados que compõem a amostra.

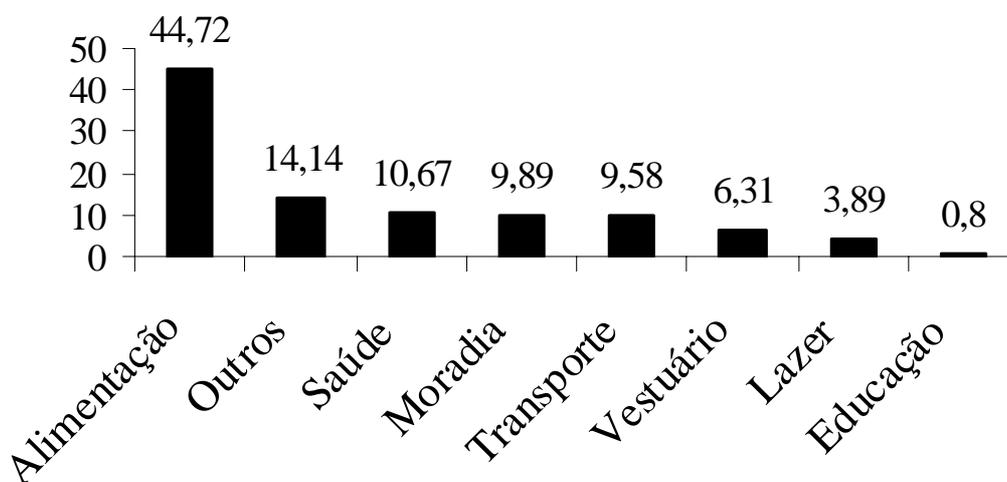


Gráfico 1: Renda: saídas atuais, média de todo o grupo avaliado

Fonte: SEBRAE-BA - Levantamento de campo, 07 a 08 de julho de 2007 – Fazenda Iço - Rodeador.

Conforme este levantamento do SEBRAE-BA (2007) dos 44,72% destinado a alimentação, verifica-se que 28,18% deste percentual, é gasto com compra direta e 16,54% corresponde ao autoconsumo das famílias, com produtor que deixam de comprar porque tem produção própria. O autoconsumo (37% do item alimentação) caracterizou-se principalmente pelos produtos relacionados à pecuária (carne de caprinovino, aves e ovos). Observa-se, entretanto que devido à falta de chuvas ocorridas no ano de 2007, não foi possível a produção de alguns itens de autoconsumo como farinha, feijão, melancia, dentre outras. Nesta amostra todos os componentes do grupo desenvolvem atividades agropecuárias.

A rubrica de maior representatividade neste levantamento foi “Outros”, que representa 14,14% da renda, correspondente principalmente a empréstimos descontados em folha dos

⁶³ Levantamento de campo feito pelo SEBRAE-BA em julho de 2007 para subsidiar um planejamento estratégico direcionado a associação comunitária dos pequenos produtores de Itamotiga.

aposentados e assalariados, o que evidencia o alto endividamento em algumas famílias.

Outra rubrica representativa está nos gastos com saúde (10,67%), que apesar de terem atendimento médico/odontológico gratuito e o acompanhamento do agente de saúde, os produtores e seus familiares precisam se deslocar para a localidade de Juazeiro onde fica o posto de saúde.

Com a rubrica moradia são gastos 9,89%. Os produtores que moram na Fazenda Rodeador estão com luz elétrica, somente os de Tanquinhos e Canoas ainda não possui e alguns utilizam placas de energia solar. Não há água encanada, mas todas as casas possuem cisternas. Os produtores de Rodeador podem contar com um poço artesiano, mas a água é muito salobra (apesar de está diminuindo a salinidade e melhorando o sabor) e não é utilizada para beber, cozinhar e lavar. Atualmente é utilizada somente para dar de beber aos animais. Diversos produtores cozinham com lenha, devido ao custo do gás de cozinha.

Também é notório o pouco que se destina financeiramente ao lazer (3,89%) e à educação (0,8%). Com relação a esta última, a comunidade Faz. Rodeador possui uma escola pública que atende durante o período da manhã as crianças com ensino até a 4^a. Série e a noite com o ensino dos jovens e adultos (EJA). Para conclusão do ensino fundamental e médio os alunos necessitam se deslocar para o Distrito de Itamotinga ou para a sede do município de Juazeiro.

A despesa (saída) média por família, segundo o levantamento de campo realizado pelo SEBRAE-BA (2007), é de R\$ 711,56 (setecentos e onze reais e cinquenta e seis centavos), sendo a menor de R\$ 316,76 e a maior de R\$ 1.345,46.

Já a estrutura das entradas pode ser observada no mostra no gráfico abaixo.

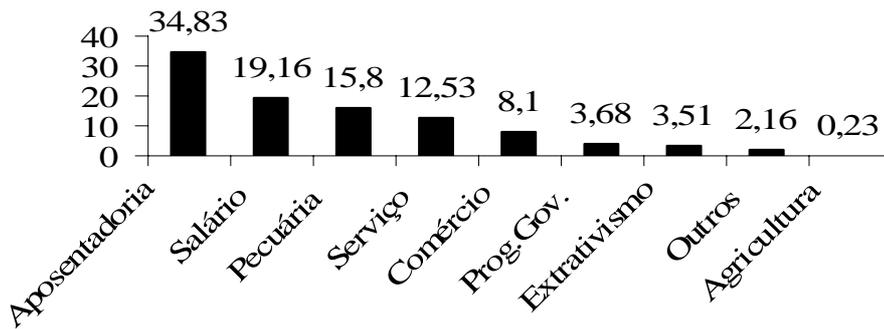


Gráfico 2: Renda: Entradas atuais, média de todo o grupo.

Fonte: SEBRAE-BA - Levantamento de campo, 07 a 08 de julho de 2007 – Fazenda Iço - Rodeador.

Nesta estrutura de ingressos de receita das aposentadorias (34,83%), dos salários (19,16%) e Programa de Governos (3,68%), representam mais da metade das fontes de ingressos do Grupo (57,67%). Isto demonstrar a extrema dependência do grupo de renda externas, não oriundas da produção agropecuária que representa somente 16,03%, sendo 15,80% da atividade agropecuária (53% carne, 26% esterco, 14% galinha/ovos e 7% couro) e 0,2% da atividade agrícola. Vale ressaltar que, no ano de 2007 a produção agrícola ficou bastante comprometida com a falta de chuvas nos períodos normais.

É importante observar que a receita oriunda de serviço (12,53%), corresponde à prestação de serviços a base de diária, sendo do trabalhador rural de R\$ 15,00 (quinze reais) e de pedreiro R\$ 30,00 (trinta reais).

Algumas rubricas contribuem com valores pequenos como o comércio (8,10%) e o extrativismo (3,51%), este correspondente à produção de carvão.

A entrada média por família é de R\$ 864,92 (oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos), sendo a menor de R\$ 471,66 e a maior de R\$ 1.624,66.

5.6.2.3 Evolução tecnológica

É possível observar nas comunidades pesquisadas, alguns resultados da incorporação das tecnologias repassadas aos produtores por meio da capacitação e assistência técnica direcionadas na exploração da caprinovinocultura, principalmente direcionados à melhoria

genética, nutrição e sanidade. Assim, a vacinação, vermifugação, melhoramento do rebanho e suplementação alimentar são ações que fazem parte da realidade local.

As limitações para a evolução tecnológica verificada no local foram: tamanho das áreas, recursos hídricos, raleamento da caatinga e suporte forrageiro.

5.7 ANÁLISES E AVALIAÇÕES DO PROGRAMA CABRA FORTE

O programa Cabra Forte faz parte de um conjunto de intervenções do governo estadual, em parceria com diversos órgãos, a exemplo da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB e Companhia de Engenharia Rural da Bahia – CERB. O Programa contou também com a contribuição de entidades públicas e privadas, como o Banco do Brasil, Banco do Nordeste, SEBRAE, EMBRAPA, a ONG Winrock Internacional e empresas ligadas ao setor como a BRESPEL e o curtume Campelo.

Este programa objetivou atender a pequenos produtores de caprinos e ovinos do Semi-árido baiano; visando melhorar a qualidade de vida do agricultor familiar, por meio da sua inserção social e na geração de rendas proveniente da ovinocaprinocultura.

A oferta de assistência técnica contínua aos produtores e a capacitação da equipe técnica e dos agricultores familiares foram as principais estratégias do Cabra Forte. A contratação dos profissionais para prestação dos serviços de assistência técnica foi feita por intermédio das associações comunitárias com as quais a SEAGRI e a EBDA celebrou convênios estabelecendo os recursos financeiros para o pagamento de salários, locação de motos para os técnicos, combustível, material administrativo e veterinário, dentre outros gastos, segundo o relatório de avaliação da SEAGRI (2006, p. 16)⁶⁴.

⁶⁴ BAHIA. Secretaria do Planejamento – SEPLAN. **Programa Cabra Forte - Relatório de Avaliação**. Salvador, 2005.

No entanto, conforme o depoimento do presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais das Fazendas Integradas de Cacimba do Silva, esses repasses financeiros não foram feitos regularmente, o que acarretou atrasos nos pagamentos de salários dos técnicos, das locações das motos utilizadas nos serviços programados e na concessão das cotas mensais de combustíveis, impactando diretamente na assistência prestada aos produtores.

Os fatores tecnológicos considerados na capacitação foram os relacionados às instalações e ao manejo alimentar, reprodutivo e sanitário. Ações de capacitação de produtores por meio da realização de campanhas de defesa e manejo sanitário com ênfase nas práticas que possibilitam a redução do índice de verminose dos animais, implantação do projeto Pulmão Verde para áreas de forragem irrigadas na produção de feno, promoção do melhoramento genético do rebanho utilizando técnicas como a inseminação artificial e ações de manejo reprodutivo, e a capacitação de agentes comunitários responsáveis por disseminar as práticas aprendidas e concretizar os aprendizados da convivência da população do Semi-árido com as condições ambientais existentes.

Segundo depoimento dos técnicos da EBDA entrevistados, apesar das informações técnicas repassadas aos produtores durante as capacitações, ocorreu muito pouca apropriação dessas informações relacionadas aos tipos de manejo.

Alguns técnicos entrevistados relataram que embora não prevista nas ações do programa, foi adotado uma sistemática de munir os técnicos que prestam assistência aos produtores com um kit veterinário, composto por medicamentos e acessórios para utilização em atendimentos básicos e treinamento dos ovinocaprino-cultores e agentes comunitários, orientando quanto a procedimentos como castração e pequenas cirurgias.

As ações desenvolvidas pelo programa de maior destaque foram as que envolveram obras de infra-estrutura hídricas, como a implantação de ponto de água confiável para os animais, construção de cisternas para consumo humano a partir do armazenamento da água de chuva, construção de barragens, perfuração e recuperação de poços tubulares, conhecidos como poços artesianos.

No entanto, as ações relativas à insuficiência hídrica, por meio dessas ações não atendem à demanda de produtores beneficiados pelo Cabra Forte.

Segundo informações constantes no relatório de avaliação do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (2006, p. 20)⁶⁵, os fatores que mais contribuíram para a implementação insuficiente de pontos de água confiável e cisternas, podem ser enumerados como: encerramento do Acordo de Empréstimo nº. 4.623-BR, celebrado entre o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e o Estado da Bahia, visando ao cofinanciamento do Produzir II, que destinava parte dos recursos à construção de barragens e cisternas; deficiência na gestão do programa em não buscar recursos de outras fontes para implementar projetos de água; atraso na implantação de poços por parte da CERB; e falta de sincronia entre as ações do programa voltadas para a implantação de ponto de água e assistência técnica.

Verificou-se que não há água encanada, mas todas as casas possuem cisternas. Os produtores de Rodeador podem contar com um poço artesiano, mas a água é muito salobra e não é utilizada para beber, cozinhar e lavar. Atualmente, é utilizada, somente, para dar de beber aos animais. Diversos produtores cozinham com lenha, devido ao custo do gás de cozinha.

Visando diversificar as atividades econômicas locais e melhorar a renda dos agricultores familiares cadastrados no programa Cabra Forte além da caprinovinocultura, diversas alternativas foram contempladas a exemplo dos produtos orgânicos (experiência horta orgânica da Fazenda Iço) e o artesanato. Porém, só a apicultura que iniciou a implementação com a distribuição de 70 colméias na comunidade.

Para todos os técnicos entrevistados, o programa Cabra Forte cumpriu com os objetivos propostos, porém, é preocupante sua interrupção. Apesar do tempo relativamente curto, em se tratando de um programa de desenvolvimento, para uma população carente e em uma região como Semi-árido baiano, com algumas ressalvas, conforme consta no depoimento baixo, da entrevista do coordenador do Programa pelo SEBRAE.

⁶⁵ BAHIA. Tribunal de Contas do Estado. **Avaliação do programa Cabra Forte / Tribunal de Contas do Estado da Bahia**. Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia. 2006.

Pelo tempo relativamente pequeno quando tratamos de programa de desenvolvimento, principalmente para o Semi-árido, com suas poucas alternativas de sobrevivência para o seu povo, achamos que o programa Cabra Forte abriu às portas para o desenvolvimento sustentado para o pequeno Produtor, principalmente pelo encadeamento de suas ações, muitas delas impossíveis de serem assumidas pelos produtores, como o acesso à informação, acesso à água, acesso a animais melhoradores, entre outros. Destacamos como positivas todas as ações implementadas pelo programa e sua continuidade é esperada pela sociedade, ajuste deverão ser feitas, não temos dúvidas, mas muito se foi realizado. Quanto ao melhoramento genético as ações apenas se iniciaram pelo volume de animais do nosso município e conseqüentemente elevada necessidade de mobilização de recursos (Coordenador do Programa pelo SEBRAE).

Quando o assunto tratado foi relacionado aos sistemas de abastecimento de água (a partir de poços e barragens) e de cisternas construídas durante a execução do programa, e quando perguntados se as mesmas atenderam às necessidades dos produtores e comunidades pelo programa, todos foram unânimes em afirmar que este foi o ponto principal e de maior destaque.

Conforme um dos produtores entrevistados “pra quem passou a vida toda sem água é quem pode dizer o quanto ela é importante para a comunidade”. Entretanto, segundo a opinião de outro entrevistado faltou um trabalho de esclarecimento quanto ao uso e abastecimento das cisternas visando à racionalidade no uso da água. Nenhum dos entrevistados foi objetivo ao dizer se o programa atendeu ou não atendeu as necessidades dos produtores, apenas relataram da importância desta atividade e da preocupação com a realização das constantes manutenções necessárias aos equipamentos após o término do programa.

Por meio de informações contidas em relatórios de governo da SEAGRI, podemos fazer alguns comparativos referentes às ações projetadas e ações efetivadas pelo programa, a exemplo da infra-estrutura hídrica, conforme pode ser verificado na Tabela 19, apresentada a seguir:

Tabela 19: Infra-estrutura hídrica do programa Cabra Forte.

Discriminação	Infra-estrutura hídrica		
	Poços	Barragens	Cisternas
Meta do programa	455	195	13.000
Resultados até dez/2006	514	54	9.702
% conclusão	113	28	75

Fonte: SEAGRI (2007)

A meta de instalação de poços previa para o período de 2003 a 2006, a execução e/ou recuperação de 455 unidades, entretanto, de acordo com o Relatório Desempenho do Agronegócio 2003 – 2006 da SEAGRI, até dezembro de 2006 foram instalados 514 poços, número superior à meta prevista que era de 455 poços, ou seja, 113% da meta prevista. Os resultados para cisternas foram bem representativos, alcançando 75% da meta projetada. Contudo, os resultados para barragens ficaram muito abaixo do projetado; das 195 barragens projetadas só foram construídas 54, representando 28%.

Na opinião do secretário de agricultura de Juazeiro o programa apresentou resultados positivos ao agricultor familiar, a ponto de dar continuidade às ações preconizadas após o seu término, entretanto, o mesmo salienta da necessidade de uma mudança de conceito, por parte dos produtores, sobre a utilização das cisternas, conforme enumerado em seu depoimento:

Positivos: o fortalecimento da expovale; assistência técnica; realização de cursos e treinamentos; visitas técnicas a outros produtores dentro e fora do Estado; implantação de equipamentos comunitários, (poços, cisternas, sistema simplificado de abastecimento de água; aquisição de animais melhoradores; o abate de animais com tempo menor; implantação do centro de reprodução (Instituto ICO); distribuição de animais através da EBDA; atendimento através do Bode móvel ao produtor mostrando a importância do controle epidemiológico do rebanho e suas instalações; implantação da unidade frigorífica em nosso município; implantação da casa do mel, e distribuição de colméias para 50 novos apicultores; entrega de títulos de terra, entre outros. Secretário de agricultura de Juazeiro (Secretário de Agricultura de Juazeiro, 2007).

Foi então, perguntado aos entrevistados, acerca dos principais componentes do programa que possam ter contribuído positiva e negativamente para a qualidade de vida dos agricultores familiares cadastrados no programa. Todos os entrevistados relacionaram as ações desenvolvidas no programa como pontos positivos, a exemplo da infra-estrutura hídrica, nutrição, melhoramento genético, sanidade e assistência técnica; e, como pontos negativos salientam a expansão precoce do programa de 18 para 50 municípios.

Baseados em relatórios, foi verificado alguns indicadores finais do programa e comparamos com as metas previstas para cadastramento de produtores era de (35.000). Os dados indicam que foram cadastrados 35.559 produtores na área de atuação do programa, o

que mostra um atendimento superior ao previsto, equivalendo a 102%. Segundo o relatório da SEAGRI, a infra-estrutura hídrica beneficiou 21.396 produtores cadastrados, ou seja, 60% dos produtores do programa.

Essas informações podem ser vistas por meio dos dados fornecidos no relatório de quatro anos de governo da SEAGRI. Nesse documento, consta a implantação de um frigorífico em Juazeiro, o FRIFORTE, a realização de 4.853 financiamentos pelo PRONAF, inseminação artificial de 2.598 matrizes, introdução de 7.500 animais melhorados e demais atividades.

O depoimento abaixo corrobora com a análise acima sobre os componentes que contribuíram positivamente e negativamente na qualidade de vida dos agricultores familiares cadastrados.

Um dos principais componentes foi à introdução da infra-estrutura hídrica nas comunidades. Isso permitiu uma maior estabilidade da atividade da caprinovinocultura. Outro componente que contribuiu positivamente foi à assistência técnica sistemática, que possibilitou aos caprinovinocultores identificar novas formas de condução da atividade, melhorando suas explorações. Negativamente, acho que a saída da assistência técnica após o término do programa, interrompendo um processo iniciado de capacitação (George Ricardo Bandeira 2007 – engenheiro agrônomo e gerente regional EBDA de Juazeiro).

Do ponto de vista econômico-social foram perguntados aos entrevistados, quais foram os impactos causados pelo programa, havendo consenso de que a principal foi à ação de fortalecimento dos recursos hídricos, seguida pelas ações relativas à transferência de tecnologia.

Do ponto de vista econômico, necessitaria de uma continuidade, já que o segmento de comercialização não foi contemplado, embora fizesse parte do conteúdo do Programa. Do ponto de vista social observou-se uma maior interação das comunidades na resolução de seus problemas e organização de demandas e necessidades (George Ricardo Bandeira, 2007 – engenheiro agrônomo e gerente regional EBDA de Juazeiro).

A renda familiar destas comunidades é composta pela criação de caprino e ovino, venda de esterco, unidade de transformação do leite, mel, salários, transferências governamentais (aposentadorias, vale-gás e bolsa família) e algumas vezes pela produção de carvão.

Dos produtores entrevistados das cinco comunidades do distrito de Itamotinga, 97% afirmaram estar satisfeitos com o apoio tecnológico recebido pela equipe do programa Cabra Forte.

Ao comparar o produtor assistido e o não assistido pelo programa, todos os entrevistados responderam que foi visível a diferença entre esses dois grupos de produtores, principalmente no que se refere ao aspecto do ponto de água confiável, capacitação de produtores e condução dos rebanhos daqueles beneficiados com assistência técnica. Foi consenso que as ações relativas aos aspectos da sanidade animal e conservação de forragens foram difundidas sistematicamente entre os produtores, como também foi consenso entre os entrevistados, que o produtor assistido pelo programa conseguiu diminuir os efeitos das estiagens prolongadas do Semi-árido baiano, conforme se constata nos depoimentos abaixo:

As diferenças podem ser percebidas quanto às ações que os produtores continuam a desenvolver nas propriedades, tais como: limpeza das instalações, manutenção dos pedilúvios, realização de vacinação e vermifugações periódicas e conservação de forragens nativas e exóticas (fenação) (Carlos Tadeu Guedes, 2007 – engenheiro agrônomo extensionista da EBDA de Juazeiro e coordenador regional do programa).

Sobre as ações do programa que efetivamente contribuíram para as mudanças na qualidade de vida e no cotidiano dos produtores rurais a opinião dos entrevistados pode ser resumida nas citações a seguir:

Embora não se tenha uma pesquisa que comprove, o programa foi impactante do ponto de vista econômico e social, pois colocou o caprinovinocultor a preocupar-se não só com a produção e sim com a eficiência da produção; não a alimentação e sim como uma reserva alimentar, com a sanidade etc. Tudo somado só pode causar uma melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores rurais (Carlos Tadeu Guedes, 2007 – engenheiro agrônomo extensionista da EBDA de Juazeiro e coordenador regional do programa).

A comercialização da produção, que impacta diretamente na renda, constitui-se em uma das principais formas de melhorar a qualidade de vida dos produtores. No entanto, 90% dos agricultores entrevistados afirmaram não ter participado de cursos relacionados à capacitação para gestão/comercialização, e 70% deles apontaram o apoio à comercialização como um aspecto do programa a ser aperfeiçoado ou modificado para melhor atender ao produtor.

Em relação às ações voltadas para o escoamento da produção, 70% dos produtores atendidos pelo Cabra Forte informaram que vendem seus animais para atravessadores e 67% afirmaram não ter havido impacto na comercialização do rebanho após a implantação do Cabra Forte.

Para a maioria dos produtores entrevistados (87%) nas cinco comunidades do distrito de Itamotinga, o programa melhorou sua qualidade de vida.

Relativamente aos principais limites e obstáculos que o programa enfrentou, foi consenso entre os entrevistado que os principais obstáculos foram à limitação dos recursos financeiros, as constantes intervenções políticas, a intempestiva ampliação da área de atuação do programa e a falta de infra-estrutura operacional dos órgãos de assistência técnica, conforme os depoimentos abaixo:

O Projeto conceitual do programa Cabra Forte é indiscutível como o melhor já elaborado para o Semi-árido, não por terem descoberto alguma mágica, mas por entenderem que, dentro do próprio governo haver-se-ia a necessidade de uma maior articulação. Em nossa opinião a excelência do Cabra Forte se deu por sua capacidade de mobilização de recursos financeiros, tanto externamente como dentro do próprio Governo. Se olharmos para a Bahia, toda ela merece o carinho e atendimento em que o Governo do Estado da Bahia deu principalmente nos 17 Municípios que se iniciou o Programa Cabra Forte, porém, o limitante recurso financeiro e a pressão política foram dois dos mais importantes limitantes do Programa. Acreditamos que o desenvolvimento tem que nascer da vontade de seu povo e que o “Governo” em que se pese o seu papel, não deverá “impor” diretriz e ações, tão somente indicá-las e apoiá-las. As equipes de assistência técnicas não foram bem selecionadas e esse papel deve ficar para as comunidades, grande avanço foi às próprias associações gerenciarem os recursos para a assistência técnica, agora poderiam também gerenciar todo o processo de seleção de seus técnicos, o que não aconteceu. Em nossa opinião e isso tivesse acontecido, dobraríamos os resultados alcançados pelo Programa (Robério Araújo, 2007 – SEBRAE-BA).

Quando perguntados sobre o retorno do programa, todos também foram unânimes em afirmar positivamente, porém, “*com uma gestão mais eficiente*”, como destaca um dos entrevistados:

Sim. Necessariamente não nos moldes preconizados anteriormente, mas um programa que complete todas as atividades dos pequenos produtores rurais, proporcionando sustentabilidade as suas unidades produtivas (George Ricardo Bandeira, 2007 – engenheiro agrônomo e gerente regional EBDA de Juazeiro).

Sim, com melhoria na sua Gestão. Em temos de ações e conceitos não conhecemos Programa de igual teor, eficiência e eficácia para os seus propósitos e ações (Robério Araújo, 2007 – SEBRAE-BA).

Sim. O programa, como já falamos, tem propiciado significativo avanço no modelo de vida dos produtores, necessitando da sua imperiosa continuidade (Secretário de Agricultura de Juazeiro, 2007).

As entrevistas em campo, bem como os estudos existentes sobre o Cabra Forte, indicam de forma recorrente, que a interferência política é um dos principais fatores de atendimento ou exclusão do programa.

Observou-se que as ações relativas às Associações comunitária do distrito de Itamotinga estão voltadas para atuações de caráter comunitário, com uma grande barreira a vencer: aquela imposta por uma cultura de subserviência, dependência, passividade, descrença, assim como a própria omissão frente às possibilidades que lhes são colocadas pelas novas alianças e parcerias. Não há ações concretas coletivas, de caráter produtivo, focadas na atividade caprinovinocultura. Quando estas existiram, a exemplo dos financiamentos e apoio técnico, foram por força das exigências das Instituições apoiadoras.

Esta realidade se deve provavelmente ao fato que a caprinovinocultura ser pouco expressiva na geração de renda representando 15,8% em média, segundo o SEBRAE-BA, apesar da tradição local com relação à atividade.

As ações relativas à produção são realizadas de forma individual, bem como a comercialização do produto (carne, leite, esterco, pele). O foco da atenção dos produtores está

voltado para produção e não para o mercado. Não foi identificada nenhuma ação desenvolvida pelo programa Cabra Forte para o mercado.

Além das dificuldades de acesso às tecnologias para o beneficiamento e processamento, há os entraves fiscais e legais, principalmente para a produção oriunda da agricultura familiar.

Fica clara a necessidade das associações de produtores desenvolverem trabalhos de comercialização conjunta de produção. Embora, à primeira vista, a comercialização conjunta pareça ser uma excelente saída para o enfrentamento do problema do intermediário, na prática ela apresenta uma série de complicações. Por isso, esta é uma das ações dentro da associação cujo sucesso depende da forma como ocorrem as relações dentro do grupo.

São importantes os valores familiares, o parentesco e a amizade entre os membros dessas Associações. Em primeiro lugar, porque aparecem os problemas comuns durante a negociação interna, que são intermináveis e deixam muita gente insatisfeita, pois ocorre um conflito entre interesses individuais e coletivos; depois, como proceder para manter uma oferta regular e sistemática dos produtos escolhidos para levar ao mercado, se a prioridade desses agricultores é o autoconsumo? O não cumprimento dessa exigência implica riscos, sacrifícios e custos que necessariamente têm que ser coletivizados; outro problema é que a maioria dos associados possui uma compreensão muito imediata do mercado, não percebendo que se trata de atividade cujas normas diferem daquelas que norteiam as trocas internas da comunidade, dentro da família, entre compadres e vizinhos (ALVES, 2002, p. 8).

Vale ressaltar que a transformação ou o beneficiamento da produção, como forma de agregar valor ao produto e alcançar novos mercados, apresenta uma série de desafios. O principal deles é que, na maioria das vezes, só se viabiliza se for comunitário.

Como relatado anteriormente as comunidade estudadas receberam muitas capacitações, mas percebe-se muito pouca aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, seja comportamental ou de manejo técnico.

Observou-se, durante a visita a campo que a Fazenda Icó, também conhecida como Fazenda Modelo, não é vista como realidade pela maioria dos produtores. Esses produtores a consideram como uma oportunidade de geração de emprego para os seus descendentes; outros

nem sabem de que forma ela pode ajudá-los.

Alguns vêem a Fazenda Icó como possibilidade de melhoria genética do rebanho e como possibilidade de fornecimento de assistência técnica, vinculando a experiência da estrutura de atendimento do Cabra forte, ou seja, atendimento por agentes comunitários, veterinário e da realização de exames, por meio do Bode Móvel.

É muito forte a percepção pelos produtores, da Fazenda Icó como somente patrimônio dos sócios fundadores, não como algo que está sendo estruturado para o desenvolvimento e sustentabilidade local.

CONCLUSÕES

A definição da agricultura familiar, conforme a literatura, está fundamentada principalmente na história e nas características sócio-econômicas de cada povo.

No Brasil, desde os primórdios de sua história, a agricultura encontra-se baseada na atividade familiar, com vistas à subsistência e o excesso da produção utilizado para troca. Com o crescimento das cidades e a procura pelos produtos primários surgiu à diversificação da produção agrícola e a necessidade de redução de custos e de ganhos de escala o que levou a um processo de modernização que resultou em forte presença da agricultura empresarial em muitas atividades; ocasionando significativas alterações na estrutura fundiária brasileira.

Contudo, a agricultura familiar continuou a ter papel fundamental, seja no campo social, seja no campo econômico e ambiental. A valorização desses agricultores é de fundamental importância para a fixação do homem no campo, manutenção e recuperação do emprego rural, redistribuição da renda, garantia da independência alimentar do povo e o estabelecimento do processo de desenvolvimento sustentável.

Com a criação do PRONAF, em 1996, pelo governo Federal, foi então legalmente reconhecida, a agricultura familiar e suas potencialidades. Em 2006, foi criada a Lei Federal Nº 11.326, conhecida como Lei da Agricultura Familiar; estabelecendo os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas a agricultura familiar.

A agricultura familiar passa então a configurar como segmento indissociável do desenvolvimento local sustentável, sendo o agente propulsor do resgate da cidadania da população que vive no meio rural.

A multifuncionalidade da agricultura familiar adquire então, um reconhecimento da importância sócio-econômica e política de suas unidades de produção agrícola, direcionando-as a um modelo de desenvolvimento econômico e social mais amplo. Essa agricultura, além de produzir alimentos e matérias-primas, é responsável pela geração de emprego e o

favorecimento de práticas produtivas ecologicamente equilibradas como: diversificação de cultivos, redução do uso de insumos industriais e preservação do patrimônio genético.

Assim sendo, é inquestionável a necessidade da implementação de políticas públicas fundamentadas no desenvolvimento rural sustentável, principalmente, para a região Semi-árida, direcionadas, sobretudo para o agricultor familiar.

O desenvolvimento dessas políticas públicas no Semi-árido é o grande desafio para o poder público, principalmente por se tratar de uma região onde são marcantes as inter-relações existentes entre a desertificação, êxodo rural, condições climáticas adversas, qualidade de vida e crescimento econômico.

Conforme a bibliografia que trata da temática, a população rural avalia sua qualidade de vida, pelo atendimento de suas necessidades básicas imediatas, como, disponibilidade de água, alimentação, luz, habitação, saúde e educação.

Por sua vez, literatura sobre qualidade de vida tem direcionado esta expressão ao desenvolvimento econômico, à preservação ambiental e à melhoria da condição de vida.

Portanto, a geração de políticas públicas capazes de proporcionar o desenvolvimento sustentável aliado à geração de emprego e renda, principalmente nas áreas mais pobres, como na região Semi-árida, torna-se a grande demanda, e o grande objetivo que o poder público enfrenta, seja ele, federal, estadual ou municipal.

Na Bahia, diversas políticas públicas foram desenvolvidas em prol da inclusão social do agricultor familiar do Semi-árido a exemplo do programa Produzir; Pró-Gavião, Prodecar, Terra Fértil, Flores da Bahia, Bahia Citros, Cabra Forte dentre outros. As ações dessas políticas públicas objetivaram melhorar as condições sociais, econômicas e ambientais das localidades contempladas.

Sob o ponto de vista socioeconômico, a atividade mais promissora no Semi-árido baiano é a caprinovinocultura; levando o Estado a ocupar posição de destaque no ranking nacional, uma vez que é detentor do maior rebanho de caprinos e segundo maior de ovinos do país.

Na maioria das vezes, a caprinovinocultura é desenvolvida pelo agricultor familiar que tem nessa atividade a base de seu sustento. Além de garantir o sustento da agricultura familiar, a caprinocultura representa uma rica fonte protéica aos criadores e suas famílias e renda.

Entende-se que as intempéries climáticas representam sérias ameaças ao desenvolvimento da caprinovinocultura no Semi-árido baiano. No entanto, segundo a literatura e os dados desta pesquisa, as tecnologias disponíveis e os sinais positivos do mercado consumidor tendem a estimular e fortalecer a cadeia produtiva da região.

Em 2003, o governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Agricultura criou em parceria com outros órgãos e instituições, o programa Cabra Forte.

Dentre as principais ações do programa; a infra-estrutura hídrica, a reservas estratégicas de forragem, a capacitação técnica dos produtores, a sanidade dos rebanhos e o melhoramento genético foram consideradas, pelos agricultores familiares, as ações mais importantes programa Cabra Forte, tanto pelos agricultores familiares, como pelos técnicos entrevistados.

A infra-estrutura hídrica foi o principal foco das ações integradas desse programa, a qual buscou minimizar os efeitos da seca, por meio da construção de pequenas barragens, cisternas e sistemas simplificados de abastecimento de água.

O distrito de Itamotinga é marcado por duas situações distintas; de um lado, a agricultura patronal desenvolvida por um sistema de produção intensivo em tecnologia, baseado em fruticultura irrigada, e, de outro, uma agricultura familiar explorando a agricultura de sequeiro e a pecuária extensiva, com vistas à subsistência.

Itamotinga é um espaço geográfico; social, econômico e político, no qual se distribuem pequenos produtores, vivendo em comunidades rurais, apresentando como atividade econômica de maior expressão a caprinovinocultura desenvolvida em campo aberto, caracterizada como agricultura familiar.

A análise dos impactos do programa Cabra Forte na qualidade de vida do agricultor familiar do distrito de Itamotinga, por meio das ações de infra-estrutura hídrica, assistência técnica, sanidade, nutrição e crédito rural mostram que os impactos foram positivos.

Acredita-se que o fato do programa ter sido fundamentado nas potencialidades e vocações locais aliado à qualificação profissional, assim como ter contemplado um canal de diálogo de atuação conjunta de diversos órgãos públicos federais e estaduais, tenha contribuído diretamente para o fortalecimento da cadeia produtiva da caprinovinocultura, a organização dos produtores e a implantação de núcleos de produção. O fortalecimento da cadeia produtiva assegurou um incremento na renda desses agricultores, conforme os resultados encontrados em campo.

O sistema agrário das comunidades estudadas do distrito de Itamotinga, confirmado a partir do procedimento de leitura de paisagem e entrevistas com moradores das comunidades rurais selecionadas para pesquisa, é constituído de caprinos, ovinos, bovinos, criados em regime de fundo de pasto e agricultura de subsistência, com trabalho predominantemente familiar.

Os agricultores familiares das cinco comunidades pesquisadas foram caracterizados por um domínio da população masculina de chefes de família (54%), maioria de faixa etária superior a 50 anos (36%), casados (67%) com uma média de três filhos, proprietários do imóvel rural de área média de 72 ha, construções das residências em alvenaria (100%), inexistência de escoamento sanitário em sua maioria (83%), energia elétrica contemplando a maioria das residências (77%), sendo 100% das residências de Cacimba do Silva, Rodeador e Lagoa dos Cavalos e em todas as propriedades o lixo é queimado (100%).

Os produtores entrevistados avaliaram a qualidade de vida, correlacionando-a principalmente a pontos de água confiável; assim, verificou-se a existência de cisternas em todas as residências, sendo em sua grande maioria (90%) construída por meio do programa Cabra Forte, de todas as comunidades pesquisadas. O programa perfurou poços em quatro das cinco comunidades visitadas, porém, em duas delas os poços apresentaram água salobra, e em uma das comunidades, devido às condições geológicas, não foi possível perfurar poço.

Verificou-se, que o programa buscou promover o desenvolvimento humano e social dos produtores, por meio da capacitação tecnológica e gerencial, oferecida tanto para o produtor, como para sua família, assim como da regularização fundiária. Para que os mesmos tivessem acesso foi necessário que estivessem organizados em associações comunitárias.

Tanto a capacitação como a assistência técnica chegou à maioria dos produtores entrevistados (97%), sendo considerada de extrema importância, tanto sob a avaliação dos agricultores, quanto, sob a avaliação dos técnicos entrevistados, trazendo principalmente melhorias no sistema de produção, redução de verminoses dentre outras.

Segundo os produtores, a melhoria da produtividade dos rebanhos de caprinovinos ocorreu devido às ações integradas de nutrição animal e sanidade animal.

Quanto ao melhoramento genético, não foram observados resultados significativos. As ações apenas foram iniciadas e pouco se desenvolveram; provavelmente, pelo volume de animais das comunidades e conseqüentemente o elevado volume de recurso necessário para este tipo de ação.

O crédito rural atendeu a 37% dos produtores entrevistados. Esse baixo percentual segundo os extensionistas da EBDA, pode ser explicado pelo grande número de produtores com problemas no CADIM.

Frente às dificuldades enfrentadas pelos produtores com estabelecimentos distantes dos centros de comercialização, os intermediários foram importantes agentes de escoamento da produção das comunidades avaliadas.

Conclui-se então, que o programa proporcionou aos agricultores familiares do distrito de Itamotinga, maior acesso de água de qualidade para o consumo humano e dessedentação dos animais; melhoria da produtividade da caprinovinocultura por meio da capacitação em manejo, nutrição e sanidade; fixação do homem no campo e menor vulnerabilidade dos produtores à seca.

Desse modo, pelas razões apresentadas, entende-se que o programa Cabra Forte impactou positivamente a qualidade de vida dos agricultores familiares das localidades estudadas, principalmente devido ao envolvimento de parcerias e a integração de órgãos, empresas do Governo e setor privado na execução e gestão do Programa, trazendo assim, um retorno social relevante, confirmando assim a hipótese levantada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Campinas – vols. 29, nº. 1, 1999.

_____. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, 1998, v. 15, n. jan/abr, p. 132-152.

_____. ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 1997. v. 11, n. 2, p. 73-78.

_____. **Diversificação das economias rurais no Nordeste**. São Paulo, Brasília, julho de 2002.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003.

_____. Diversificação das economias rurais no Nordeste. **Relatório Final**. PCT IICA/NEAD. São Paulo, 2002, 45 p.

_____. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. **Anais do Iº Seminário nacional do programa de pesquisa em agricultura familiar da EMBRAPA**. Petrolina, 1977. p.17-27.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**. São Paulo, v. IV, p. 379-397, 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolvimento rural territorial e capital social**. In – SABOURIN, Eric e Teixeira, Olívio (orgs). Planejamento do desenvolvimento dos territórios rurais – Conceitos, controvérsias e experiências – UFPB / CIRAD / EMBRAPA – Brasília, 2002, p. 113-128.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS., 2003. v. 1. 149 p.

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRÖDER, Mônica. A agricultura familiar entre o setor e o território. **Relatório final**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. São Paulo. Disponível em: <www.rimisp.org/seminariotrm/doc/RICARDO-A.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural**: o caso do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF). Brasília: IPEA, **Texto para Discussão n. 641**, 1998. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/41.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

AGRA, Nadine Gualberto; SANTOS, Robério Ferreira dos. **Agricultura brasileira**: situação atual e perspectivas de desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/zipados/agra.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton university press, 1989 [1963].

ALTAFIN, Iara Guimarães. **Sustentabilidade, políticas públicas e agricultura familiar**: uma apreciação sobre a trajetória brasileira. 2003. 225 p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

ALVES, Maria Odete. **Alguns fatores que interferem no processo de capacitação em associações de agricultores familiares assentados da reforma agrária**. Fortaleza: Banco do Nordeste. 2002.

ARAÚJO JÚNIOR, Vicente Gonçalves de. Uma Visão Geral de Diagnóstico do Sistema Agrário Brasileiro. **Gazeta do Triângulo**, Araguari-MG, p. 2, 20 dez. 2002.

ARAUJO, Gherman Garcia Leal de; GUIMARÃES FILHO, Clóvis ; CARVALHO FILHO, Orlando Monteiro de. Sistemas Agrofloretais Pecuários no Semi-árido do Brasil. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 2002, Ilheus - BA. IV CONGRESSO BRASILEIRO SISTEMAS AGROFLORESTAIS. Ilheus-BA : AGROMIDIA - Software web multimídia, 2002. v. CD-ROM. p. 01-25.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS)**: Modelo Teórico Metodológico. Salvador (BA): CAR, 1995.

_____. **Pró-Gavião**: Plano Operativo 2002. Salvador (BA). CAR. 2001

_____. **Pró-Gavião**: Plano Operativo 2003. Salvador (BA). CAR. 2002.

BAHIA. **Projeto de Desenvolvimento Comunitário do Vale do Rio Gavião - Pró-Gavião**. Salvador (BA). 2003. Disponível no site: <www.car.ba.gov.br.>. Acessado em: 10 set. 2007.

_____. **Consulta a Convênios**. Disponível em <http://www.car.ba.gov.br/>. Acesso em mar/2007.

_____. **Pró-Gavião: Plano Operativo 2004**. Salvador (BA). CAR. Dezembro 2003.

_____. **Pró-Gavião: Plano Operativo 2005**. Salvador (BA). CAR. Dezembro 2004.

_____. **Relatório de Finalização do Projeto de Desenvolvimento Comunitário na Região do Rio Gavião**, Salvador (BA). CAR Setembro. 2006.

BAHIA. Constituição (1989). **Constituição do Estado da Bahia**. Emenda Constitucional nº. 11, de 28 de junho de 2005. *

BAHIA. Convênio nº 25, de 03 de abril de 2003. Implanta o Programa Cabra Forte – Infra-Estrutura Hídrica para Grupos de Propriedades Rurais no Semi-árido. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, 2003.

BAHIA. Governo do Estado. **Modelo Lógico de Gestão do Programa Cabra Forte**. Salvador, 2005.

BAHIA, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI. **A agricultura na Bahia: Relatório 2000**. Salvador, 2001.

_____. **O agronegócio baiano. 1995-2006**. Salvador: SEAGRI, 2006.

_____. **O desempenho do agronegócio. 1995-1998**. Salvador: SEAGRI, 1998.

_____. **O desempenho do agronegócio 2003 – 2006**. Salvador: SEAGRI. 2006. 116. il.

_____. **PIB do agronegócio baiano 2000 – 2005**. Salvador: SEAGRI. 2006. 64. il.

BAHIA. Secretaria do Planejamento – SEPLAN. **Plano Plurianual 2004-2007: Bahia: Desenvolvimento Humano e Competitividade**. Salvador: SEPLAN, 2003.

BAHIA. **Programa Cabra Forte - Relatório de Avaliação.** Salvador, 2005.

_____. **Sistemática de monitoramento e avaliação em programas e projetos governamentais.** Salvador: SEPLAN/SGA, 2005. 66p. il.

_____. **Bahia que faz: Relatório socioeconômico 2004.** Salvador, 2005.

_____. **Bahia que faz: Relatório socioeconômico 2005.** Salvador, 2006.

_____. **Relatório de atividades 2006.** Salvador, 2006.

_____. **Bahia 2020: Plano estratégico da Bahia.** Salvador, 2003.

_____. **Bahia: dois anos em revista – 2003/2004.** Salvador, 2005.

_____. **Bahia: três anos em revista – 2003/2004/2005.** Salvador, 2006.

_____. **Modelo lógico de gestão do Programa Cabra Forte.** Salvador, 2005.

_____. **Programa Cabra Forte - Relatório de avaliação.** Salvador, 2005.

_____. **Sistemática de monitoramento e avaliação em programas e projetos governamentais.** Salvador: SEPLAN/SGA, 2006.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Identificação e análise da evolução temporal das manchas de pobreza na Bahia.** Banco de Dados dos Municípios da Bahia. Produzido pela Diretoria de Estudos (DIREST). Salvador, 2006. Disponível em: <www.sei.ba.gov.br> Acesso em: 10 nov 2007.

BAHIA. Tribunal de Contas do Estado. **Avaliação do programa Cabra Forte / Tribunal de Contas do Estado da Bahia.** Salvador: Tribunal de Contas do Estado da Bahia. 2006.

BAPTISTA, CREOMAR. **Bahia – das políticas sociais setorializadas ao combate à pobreza e às desigualdades sociais.** Salvador: SEI, Série Estudos e Pesquisas, 63 p. 296-283, 2003.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. **Qualidade de vida e suas metáforas**. Uma reflexão sócio-ambiental. Campinas. 1996. 303 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, São Paulo.

BRASIL, Ida Claudia Pessoa. **Estado, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: construção de uma relação diferenciada**. 2004. 238 p. Tese (Doutorado em Política e Gestão Ambiental) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Companhia Nacional de Abastecimento. **Caprinocultura na Bahia**. CONAB: Superintendência Regional da Bahia e Sergipe, 14 p. 2006.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa de Pecuária Municipal - 2004**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z>>. Acesso em: 23 fev. 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 82/2003**, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/ei>>. Acesso em: 16 fev. 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Portaria nº 582-A**, de 28 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://extranet.agricultura.gov.br/con/consultaLei>>. Acesso em: 16 fev. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ações do ministério do desenvolvimento agrário para a conservação da biodiversidade**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2007.

BRASIL. **Plano Plurianual 2004 – 2007**. Disponível em: <<http://www.planobrasil.gov.br/>>. Acesso em: 22 set. 2005.

BRITTO, Elissandra Alves de; SANTOS, Nícia Moreira da Silva. O Semi-árido baiano sob o olhar do desenvolvimento rural sustentável. **SEI - Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n.150, p.23-29, 2006.

BUAINAIN, Antonio Márcio. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável**. Lago Azul: IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2006. v. 5. 135 p.

BUARQUE, Cristovam Ricardo Cavalcanti. A qualidade de vida: a modernização da Utopia. **Revista Lua Nova de Cultura e Política**, Brasil, v. 31, p. 1 – 1, 1993.

BUARQUE, Sérgio Cavalcante. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Recife: IICA, 1999.

BUARQUE, Sérgio Cavalcante. Desenvolvimento Sustentável: em busca de uma teoria da complexidade do desenvolvimento. **Revista de Ciências da Administração**. Ano 1, nº 2, Pernambuco, 2001.

BURSZTYN, Marcel. **Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável**. In: Marcel Bursztyn. (Org.). A difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, v. 1, p. 59-76.

CABEDA, Marcelo. Inclusão digital e educação on-line em prol da cidadania: pontos para reflexão. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, 2004. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=1por&inford=916&sid=69&tpl=printerview>>. Acesso em: 01 set. 2007.

CARNEIRO, Maria José - Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 8, p. 70-85, 1997.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas - ciência para uma nova vida sustentável**. 2. ed., São Paulo: Cultrix, 2002.

CARVALHO, Otamar de; SANTOS, José Aldo dos. **Oficina do Semi-árido**. Contribuição da “nova Sudene” para o desenvolvimento da região Semi-árida do Nordeste. Recife: SUDENE, 2003. (Relatório Final).

CASTELLANOS, Pedro Luis. **Epidemiologia, saúde pública, situação de saúde e condições de vida**: considerações conceituais, pp. 31-76. In RB Barata (org.). **Condições de Vida e Situação de Saúde**. Saúde Movimento, 4. Abrasco: Rio de Janeiro, 1997.

CHIANCA, Thomaz Kauark. **Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 2001, v. 1, p. 15-84.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR. **Pró-Gavião:** Plano operativo 2004. Salvador (BA). CAR.Dezembro 2003.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL - CAR. **Programa de desenvolvimento regional sustentável** - Baixo Médio São Francisco. Salvador: CAR, 2004. 232 p. (Série Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, PDRS).

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Revendo o rural baiano. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n.41, p.18, out. 1997.

DENARDI, Reni Antonio. **Agricultura familiar e políticas públicas:** alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, jul. / set, 2001. v. 2, n.3, p. 56-61.

DUARTE, Laura Maria Goulart e WEHRMANN, Magda Eva Soares de Faria. Desenvolvimento e Sustentabilidade: desafios para o século XXI. In: RIBEIRO, Carlos. **Revista Planejamento Regional: desenvolvimento sustentável – caminhos para o futuro.** Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), p. 15 – 24, 2002.

DUARTE, Laura Maria Goulart; SAYAGO, Doris. Dinâmicas Associativas da Agricultura Familiar e funcionamento dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Revista do CEAM**, v. 6, p. 205-220, 2006.

DUFUMIER, Marc; COUTO, Vitor de Athayde. Neoprodutivismo. **Argumentos** - Revista Semestral do CRH/FFCH/UFBA, Salvador, 1998.

FERNANDES, Aristóteles Viana; SILVA, Lúcia Maria Ramos; KHAN, Ahmad Saeed. Reserva extrativista do rio Cajari, sustentabilidade e qualidade de vida. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília-DF, v. 35, n. 3, p. 119-140, 1997.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. *et al.* Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100). **Revista Brasileira Psiquiatria**. 1999. v. 21, n.1, p.19-27 .

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva** 2000; 5 (1):33-8. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol-publicacoes.html>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SANTANA JUNIOR, Gildásio. Economia solidária e desenvolvimento local: reflexões à luz da experiência baiana. In: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2007. **Anais**. Recife: UFPE, 2007. Disponível em: < <http://www.sbsociologia.com.br>>. Acesso em 23 set. 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, jun., 2000. IPEA, n. 21, p. 211 – 259.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995. Fundo de Cultura 1959.

_____. **O Mito do desenvolvimento econômico**, 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GARCIA FILHO, Danilo Prado. **Guia metodológico**: análise-diagnóstico de sistemas agrários. Brasília: INCRA. 1999. 67 p.

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. São Paulo: São Paulo em Perspectiva, 2004, v. 18 n.2, p. 92 – 102.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESMANN, Stephen. Understanding the Basis of Sustainability for Agriculture in the Tropics: Experiences in Latin America. IN: EDWARDS, Clive A. et al (ed.). **Sustainable Agricultural Systems**. Soil and Water Conservation Society, Iowa, 1990. p. 381-390.

GÓS, Zélia. A avaliação como instrumento de gestão. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v. 15, n. 2-3, p. 355-363, set-dez. 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996, 220 p.

GUILHOTO, Joaquim José Martins; SILVEIRA, Fernando G.; ICHIHARA, Silvio Massaru.; AZZONI, Carlos Roberto. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 44, p. 355-382, 2006.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. **A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento.** In: O desafio da sustentabilidade. Viana, Gilney; Silva, Marina; Diniz, Nilo (organizadores). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 43-71, 2001.

HARWOOD, Richard. **A History of Sustainable Agriculture** In: EDWARDS, Clive A. et al (ed.). *Sustainable Agricultural Systems*. Soil and Water Conservation Society, Iowa, 1990. p. 3-19.

HERCULANO, Selene. A Qualidade de Vida e seus Indicadores. **Revista Ambiente e Sociedade**, Campinas, 1998. v. ano I, n. 2, p. 77-99.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Instituto Antonio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE. Banco de Dados Agregados – **SIDRA**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 fev. 2006.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil:** dossiê estatístico. Brasília: MDA, 1996.

_____ **Novo retrato da agricultura:** o Brasil redescoberto. Brasília: MDA, 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil** - conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2004. 141 p.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro, jan / fev 2002. v. 36 p. 51-72.

JARA, Carlos. **Qualidade social e desenvolvimento sustentável dos territórios rurais.** In: Seminário Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza: IICA/MDA, 2003.

JARDIM, Jean de Sousa. Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento como liberdade e a construção da cidadania na perspectiva ambiental. **Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB**, Brasília, jan./jun. 2005. v. 2, n. 1, p. 189-201.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001. 240 p.

LIMA, Ricardo Roberto de Araújo. **Projeto Áridas - Nordeste**: uma estratégia para geração de emprego e renda. Brasília: IPEA, 1995. 42 p.

LIMA, Regina Genária Santos de; BAIARDI, Amilcar. **Estratégias de sobrevivência dos pequenos caprinocultores do semi-árido baiano**. 2001. Disponível em: <<http://www.cico.rj.org.br>>. Acesso em: 7 dez. 2007

LIMA, Regina Genária Santos de. Cabra, a vaca do pobre? Novo cenário para a caprinocultura do Semi-árido baiano. **Bahia Agrícola**, v. 4, n. 1, p. 11, 2000.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Um programa de pesquisa em história da agricultura brasileira no Rio de Janeiro. Fontes e tendências. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, 1999. Disponível em: <<http://www.institutomora.edu.mx/revistas/Numero%2010/10-5-MariaYeddaLinhares.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

LOBÃO, Jocimara Souza Britto; FRANCA ROCHA, Washington de Jesus Sant'Anna da; FREITAS, Nacelice Barbosa. Semi-árido da Bahia, limites físico ou sócio-político? Uma abordagem geotecnológica para a delimitação oficial. *In*: II Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto. 2004, Aracaju. **Anais**. Aracaju: EMBRAPA, 2004. v. 1. p. 1-4.

LOPES, Mauro de Rezende. **Agricultura Política**. História dos grupos de interesse na agricultura. Brasília: Embrapa, 1996.

MACHADO, Gustavo Bittencourt. **Tendências e contradições na formação social e econômica do extremo sul da Bahia entre 1950 e 2000**. 2000. 213 p. Dissertação (Mestrado em economia) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

MACHADO, Gustavo Bittencourt. Pobreza e desenvolvimento no sistema agrário do sisal, região semi-árida do Brasil. *In*: VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2006, Quito (Equador). **Anais**. Asociacion Lationamericana de Sociologia Rural (ALASRU), 2006. v. 1. p. 265-265.

MADRUGA, Marta Suely. Carne caprina: uma alternativa para o Nordeste. *In*: I Simpósio de Produção animal do Nordeste, 1999, Recife. I Simpósio de Produção Animal do Nordeste, 1999. p. 41-58.

MATTEI, Lauro Francisco. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): concepção, abrangência e limites observados. *In*: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001, Belém (PA). **Anais do IV Encontro da SBSP**,

2001. Disponível em <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos>> Acesso em: 10 jun.2007.

MEDEIROS, Ariosvaldo Nunes de. **Caprinocultura de corte no Nordeste brasileiro.** João Pessoa: UFPB, 1999. Disponível em: <www.capritec.com.br/art18.htm>. Acesso em 20 dez. 2007.

MEDEIROS, Luiz Pinto; GIRÃO, Raimundo Nonato; GIRÃO, Eduardo Costa; PIMENTEL, José Carlos Machado. **Caprinos: Princípios Básicos Para Sua Exploração.** Terezina, PI: Embrapa CPAMN; Brasília: Embrapa SPI, 1994. 177 p.

MELO, Fernando Homem de. **A abertura comercial e o papel dos aumentos de produtividade na agricultura brasileira.** Instituto Futuro Brasil, Disponível em <<http://www.ifb.com.br/download.php>>. Acesso em: 01 set. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_>. Acesso em 20 de fev. 2007

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: Argos, 2005. 338 p.

MOREIRA, Jose Nilton; CORREIA, Robert Coelho; ARAÚJO, Josivania Rodrigues de; SILVA, Raybacherly Rodrigues da; OLIVEIRA, Carlos Alberto Vasconcelos. **Estudo do Circuito de Comercialização de Carnes de Caprinos e Ovinos no Eixo Petrolina-PE/Juazeiro-Ba.** Petrolina:Embrapa/CPATSA, 1998. 37p.

NÉRI, Marcelo Côrtes. **Desigualdade, estabilidade e bem-estar social.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/EPGE, 2006.

NETO, Antônio Pereira; MEIRA, José Nilo. **Documento referencial do pólo de desenvolvimento integrado Petrolina-Juazeiro.** LOCAL: Banco do Nordeste. 1998

NOGUEIRA FILHO, Antônio; ALVES, Maria Odete. **Potencialidades da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura na região Nordeste do Brasil.** Fortaleza: ETENE/BNB. 2002. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2007.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial. **Revista Lutas & Resistências.** Londrina, 2006. v. 1, p.107-120.

OLIVEIRA, Lúcia Marisy Souza Ribeiro de. **Dois anos em um: a realidade do cotidiano feminino**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1998. v. 01. 139 p.

OLIVEIRA, Julieta Teresa Aier de. **Breve história do trabalho rural no Brasil**. Disponível em: <<http://www.feagri.unicamp.br/unimac/pdfs/Breve>>. Acesso em: 01 jul. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Metas do milênio**. [2000], Nova Iorque. Disponível em: <<http://www.nospodemos.org.br>>. Acesso: em 22 set. 2005.

PEREIRA NETO, Antônio; MEIRA, José Nilo. **Documento referencial do pólo de desenvolvimento integrado Petrolina-Juazeiro**.

PINTO, João Bosco Guedes. **Pesquisa e qualidade de vida**. Caderno de ciência e tecnologia, 1995.v. 12, n. 13, p. 21-28.

PORTO, Edgard. **Desenvolvimento regional na Bahia**. In: AVENA, Armando (Org.). Bahia Século XXI. Salvador: Seplantec/ Superintendência de Planejamento Estratégico, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia**. 16. ed., São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Revista Estudos Avançados**, USP - São Paulo, 2001.v. 15, p. 1-15.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade revisada. In: Seminário Dinâmica do Desenvolvimento na Era da Internacionalização da Economia, 2., 2001, Natal. **Trabalhos**, 2001. Disponível em: <<http://www.lead.org.br/article/print/186?ViewMode=static>>. Acessado em: 24. abr. 2006.

REBOUÇAS, Aldo da Cunha. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. **Revista Estudos avançados**. São Paulo, 1997, vol.11 n°.29.

REGO, Plínio Guerra. A Sustentabilidade do Plantio Direto. In: I Encontro Latinoamericano sobre Plantio Direto na Pequena Propriedade, **Anais**. Ponta Grossa, IAPAR, 1993. p. 89-100.

REIS, Elisa Pereira. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2003, vol.18, n. 51, p.11-14.

ROCHA, Ana Georgina Peixoto. **Organizações não-governamentais no espaço rural: uma análise de experiências na Bahia**. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração). Salvador-BA: Escola de Administração, UFBA, Bahia.

ROCHA, Alynson dos Santos; MARTINS e SOUZA, Guilherme Cerqueira. Agricultura familiar e pluriatividade: estudo no município de Irará (Bahia). **Revista Desenbahia**, Salvador: Desenbahia, v. 4, n. 7, p. 157-182, set. 2007.

SABOURIN, Eric; MARINOZZI, Gabrio. Recomposição da agricultura familiar e coordenação dos produtores para a gestão de bens comuns no Nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 31, n. 4 p. 1008-1017, out-dez. 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. Brasil rural: da redescoberta à invenção. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15 nº. 43, 2001.

_____. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, nº. 51, 2004.

SANTOS, Cândida Ribeiro; PINHO, Simone Araújo de. Breve histórico de ocupação da Bahia em três grandes áreas. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. In: **Dinâmica sociodemográfica da Bahia: 1980-2000**. Salvador: SEI, 2003. v.1. p. 69-79.

SANTOS, Maria Janete Sousa dos. **Indicadores de desenvolvimento humano e qualidade de vida na Amazônia: a experiência do Acre**. 2005. Dissertação (Mestrado em Gestão e Política Ambiental) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília.

SANTOS, Robério Ferreira dos. Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira. In: **Revista de Economia Política**, São Paulo: Brasiliense, v. 8, n. 3, 1988.

SANTOS, Vitória Carme Correia; BATISTA, Lucas Pereira; MARCELINO, Rosalve Lucas. Políticas públicas e desenvolvimento regional no Estado da Bahia: uma análise do plano plurianual (2004-2007). **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. Seminário sobre política de desenvolvimento social. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: v. 5, n. 2, p. 101-111, 1974.

SEBRAE. **Histórias de sucesso**: agronegócios: ovinocaprinocultura, leite e derivados. Organizado por Renata Barbosa de Araújo Duarte. Brasília: SEBRAE, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Pedro Carlos Gama; Guimarães Filho, Clóvis. Eixo tecnológico da ecorregião Nordeste. Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária. Embrapa: **Informação Tecnológica**, Brasília, DF. 2006.

SIMPLÍCIO, Aurino Alves; WANDER, Alcido Elenor; LEITE, Enéas Reis; LOPES, Exedito Aguiar. Caprino-ovinocultura: uma alternativa à geração de emprego e renda. Sobral: Embrapa Caprinos, 2004. 44p. (Embrapa Caprinos. Documentos, 48).

SIMPLÍCIO, Aurino Alves; SIMPLÍCIO, Kalina Maria de Medeiros Gomes. **Caprinocultura e ovinocultura de corte**: desafios e oportunidades. Disponível em: <<http://www.caprilvirtual.com.br>>. Acesso em: 24 set. 2007.

SINDIFIBRAS - Sindicato das Indústrias de Fibras Vegetais da Bahia. **Programa Setorial Integrado de Internacionalização de Empresas Baianas Produtoras de Sisal**. Sl (*mimeo*), 2004.

SILVA, Anaie Leite *et al.* Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Região do Vale do Gavião – **Documento de Referência do Componente de Desenvolvimento Comunitário do Pró-Gavião**. SEPLANTEC/ CAR. Abril. 2003

SOARES, Adriano Campolina. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. GT sobre agricultura do fórum brasileiro de organizações não governamentais e movimentos sociais para o meio ambiente e desenvolvimento. 2002. Disponível em: <<http://www.ftaa-alca.org/SpComm/SOC/Cont.>>. Acessado em 15 abr. 2007.

SOUZA, Ricardo Luciano. Agricultura familiar e pluriatividade no semi-árido baiano. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v. 13, n. 4, p. 921-930, mar. 2004.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Identificação e análise da evolução temporal das manchas de pobreza na Bahia**. Banco de Dados dos Municípios da Bahia. Produzido pela Diretoria de Estudos (DIREST). Salvador, 2006. Disponível em www.sei.ba.gov.br. Acesso em: 10 nov. 2007.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a Cidade. **Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

TAVARES, Everkley Magno Freire. **Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável**: dilemas teóricos e pragmáticos. *Holos*, Ano 21, maio / 2005.

TEIXEIRA, Alberto. **Guia da cidadania para a transparência**: prevenção contra a corrupção / Alberto Teixeira - Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006. 375 p.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *In: Revista de Administração Pública*, 1996. v.30, n.2, p.5-43.

VIANA, João Aurélio Soares. Agronegócio baiano: história recente de uma revolução silenciosa. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v. 13, n. 4, p. 851-867, mar. 2004.

VEIGA, José Eli da. **Apresentação**. *In: Caio Prado Jr.. (Org.). A QUESTÃO AGRÁRIA*. 5a ed. Sao Paulo: Brasiliense, 2000, v. 01, p. 3-23 (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação).

_____. Delimitando a agricultura familiar. **Revista Reforma Agrária**, São Paulo. 1995. v. 25, p 128-141.

_____. **Política agrícola diferenciada**. *In: TEIXEIRA, Erly Cardoso; VIEIRA, Wilson da Cruz.. (Org.). Reforma da política agrícola e abertura econômica*. Viçosa, MG: UFV-FAPEMIG, 1996, v. 01, p. 31-47.

_____. **Uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil**. São Paulo: USP-Dep. Economia e PROCAM, 1997. 19 p.

ZACHARIAS, Farouk. **Programa de Desenvolvimento das ovinocaprinocultura da Bahia**: principais diretrizes. Salvador: SEAGRI/ EBDA. 47 p, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *In: GIARRACCA, Norma. (Comp.). Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001, p. 31-44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** In: Tedesco, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WESTPHAL, Márcia Faria. O movimento cidades/municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 39-52, 2000.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Perguntas das entrevistas direcionada aos Técnicos e dirigentes das Associações e Sindicatos do município de Juazeiro.

1 - O Programa cumpriu com o seu objetivo proposto, trazendo (assistência técnica, melhoramento genético (animais melhorados), poços, barragens, cisternas etc.); contribuindo com o aumento da receita do produtor?

2 – O Programa tem apresentado resultados positivos ao agricultor familiar, a ponto de dar continuidade às ações preconizadas, depois de suspensas às atividades?

3- Os sistemas de abastecimento de água (a partir de poços e barragens) e de cisternas, construídos têm atendido às necessidades dos grupos de produtores e comunidades beneficiadas pelo programa?

5- Quais os principais componentes do Programa que têm contribuído positiva e negativamente para a qualidade de vida dos agricultores?

6 - Quais diferenças podem ser constatadas ao comparar o produtor assistido e o não assistido pelo Programa? (Efetividade)

7- Que ações do Programa efetivamente contribuíram para a mudança na qualidade de vida, no cotidiano dos produtores rurais? (Sustentabilidade)

8- Quais os impactos causados pelo programa, do ponto de vista econômico-social?

9- Quais os limites e os principais obstáculos que o Programa vem enfrentou. Em sua opinião, como poderiam ser superados?

9- O senhor acha que este Programa deve continuar?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO - Avaliação de Qualidade de Vida

No Data:/...../..... Entrevistador

Bloco I – VARIÁVEIS DE SEGMENTAÇÃO DA PESQUISA

Identificação do Domicílio e da Família

1. Nome Completo _____
2. Sexo Feminino Masculino
3. Endereço Residencial – Nome da Propriedade _____

- Município..... CEP
- Fone () FAX ().....
4. Data de Nascimento/...../.....
5. Estado Civil: Solteiro (A) Casado (A) Viúvo (A) Divorciado (A)
6. Tem Filhos e /ou Dependentes? Sim Não
Se for sim, tem quantos ? _____
7. Sabe ler e escrever : Sim Não
Se for sim, qual o Grau de Escolaridade? Não Alfabetizado Alfabetizado
Supletivo Ensino Médio Incompleto Ensino Médio Completo Nível Superior
Incompleto Nível Superior Completo

Característica do Domicílio

- 8 - Tipo de Localidade: Rural Urbana
- 9 - Situação de Propriedade: Próprio Alugado Arrendado Cedido Fundo de
Pasto Assentamento Posse Financiada Outro _____
Se Fundo de Pasto: Qual a área de Fundo de Pasto _____
Quantos animais existem no fundo de pasto _____
- 10-Tipo de Construção: Tijolo / Alvenaria Adobe Taipa Revestida Taipa
não Revestida Madeira Material Aproveitado Outro _____

11- Tipo de Abastecimento de Água: Rede Pública Poço / Nascente Água Bruta do Rio Barreiro Carro Pipa Cisterna de água de chuva Outro _____

12- Tratamento de Água para Consumo: Filtro Fervura Cloração Estação de Tratamento de Água Sem Tratamento Outro _____

13- Tipo de Iluminação: Relógio Próprio – Elétrica (De Rede, Gerador, Solar) Sem Relógio Relógio Comunitário Lampião Vela Outro _____

14- Escoamento Sanitário: Rede de Coleta de esgoto ligado a rede pluvial Fossa séptica ligada á rede coletora de esgoto ligado a rede pluvial Fossa séptica não ligada á rede coletora ou pluvial Fossa rudimentar Vala Direto para o Rio, Lago ou Mar Outra Forma Ignorado

15- Destino do Lixo no Domicílio: Coletado Diretamente Coletado Indiretamente Queimado ou Enterrado na Propriedade Jogado em Terreno Baldio ou Logradouro Jogado em Rio, Lago ou Mar Outro Destino Ignorado

BLOCO II – ESCALA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA CABRA FORTE NA QUALIDADE DE VIDA DO AGRICULTOR FAMILIAR

16- Qual a área (em tarefas) da propriedade? _____

17 – Quantas cabeças de ovinos e caprinos existem na propriedade?

Antes do Programa

Depois do Programa

Ovinos: _____ Cabeças

Ovinos: _____ Cabeças

Caprinos: _____ Cabeças

Caprinos: _____ Cabeças

18- Existe alguma reserva de água na propriedade? sim não - Que tipo?

() Sim () Não Qual o tipo de Reserva? _____

19- Qual (is) alternativa (s) de acesso à água para consumo dos animais antes do Programa?

() Reserva Própria () Reserva de Vizinhos () Açude ou Barragem Comunitária ()

Outras.

Citar _____

20- O produtor tinha como garantir água para o rebanho durante todo o ano?

() Sim () Não Por quê? _____

21- Qual a distância que o produtor (ou rebanho) percorria para ter acesso á água?

_____ Metros

Depois do Programa

22 – Qual a distância que o produtor (ou rebanho) percorre para ter acesso á água?

_____Metros

23- Com que frequência á água do poço é insuficiente para atender á necessidade do rebanho?

() Nunca () Raramente () Frequentemente () Sempre

24– Qual o grau de facilidade que a instalação do poço trouxe para o acesso á água pelo rebanho? () Pouca () Regular () Muita

25 – Você recebeu da equipe do Programa Cabra Forte, o apoio de que necessita para o desenvolvimento das suas atividades? () Nada () Muito Pouco () Médio () Muito ()

Completamente

26 – Como vç definiria “qualidade de vida”?

27 – Como você avaliaria sua qualidade de vida? () Muito Ruim () Ruim () Nem Ruim

nem Boa () Boa () Muito Boa

28 - Você gosta de onde você mora? () Sim () Não

29 – Você se preocupa com dinheiro? () Sim () Não

30 – Como você aproveita o seu tempo livre? () Sim () Não

Como? _____

31 – Você está satisfeito (a) você está com a qualidade de sua vida? ? () Sim () Não

32 – Você está satisfeito com a sua saúde? () Sim () Não

33 – Você está satisfeito com o seu sono? () Sim () Não

34 - Você está satisfeito com a sua capacidade de aprender novas informações / tecnologias?

() Sim () Não

35 – Você está satisfeito com sua capacidade de desempenhar as atividades do seu dia-a-dia?

() Sim () Não

36- Você está satisfeito com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas) ?

() Sim () Não

37- Você está satisfeito com o apoio que você recebeu da equipe do Programa Cabra Forte?

() Sim () Não

38- Você está satisfeito com o seu acesso às novas tecnologias absorvidas por meio do Programa Cabra Forte? () Sim () Não

39 – Você está satisfeito(a) você está com as suas oportunidades de adquirir novas habilidades?

Sim Não

40- Com que frequência você tem sentimentos negativos, tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?

Nunca Raramente Às Vezes Repetidamente Sempre

41 - Como você avaliaria sua capacidade de trabalho? Muito Ruim Ruim Nem Ruim / Nem Boa Boa Muito Boa

42- Suas crenças pessoais dão sentido á sua vida?

Nada Muito Pouco Mais ou Menos Bastante Extremamente

43 – Em que medida suas crenças pessoais lhe dão força para enfrentar dificuldades?

Nada Muito Pouco Mais ou Menos Bastante Extremamente

44 – Em que medida suas crenças pessoais lhe ajudam a entender as dificuldades da vida?

Nada Muito Pouco Mais ou Menos Bastante Extremamente

45- Nos últimos 03 anos vç teve acesso a algum tipo de recurso externo (financiamento, infraestrutura) que tenha pedido? Qual?

<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
<input type="checkbox"/> PRONAF	<input type="checkbox"/> não pedi nenhum recurso
<input type="checkbox"/> Crédito Rural	<input type="checkbox"/> Não recebi nada do que pedi
<input type="checkbox"/> Empréstimo pessoal	<input type="checkbox"/> nunca pedi dinheiro em banco
<input type="checkbox"/> outros _____	

46 – O dinheiro obtido com a atividade agrícola é suficiente para satisfazer as necessidades básicas da sua família – alimentação, vestuário, saúde e moradia?

sim não

47- Para vç, o Programa cumpriu com o seu objetivo proposto, trazendo (assistência técnica, melhoramento genético (animais melhorados), poços, barragens, cisternas etc.); contribuindo com o aumento da receita do produtor?

48– O Programa apresentou resultados positivos para vçs, a ponto de dar continuidade às ações preconizadas, depois de suspensas às atividades?

49- Quais os principais componentes do Programa que têm contribuído positiva e negativamente para a qualidade de vida dos agricultores?

50- Que ações do Programa efetivamente contribuíram para a mudança na qualidade de vida, no cotidiano dos produtores rurais? (Sustentabilidade)

51- Quais os impactos causados pelo programa, do ponto de vista econômico-social?

52- O senhor acha que este Programa deve continuar?
